



nº. 42, 2º sem./ 2018

revista vernáculo

C. BARBIEH

Revista Vernáculo

Número 42, 2º sem/2018

Edição do Número

Hilton Costa

Montagem

Alysson de Avila Costa

Capa

Ana Paula Bellenzier

Crédito da imagem

Ref. George Barbier, Entrée de Casanova, prancha 7

Ilustração para figurino.

ISSN 2317-4021

<http://www.ser.ufpr.br/vernaculo>

Corpo Editorial

Alysson de Avila Costa, Ana Paula Bellenzier, André Akamine Ribas, Brenda Yasmin Degger, Francielle de Souza, Hilton Costa, Leonardo Brandão Barleta, Mateus Alves Nedbajluk, Mayara Mottin, Monah Nascimento Pereira

Conselho Consultivo

Allan de Paula Oliveira (UNESPAR-PR)	Caue Kruger (PUC-PR)	Lúcio Souza Lobo (UFPR)
Andréa Carla Doré (UFPR)	Diogo da Silva Roiz (UEMS)	Marcelo Fronza (UFMT)
André Akamine Ribas (UFPR)	Elaine Cristina Senko (UNIOESTE)	Márcio Antonio Both da Silva (UNIOESTE-PR)
André Luiz Cavazzani (UNINTER)	Erivan Cassiano Karvat (UEPG-PR)	Marcos Luís Ehrhardt (UNIOESTE-PR)
Artur Henrique Franco Barcelos (FURG)	Fernando Felizardo Nicolazzi (UFRGS)	Martha Daisson Hameister (UFPR)
Benito Bisso Schmidt (UFRGS)	Fagner Carniel (UEM-PR)	Milton Stanczyk Filho (UNIOESTE-PR)
Bruno de Macedo Zorek (UNICAMP-SP)	Gabriel Santos Berute (UNISINOS)	Roberto Guedes Ferreira (UFRRJ)
Camila Jansen de Mello de Santana (UEPG-PR)	Jonas Wilson Pegoraro (UnB)	Rodrigo Turin (UNIRIO-RJ)
Carlos Eduardo Suprinyak (UFMG)	Lise Fernanda Sedrez (UFRJ)	Tiago Luis Gil (UnB)
	Lorena Avellar de Muniagurria (USP)	

Sumário

Cultura Política no Brasil: O Retorno do Pedido pela Intervenção Militar Matheus Mendanha Cruz.....	5
Mia Couto, o “arquiteto da prosa”: História, literatura e cultura escrita moçambicana. Cristhiano Santos Teixeira.....	31
A mulher e a honra no teatro cômico português na segunda metade do século XVIII Eduardo Teixeira de Carvalho Junior	63
O teatro de uma fuga: Giacomo Casanova e a querela contra a Inquisição Veneziana (1755-1760) Luis Eduardo Bove de Azevedo	92
O “Inventário de perdas da perda de uma vida”: K.: Relatos de uma busca, de Bernardo Kucinski, em Partilhas Luan Erick Lima Sanches	112
O Iluminismo português e a literatura instrutiva: uma visão holística Júnior César Pereira	132

Cultura Política no Brasil: O Retorno do Pedido pela Intervenção Militar¹

Matheus Mendanha Cruz²

Resumo: O presente texto tem o início de sua reflexão e sua inspiração no retorno do clamor por uma intervenção militar no Brasil. Este tema ganha vulto após as crises no sistema penitenciário e, também, frente ao medo constatado na insegurança promovida pela onda de crimes ocorridos no Espírito Santo. Com a questão da PM do Espírito Santo, torna à tona a discussão acerca do papel da polícia e, consequentemente, dos militares dentro da sociedade atual. Buscamos fazer essa discussão, conjugando os problemas atuais de falta de segurança, a problemática exposta por Vladimir Safatle (2016) acerca da função do medo, a visão acerca dos militares, o processo de redemocratização e a experiência de 1964 a fim de buscar compreender a onda reacionária que vê nos militares a solução para os problemas nacionais.

Palavras-Chave: Cultura Política do Brasil; Fortalecimento do Militarismo; Medo e Organização da Sociedade.

Political Culture in Brazil: The return of the request for military intervention

Abstract: This text has the begin of its reflection and its inspiration in the return of the request for a military intervention in Brazil. This theme gains attention after the crisis in the penitentiary system and, also, because of the fear found in the insecurity promoted by the crime wave that occurred in Espírito Santo. The question of the military police of Espírito Santo brings up the discussion about the police function and, consequently, of the militaries in current society. We seek to make this thread, combined with the current lack of security, the problems exposed by Vladimir Safatle (2016) about the fear's function, the vision about the militaries, the redemocratization process, the experience of 1964, to understand the reactionary wave that sees in the militaries the solution to the national problems.

¹ Este texto foi escrito nos meados de Fevereiro de 2017.

² Acadêmico do Curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, com experiência de trabalho na rede estadual de ensino de Santa Catarina, na rede estadual de ensino do Paraná e na rede particular da cidade de Ponta Grossa. Integra também o Grupo de Estudo em Didática da História (GEDHI) da UEPG. E-Mail: matheusmcruz@live.com

Key-words: Political Culture of Brazil; Strengthening Militarism; Fear and Organization of Society.

Introdução

O estado do Espírito Santo, no mês de fevereiro de 2017, se viu com problemas sérios referentes à segurança pública e as redes sociais se encheram de posicionamentos quanto a esses eventos. Inclusive um jornal carioca³ colocou frente a frente Marcelo Freixo e Flávio Bolsonaro, que compõem posições diametralmente opostas sobre a questão da polícia militar e seu papel dentro da sociedade. Embora ambos atuem mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, são grandes ícones nacionais nos debates acerca das questões penais e policial-militares.

Freixo é um dos defensores dos Direitos Humanos e da desmilitarização da polícia. Para o deputado estadual do Rio de Janeiro filiado ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), a polícia deveria defender os Direitos Humanos e não ser colocada em contraponto a estes⁴. Também o político defende que a desmilitarização não é o desarmamento, mas sim a unificação de todas as polícias. A consequência disto seria a extinção da característica militar da polícia. Ou seja, Freixo defende que a democracia deve chegar dentro da

³ Disponível em: <https://www.facebook.com/jornalextra/videos/vb.190833037616321/1517538741612404/?type=2&theater> Acessado em: 11/02/17.

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WmWYmIa7bV0> Acessado em: 11/02/17.

corporação e acabar com a forte hierarquização até então existente, que ele atribui como herança da Ditadura Civil-Militar⁵.

Flávio Bolsonaro integra o quadro de deputados estaduais do Rio de Janeiro pelo PSL (Partido Social Liberal). É filho e apoiador do deputado federal Jair Bolsonaro, caracterizado pelas suas falas exaltadas e de apoio ao Regime instalado em 1964, que ele não considera ditadura ou golpe. Flávio não se distancia muito do pai, sendo um dos maiores defensores de ações como a redução da maioria penal, assim como da solução para os problemas de segurança através de ações militares⁶.

Colocamos esse breve histórico desses dois políticos brasileiros para ficar evidenciado o quanto os debates que permeiam as questões militares têm alcançado vulto dentro da nossa sociedade atualmente e como essas discussões estão bastante polarizadas. O jornal que convidou Freixo e Flávio Bolsonaro não o fez de maneira aleatória, pois são ícones da uma esquerda defensora dos direitos humanos e contra a militarização da polícia e de uma direita conservadora e simpática aos militares que vem crescendo no cenário político nacional.

O tema sobre a questão militar no Brasil não morreu com o período da redemocratização. Embora tenha ficado silenciado, atualmente volta à tona e inclusive é possível notar o crescente apoio ao retorno dos Militares ao poder do Brasil. A crescente força dos dois políticos que trabalhamos acima é apenas um dos indicadores de como

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WmWYmIa7bV0> Acessado em: 11/02/17.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MJMCvc0U3a0> Acessado em: 11/02/17.

essa discussão tem se polarizado e tomado conta da sociedade brasileira.

Os problemas ocorridos no Espírito Santo com o movimento das esposas e familiares dos policiais colocam novamente a questão militarista na mesa de debates sobre o Brasil e seus rumos. Por um lado, fica clara a necessidade de melhorias no setor policial e, de certa forma, o discurso pela desmilitarização assume esse papel. Em contrapartida, o discurso de mais militarização também se apresenta como solução, pois, desta maneira, não haveria a insubordinação que os comandantes militares acusam de estar acontecendo e a população estaria, supostamente, mais segura.

No presente trabalho queremos refletir sobre esses problemas de segurança pública na atualidade brasileira, através de aspectos que não foram bem resolvidos e permaneceram pelos acordos que marcaram a redemocratização brasileira. Também queremos pensar o retorno constante de soluções autoritárias à mesa de soluções para os problemas nacionais. Ainda utilizaremos a discussão acerca do papel central que o medo exerce na sociedade, de maneira geral, segundo discute Safatle (2016).

Centralização Militar

Em pronunciamento no dia 11 de fevereiro de 2017 o ministro da Defesa afirma que as forças nacionais continuarão auxiliando o estado enquanto for necessário. Mas é a entrevista coletiva prestada por

André Garcia (secretário estadual de segurança pública), o comandante geral da Polícia Militar e coronel Nylton Rodrigues que nos chama a atenção para a reflexão aqui proposta.

Na Constituição Nacional vigente fica clara a proibição dos militares fazerem greves e se sindicalizarem, além de submeter corpos de bombeiros e polícias militares como forças auxiliares e reservas do Exército nacional. Frente a essa legislação, o coronel Nylton Rodrigues afirma que serão punidos, até mesmo com a expulsão da corporação, os envolvidos nas movimentações, de certa forma, grevistas ocorridas no Espírito Santo.

Jair Krischke (2014) indica que a forma militarizada da polícia é uma herança da ditadura, além de criticar ferrenhamente esse modelo, por não condizer com o período democrático que vivemos atualmente. Também destaca o fato da polícia ser um braço do exército como uma herança que permaneceu na Constituição, assim chamada, cidadã.

Essas discussões perpassam muito ainda pelo que está na Constituição como função da própria polícia, que, por mais que seja estadual e esteja sob as ordens do governador do estado, ainda assim, acaba, em última instância, obedecendo às ordens de generais do Exército.

Essa centralização também é fruto do período em que os militares estiveram à frente do poder. Muito possivelmente o que pesou para essa centralização organizacional foram as experiências em que a força estadual toma partido contra o poder central, como em 1930 com

o apoio a Getúlio Vargas, 1932 na chamada Revolução Constitucionalista e em 1961 com a obediência a Brizola contra o movimento que visava impedir a posse de João Goulart (STEPAN, 1975, p. 18-20). Alfred Stepan (1975, p. 18-20) ainda explica que como os recrutamentos eram, e ainda são, feitos de maneira que os novos soldados sirvam perto de suas casas, ficava muito mais fácil destes tomarem partido ao lado das forças estaduais e locais.

Outro fator também importante para a compreensão desta lógica de centralização é a hierarquia militar. A hierarquia e a disciplina são os principais pilares das polícias militares e das Forças Armadas, segundo a própria Constituição Federal em seu 42º e 142º artigo. Maud Chirio (2012, p. 8) expõe essa lógica quando demonstra o esforço para que apenas os Generais participassem da política, deixando aos demais oficiais e praças apenas a função de seguir as ordens da melhor maneira possível.

Como já vimos anteriormente, a desmilitarização da polícia visa acabar com esse modelo organizacional centralizado e hierarquizado. Mas se os policiais puderem entrar em greve, como se manterá o funcionamento da sociedade? A crise no Espírito Santo mostra um colapso que gerou medo e prejuízo. É sob esse olhar que se mantém a defesa da polícia militarizada.

O Medo

Vladimir Safatle (2016) traz as reflexões de Thomas Hobbes para o presente e demonstra como elas ainda são atuais. *Circuito dos Afetos* é a obra de Safatle em que o filósofo explica a organização da sociedade através de relações de afetos e, para o autor, o afeto político central é o medo.

Hobbes afirmava que o homem é o lobo do próprio homem, deste modo o estado de natureza nos faria viver numa eterna guerra contra nossos semelhantes. Como solução a esse problema Hobbes coloca a monarquia absoluta, aonde todos os homens abrem mão de seus direitos e os colocam sob a guarda de um soberano que julga de maneira desinteressada as causas dos súditos. A este modelo de Estado o filósofo chama de Leviatã, pois seria um Estado orgânico aonde o soberano seria a cabeça.

Gérard Lebrun (1984, p. 36) deixa claro que o impulso para a abdicação dos direitos, segundo Hobbes, naturais em prol de um soberano é a busca por segurança. É claro que a soberania defendida por Hobbes poderia ser exercida por apenas uma pessoa, por uma assembleia ou até mesmo pelo povo, como é o discurso da nossa Democracia Representativa hoje.

Mas, embora hoje tenhamos o governo retoricamente nas mãos do povo, a sensação de medo aflige boa parte da população e, como temos nos atentado aqui, o problema de segurança pública no Espírito Santo é um dos indicadores que comprovam isto. A revista Época, em

um de seus textos, escrito por Hudson Corrêa, entrevista um morador que afirma nunca ter sentido tanto medo antes e que o cenário capixaba parece a guerra na Síria (CORRÊA, 2017). É dentro desse panorama de caos e de explosão de violência que, com o impulso dado pela difusão da mídia, se alastra para lugares além dos envolvidos diretamente, que vivenciamos o aumento de pautas pedindo mais repressão e mais centralização do poder.

Junto à pauta acerca da militarização da polícia vemos outra crescer, de maneira ainda mais forte: a redução da maioridade penal. Pedidos como estes são feitos, provavelmente, devido ao medo que se espalha na nossa sociedade atualmente. O caso da polícia do Espírito Santo se apresenta como a gota d'água num copo já cheio, a demonstração da insegurança e o fortalecimento do discurso de que é apenas através da repressão que os problemas de segurança pública serão solucionados. Ou seja, ganha força a hierarquização e tudo aquilo que os defensores de Direitos Humanos e especialistas acusam como herança do período ditatorial.

A Imagem dos Militares

A insegurança não está apenas nas questões referentes à Segurança Pública, mas também a classe política está cada vez mais desacreditada. Tornou-se comum ouvir as pessoas ligarem política a corrupção e a tratarem como coisa suja. É através dessas inseguranças, dessas incertezas, que o discurso mais truculento ganha força.

A Corporação *Latinobarómetro* (2018)⁷ em seu relatório sobre os dados de 2017 nos oferece alguns indicadores que ajudam a demonstrar as afirmações feitas no parágrafo acima. Dentre os países pesquisados o Brasil é o país que menos aprova o seu presidente da República (Informe 2017, 2018, p. 18-19), o que indica a distância entre os políticos que deveriam representar a população e os cidadãos em si. Além dessa questão do presidente, o Brasil também é o país em que os entrevistados demonstram menos confiança nas pessoas (Informe 2017, 2018, p. 21), demonstrando a falta de fé no outro, consequentemente a ideia de democracia se enfraquece por ser um modelo de governo que, idealmente e etimologicamente, é formado pelo povo.

Com os debates acerca da previdência e de se alterar, ou não, o sistema de aposentadorias do Exército retomou-se, isso fica claro nas redes sociais, uma propaganda da diferenciação dos militares frente aos demais trabalhadores. Esse movimento baseia-se na exaltação da entrega dos soldados por outrem, no caso o Brasil e os brasileiros, como guardiões da segurança nacional para que os demais trabalhadores levem suas vidas normalmente. É possível notar essa defesa no texto de autoria do General Villas Boas (2017), comandante do Exército

⁷ “El estudio Latinobarómetro es producido por la Corporación Latinobarómetro, una ONG sin fines de lucro con sede en Santiago de Chile, que es la única responsable de los datos (...) La medición de 2017 aplicó 20.200 entrevistas, entre el 22 de junio y el 28 de agosto, con muestras representativas del 100% de la población de cada uno de los 18 países, representando a la población de la región, que alcanza 600 millones de habitantes” (Informe 2017, 2018, p. 3).

Brasileiro, publicado no jornal o Estado de São Paulo que tem trechos como:

Na guarda das urnas eleitorais, eis os militares. Nas ações governamentais de defesa civil, nunca nos faltam os militares. Na distribuição de água, no Semiárido nordestino, e no combate ao mosquito *Aedes aegypti* nos deparamos com os militares. Na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, ali estavam os militares. No apoio à população do Haiti, lá nos representam nossos militares.

É importante destacar que é contra esse modelo de organização trabalhista que o movimento de desmilitarização trabalha. Para este movimento os militares, focando na polícia, deveriam ter os mesmos direitos e deveres que os demais trabalhadores têm, alguns acusando de privilégios os direitos dos militares.

Fernando Gabeira (2017) fala da “grande força psicológica” que o Exército tem e que está baseada na “simpatia popular pela instituição”. Não é apenas através dos olhos deste autor que podemos notar o crescimento da simpatia da população pelas Forças Armadas. Os dados do *Latinobarómetro* (Informe 2017, 2018, p. 23) indicam que o Brasil é um dos cinco países pesquisados que mais confiam nas Forças Armadas, cerca de 50% dos entrevistados.

Em meio às inseguranças que já destacamos no presente texto, podemos notar o aumento de pedidos pelo retorno dos militares ao

poder no Brasil⁸. Além da sensibilidade na leitura dos jornais e manifestações nas redes sociais é possível perceber esse crescimento nos dados abaixo.

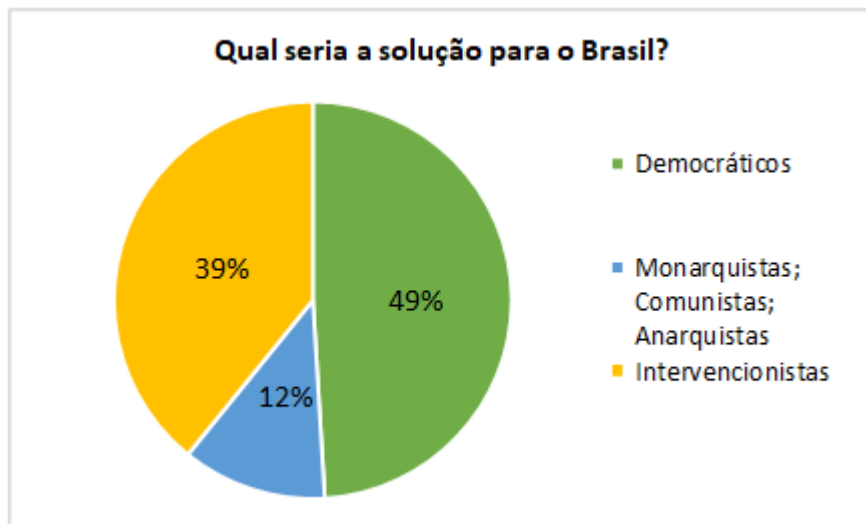


Gráfico 1 - Solução para o Brasil: Categórico⁹

Fonte: o autor

⁸ Um site de notícia nacional publicou em 2015 um vídeo de pessoas em manifestações a favor do impedimento da presidente defendendo que a intervenção militar é melhor do que o que temos na política hoje e também uma notícia, baseada em pesquisa Vox Populi, que demonstra o aumento do apoio à volta do regime instalado em 1964.

Acessado em 27/01/17: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2015-03-16/em-protesto-contradilma-manifestantes-pedem-intervencao-militar-veja-o-video.html>

Acessado em 27/01/17: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-03-28/apoio-a-golpe-militar-cresce-no-brasil-desde-2012-mostra-pesquisa.html>.

⁹ As respostas da questão sobre qual seria a solução para o Brasil foram divididas em: Democráticos, que são os que escolheram as opções de Eleições Gerais Já ou permanência do atual governo até 2018; Intervencionistas, que são os que optaram pelas opções de Implantar uma Ditadura, uma Intervenção Militar e Fechamento da Câmara dos Deputados e Senado; por fim, os que escolheram as opções de Revolução Comunista, Revolução Anarquista ou Entregar o Governo para os herdeiros de D. Pedro II.

Quem seria o seu candidato à presidência da República em 2018?

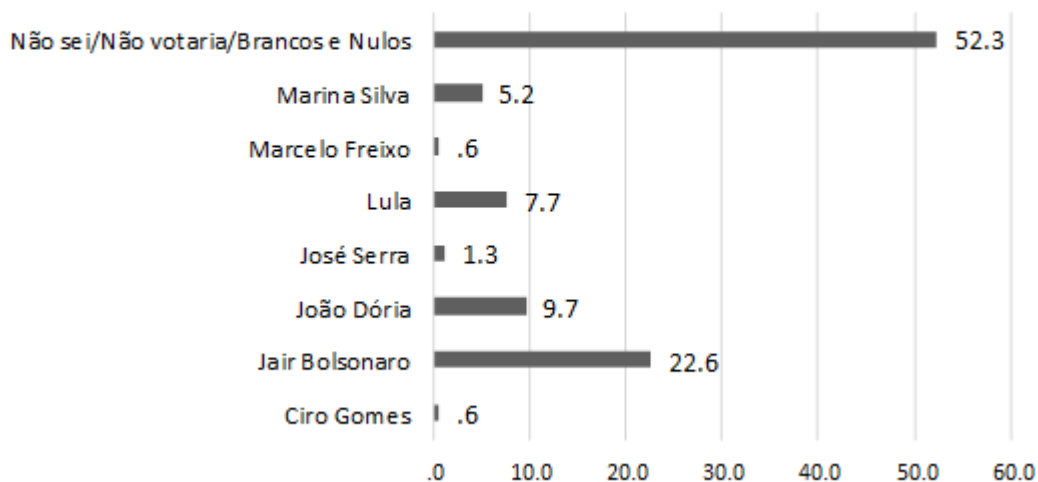


Gráfico 2 - Quem seria seu candidato à presidência em 2018: Democráticos
Fonte: o autor

Esses dados foram coletados no ano de 2017, entre vinte e seis de maio e vinte e oito de junho, com jovens que estavam devidamente matriculados e cursando o Ensino Médio. Os números indicam que há uma forte tendência e simpatia entre os jovens entrevistados pelos modelos autoritários, ainda mais por perceber que o candidato mais votado entre os democráticos seria Jair Bolsonaro (PSL-RJ), que tem sua vida política e seus discursos muito vinculados com o modelo de governo liderado pelos militares e instalado em 1964.

Esse clamor pelo retorno dos militares e de seu modelo de governo se dá pela crescente visão que a população tem do Exército

como *Braço Forte e Mão Amiga*¹⁰, refletindo a autoimagem que os militares têm de si, evidenciada na defesa da manutenção do sistema previdenciário devido às peculiaridades e ao altruísmo que forma o soldado, como verificado no texto supracitado do General Villas Bôas.

A Constituição Federal, no seu artigo 142, corrobora essa visão das Forças Armadas como protetoras da lei e da ordem, além da constitucionalidade. Essas são algumas bases que dão suporte à ideia de uma intervenção militar para suprir essa falta de segurança que vem aumentando na população brasileira.

Entretanto, o próprio site do Senado Federal publicou um texto esclarecendo que a intervenção militar, mesmos nos casos acima referidos, só pode se dar com a ordem do presidente da República, do contrário seria inconstitucional¹¹. Este modelo segue uma lógica hierárquica, afinal o comandante das Forças Armadas é o presidente, sendo ele civil ou militar.

Cultura Política: A relação do Brasil com o Autoritarismo

Por que as saídas propostas em tempos de crises¹² e medo no Brasil costumam ser autoritárias? Essa é uma reflexão importante a ser feita debruçando-se sobre a história do país.

¹⁰ Lema do Exército Brasileiro.

¹¹ Disponível em: <http://senadofederal.tumblr.com/post/91381136797/interven%C3%A7%C3%A3o-militar-para-preservar-a-lei-e-a> Acessado em: 16/02/2017.

¹² O conceito de crise que utilizamos aqui é referente ao proposto por Rüsen (2015, p. 56): “distinção desafiadora entre tempos diferentes no processo de mudança das

A RHBN (Revista de História da Biblioteca Nacional) em abril de 2014 trouxe como dossiê da edição uma análise sobre algumas ditaduras que ocorreram no Brasil. A revista destaca a iniciada em 1889 com Deodoro e continuada por Floriano; 1937 com o golpe de Getúlio inaugurando o Estado Novo; e 1964 com o governo liderado pelos militares.

Esta seleção da revista demonstra a proximidade do Brasil com o modo autoritarista de governar. Podemos ir além das datas estampadas na capa da revista e pensar que o Brasil inaugura-se como país independente sob uma monarquia em que o monarca detinha o Poder Moderador; depois passamos para a República sob as espadas dos Marechais; em 1930 Getúlio chega ao poder; por mais que apenas em 1937 tenhamos traços ditatoriais mais fortes, desde quando toma a presidência ele governa de maneira autoritária e sem considerar leis; em 1945 há fortes tensões na substituição de Vargas; assume, por fim, Dutra, que persegue os comunistas e joga o PCB na ilegalidade; em 1954 outra tensão, devido ao suicídio de Getúlio, que poderia ter *adiantado* o golpe de 1964; em 1961 temos novamente a tentativa de tomada de poder e em 1964 ela se concretiza.

Através dessa listagem, sem problematizar complexamente os devidos contextos, percebemos os traços autoritários que marcam a política nacional, sem contar com as práticas que permeiam os governos, como as chibatadas que resultam na Revolta da Chibata, o

circunstâncias da vida humana”. Desta forma as crises podem estabelecer-se como momentos criadores ou como reacionários.

Voto de Cabresto, a perseguição ao PCB, dentre outras ações que se tornaram comuns, infelizmente, na história do Brasil.

Marilena Chauí (1995, p. 74) defende que o autoritarismo não é apenas periódico na história do Brasil, mas, pelo contrário, é a própria estrutura da sociedade brasileira. Devido a isto as soluções acabam por apontar sempre para a dependência de um Executivo forte capaz de sanar as dificuldades da nação.

Em Bobbio (1995, p. 44-45) é possível perceber que existe uma lógica de retorno de determinados modelos de governo pelo mundo, pois com o fim da URSS pensara-se que o comunismo estava extinto - não está; com o fim do nazi-fascismo, julgou-se que as posições de extrema-direita estariam acabadas - não estão; trazendo para o Brasil, com o fim do período ditatorial mais recente (1964-1985), pensara-se que está sepultado o autoritarismo liderado pelos militares conservadores - como vimos, não está. Isso se dá, principalmente, devido a essa estrutura autoritária que ainda se perpetua na sociedade brasileira.

1964 e a Redemocratização

Em uma análise diacrônica, podemos notar que em 1964, quando os militares chegaram ao poder, apoiados por uma parte da sociedade civil, o discurso que sobressaiu defendendo o movimento foi o da legalidade e constitucionalidade. Inclusive, como chama a atenção Sônia Silva (2008, p. 119), traçando comparativos com a denominada

Revolução Constitucionalista de 1932 por meio da legitimidade dada pela defesa constitucional. Este discurso está baseado nas cláusulas constitucionais que estavam vigentes à época e que datam desde 1889, de que os militares deveriam obedecer ao presidente e preservar a lei e a ordem interna do país (STEPAN, 1988, p. 543).

Através desta reflexão é possível enxergar as continuidades que permeiam o imaginário acerca das Forças Armadas no Brasil, tanto dentro dos quartéis como na sociedade civil. O que chama a atenção é que o discurso vencedor após a redemocratização é o que chancela aos militares uma fama ruim, principalmente ligada às torturas. Esse viés do regime acaba se sobressaindo devido à força que os testemunhos dos integrantes da luta armada de esquerda ganham com a Anistia (VASCONCELOS, 2009, p. 72). A consequência disto é o afastamento dos civis que ajudaram a sustentar a ditadura, caracterizando-a unicamente como militar, permitindo que os políticos da ARENA, principalmente, permanecessem na vida pública nacional sem sofrer sérios danos à sua imagem.

Esse processo praticamente blinda os militares dos erros administrativos, principalmente quanto à corrupção. Em suma, os militares saíram com a imagem manchada pela tortura e os excessos autoritários, mas intocáveis quanto à questão moral ligada à corrupção. Entretanto, os civis, de maneira geral, não estão ligados, tendo por base os discursos ligados à memória construída, a esses excessos

autoritários, mas têm seus nomes, como Maluf e Sarney, diretamente ligados a problemas de corrupção.

Esse é mais um dos problemas referentes à redemocratização altamente conciliadora que tivemos no Brasil, sem permitir a discussão mais profunda e que possibilitaria um amadurecimento. Emir Sader (1990) dedica um livro para demonstrar o quão conciliador foi o processo de passagem do período em que os militares estiveram à frente do governo até a eleição de Collor, não permitindo o sepultamento de discursos falsos e deixando a memória nacional repleta de meias verdades, como o Milagre Econômico e a Luta por Democracia da maioria das Guerrilhas.

Stepan (1988, p. 523) faz um estudo comparativo entre Brasil, Espanha, Uruguai e Argentina e comprova que no Brasil e na Espanha "os orçamentos militares de ambos os países decaíram na década que antecedeu a democratização, e aumentaram de modo significativo - e sem sérios conflitos - no período da pós-democratização". Essa conclusão nos permite ter noção de quão tutelada foi a passagem a um regime democrático no Brasil.

Arturi (2001, p. 11-12) chega a afirmar que o "processo de liberalização política no Brasil foi, entre todos os casos recentes de transição, o mais controlado pelos dirigentes". Esse controle por parte dos militares acaba também por impedir um maior debate das políticas empregadas durante os 21 anos em que eles estiveram à frente do Estado brasileiro (SOUZA, 1988, p. 566). Essa falta de debate dificulta

o exorcismo do passado, fazendo com que ele permaneça entre os vivos não-sepultado, não como passado, mas como presente.

Uma das consequências é que, mesmo após o fim do governo liderado pelos militares, parte dos políticos civis que estiveram na base dos ditadores buscando legitimar esse modelo de governo autoritário continuaram suas vidas políticas e participando da *Redemocratização* do país. Souza (1988, p. 570) destaca que "nada menos que 217 dos 559 constituintes atuais tiveram passagem pela legenda que apoiou o autoritarismo antes de 1980". Essa manutenção só foi possível devido ao fato de o processo de redemocratização brasileira ter entre suas características centrais “o fato de ser desenvolvido através de negociações sob forte controle dos dirigentes autoritários” (ARTURI, 2001, p. 17).

Contra os ataques quanto à questão da tortura, os militares se defendem afirmando que é justificada pela subversão e que ambos os lados envolvidos foram além dos limites (MARTINS FILHO, 2003, p. 10). Esse discurso acaba por, atualmente, fortalecer a imagem dos militares, pois num período de total insegurança eles *poderiam trazer segurança*, num período de tanta corrupção eles seriam *íntegros*. Esse discurso ganha mais força porque os que lutaram contra os militares durante o regime ditatorial estão há anos no poder e trouxeram o Brasil para a situação de medo que se impõe hoje. A leitura do senso comum será, basicamente, esta.

Dentro de todo esse contexto, o enfraquecimento e as mostras claras do comprometimento grave das instituições nacionais com a corrupção reforçam a imagem das Forças Armadas como justas, íntegras e responsáveis pela constitucionalidade do país. Desta maneira os militares tornam a aparecer, para setores da sociedade civil, como uma opção oposta à situação marcadamente decadente da política nacional.

Representação, Cooptação e o clamor pelo Autoritarismo

Nashla Dahás (2014), que foi a responsável por organizar o dossiê a respeito dos regimes autoritários do Brasil para a RHBN, destaca que:

De Direita ou de Esquerda, sob estados de exceção ou sob vigência de Constituições consideradas legítimas, a tirania configura-se toda vez que um governante monopoliza para si o direito de ação política, toda vez que coíbe os cidadãos de atuação na esfera pública, relegando sua participação ao dia eleição.

Para além da díade clássica direita e esquerda, Schwartzman, em seu texto *Representação e Cooptação Política no Brasil*, nos apresenta a oposição entre Representação e Cooptação. Representação se caracteriza pela presença maior do povo no cenário político, com uma organização construída de baixo pra cima. Já Cooptação é o avesso, é a organização política de cima para baixo, não sendo a força medida pelo apoio popular, mas pelo que tem a oferecer em negociações.

Esse binômio nos auxilia a pensar, de maneira mais complexa, a cultura política nacional. Se olharmos para a história do Brasil podemos perceber que ela é marcada por grupos oligárquicos que dominam a política, transformando-a, muitas vezes, em meio de alcançar interesses pessoais. A hipótese que sustentamos aqui é que isto ocorra continuamente, como está ocorrendo hoje e fica claro através dos processos da Lava-Jato, por exemplo, no Brasil devido a ausência de rompimentos.

Já trabalhamos aqui o processo de redemocratização, mas não foi apenas este que não permitiu um debate mais amadurecido e uma mudança mais profunda. Podemos notar as mesmas negociações e permanências na Independência, na passagem para a República, com Getúlio, com Dutra, dentre outros exemplos.

Outro fator importante a ser destacado é que nesses momentos de crise, que poderiam oferecer oportunidade de modificação mais profunda, instalam-se no poder governos autoritários que fazem a passagem e as modificações de maneira a privilegiar as classes poderosas e a organização forte do Estado em detrimento da maioria da população. Quanto à redemocratização, por mais que Sarney não tenha sido um ditador, a sua figura foi eleita na chapa de Tancredo de maneira indireta, não abrindo à democracia ampla após a saída do último general do poder.

A organização, ou reorganização, do Estado através da representatividade acaba gerando discussões e tensões que demonstram

as fraquezas e oportunizam novas saídas. Entretanto, a saída pelo viés autoritário se torna, de certa maneira, menos trabalhosa, pois alguém, ou alguma instituição, assume o poder sem que haja as tensões naturais da vivência democrática. Permanecendo, assim, um Estado organizado em torno da Cooptação, sem a construção de uma base democrática, consequentemente, sem representatividade da população no governo.

Quando notamos os pedidos atuais de um retorno a um regime autoritário, conseguimos perceber o papel do medo e de como essa cultura política nacional se aplica a esses movimentos. O sistema político em vigência no Brasil é o principal culpado pela corrupção, mas a discussão não chega a esse nível, na maioria das vezes. A população, de maneira geral, prefere abrir mão de seus direitos para que outros resolvam os problemas, sem que haja grandes fissuras, deste modo, o poder se perpetua através da cooptação.

O processo que torna os militares uma opção dentro do contexto atual é interessante. Há cerca de cinco anos era praticamente impossível ver alguém defendendo o regime que o Exército liderou; os que assim o faziam não tinham tanto espaço, muito menos na mídia. Entretanto, com o crescente problema de corrupção que se avolumou no Brasil, a ligação cada dia mais forte entre o PT e o comunismo e a sensação geral de insegurança, discursos que estavam silenciados, circulando escondidos em relações próximas apenas, ganham força e ressurgem como opção redentora da moral e da organização do país.

Um dos indicadores desse movimento é a fama ascendente de Jair Messias Bolsonaro (PSL-RJ). Bolsonaro é deputado federal desde 1991 e defende o período em que os militares estiveram à frente do governo. O verbete dedicado ao político no CPDOC-FGV¹³ demonstra que as questões polêmicas envolvendo o deputado vêm de muitos anos; a diferença é que atualmente ele tem sido tratado e representado em redes sociais como *Pop Star*, representando o anseio de parte da população por medidas moralistas com clamor autoritário.

O papel que Jair Bolsonaro tem cumprido se aproxima muito da carreira política de outro personagem: Carlos Lacerda. Lacerda foi um dos principais articuladores do 31 de Março/1º de Abril de 1964 e anticomunista ferrenho. Foi um dos principais vetores de difusão da chamada ameaça comunista e arrebanhou militares como discípulos; entretanto, após a tomada de poder em 1964 e o fechamento do regime se viu acuado e sem rumo; perdendo a sua base, acabou por perder até seus direitos políticos (CHIRIO, 2012, p. 106-113).

Esses personagens encarnam a periodicidade de heróis que permeiam a história do Brasil¹⁴. Nesse sentido, parece que o Brasil está sempre à espera de notáveis que resolvam seus problemas. Dessa maneira, esse personalismo acaba favorecendo o autoritarismo que marca muito claramente a construção da Cultura Política nacional.

¹³ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/jair-messias-bolsonaro> Acessado em: 15/02/2017.

¹⁴ Na história recente poderíamos citar muitos outros que encarnam, uns mais do que outros, esse papel de grande líder, cumprindo assim um papel messiânico de salvador. Destacamos aqui: Moro, Lula, Joaquim Barbosa, Eduardo Cunha, etc.

Considerações Finais

Os problemas referentes à segurança pública, bem como a crise do sistema penitenciário e ações que comprovam envolvimento de políticos em corrupção, são alguns dos fatores que levam a sociedade a pedir e procurar alguma solução.

Destacamos aqui os pedidos por intervenção militar e refletimos sobre os processos autoritários e como estes ganham força e espaço através do medo. No caso brasileiro, hoje, esse medo, a insegurança, tem apontado para o ressurgimento de clamores em prol de uma intervenção militar que, hipoteticamente, seria a salvação do país. A dinâmica da construção desse pensamento é a imagem que ficou dos militares de íntegros, o que projeta um horizonte positivo dos governos deles¹⁵.

A política e a sociedade brasileira foram construídas de modo centralizado, o que favorece que, em momentos de crise, as soluções propostas sejam voltadas para o personalismo e o autoritarismo. Além disso, é importante inserir o Brasil no mundo contemporâneo, em que as posições de direita voltam a assumir posição importante no debate. É possível perceber essa ascensão da direita mais extrema através da força que nomes como Marine Le Pen tiveram nas eleições francesas, a eleição de Trump nos EUA e a chegada do Partido Alternativa para Alemanha.

¹⁵ Lógica baseada em Koselleck (2006) em seu texto sobre Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa.

O texto que aqui apresentamos não teve a pretensão de encerrar o debate, mas apresentar uma contribuição que ajuda a refletir sobre a crise que afeta a confiança na democracia e a desvalorização de saídas organizadas de baixo para cima, dentro de um modelo representativo, em prol de uma saída autoritária e centralizadora, continuidade do modelo de cooptação que tem permanecido na política nacional do Brasil.

Referências:

ARTURI, C. S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, p. 11-31, novembro 2001.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: [s.n.], 2013.

CHAUÍ, M. Cultura Política e Política Cultural. **Estudos Avançados**, v. 9, n. 23, p. 71-84, 1995.

CHIRIO, M. **A Política nos Quartéis**: Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CORRÊA, H. A vida sem lei no Espírito Santo. **Época**, 10 Fevereiro 2017.

DAHÁS, N. Imagem de Capa. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 103, p. 4, Abril 2014.

GABEIRA, F. Uma Leitura das Ruas. Disponível em: <<http://gabeira.com.br/uma-leitura-das-ruas/>>. Acesso em: 14 Fevereiro 2017.

Informe 2017. Corporación Latinobarómetro. Buenos Aires, 2018.

KOSELLECK, R. Espaço de Experiência e Horizonte de Expectativa. In: _____. **Futuro Passado**: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327.

KRISCHKE, J. A Polícia Militar é uma invenção da ditadura. **Brasil de Fato**: uma visão popular do Brasil e do mundo, 2014. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/28962/>>. Acesso em: 13 Fevereiro 2017.

LEBRUN, G. **O que é o Poder**. São Paulo: Abril Cultural / Brasiliense, 1984.

MARTINS, FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Texto preparado para o congresso da Associação de Estudos Latino-americanos**, Dallas, Texas, 2003. Disponível em <http://lasa.international.pitt.edu/lasa2003/filhojoaorobertomartins.pdf>.

RÜSEN, J. **Teoria da História**: uma teoria da história como ciência. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SADER, E. **A Transição no Brasil**: da ditadura à democracia? São Paulo: Atual, 1990.

SAFATLE, V. **Circuito dos Afetos**: Corpos Políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SCHWARTZMAN, S. **Representação e Cooptação Política no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.schwartzman.org.br/simon/dados7.htm>>. Acesso em: 31 Janeiro 2017.

SILVA, S. M. D. M. 1964, o ano de uma notícia indelével: a construção memorial do golpe militar, no Brasil, entre a mídia, a memória e a história. **Cenários da Comunicação**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 117-125, 2008.

SOUZA, M. D. C. C. D. A Nova República brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

STEPAN, A. **Os Militares na Política**. São Cristóvam - RJ: Artenova, 1975.

STEPAN, A. As prerrogativas militares nos regimes pós-autoritários: Brasil, Argentina, Uruguai e Espanha. In: STEPAN, A. (org.). **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 521-562.

VASCONCELOS, C. B. D. As análises da memória militar sobre a ditadura: balanço e possibilidades. **Estudos Históricos**, v. 22, n. 43, p. 65-84, 2009.

VILLAS BÔAS, E. D. D. C. A Nação e seus Militares. **Jornal O Estado de São Paulo**, 2017. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,a-nacao-e-seus-militares,70001652450>

Recebido em 21/02/2017, aceito para publicação em 16/05/2018

Mia Couto, o “arquiteto da prosa”: História, literatura e cultura escrita moçambicana.

Cristhiano Santos Teixeira¹

Resumo: Neste artigo pretendo estabelecer uma relação entre história, literatura e cultura escrita, assumindo como epicentro dessa reflexão o “tempo histórico”, que é constituído na África. Nesse entremeio, pretendo discutir como poderia ser por vezes essa imagem do tempo que é instituída e concebida na sua variedade através de alguns dos relatos literários do poeta Mia Couto. Nessa minha leitura dos acontecimentos, desses textos literários, provooco novamente uma crítica à valoração da cultura nacional e da identidade moçambicana que por vezes estão encobertas pela ordem do *tempo* na cultura. Essa importante junção da literatura, história e cultura, atravessa a sociedade moçambicana que vive hoje, no seu pós-independência, problemas nítidos com a linguagem, a unidade, a identidade etc. Na maior parte dos textos realizados nesta pesquisa existe uma prefigurada relação entre as histórias contadas e as metáforas que o escritor invoca para dizer do significado que “passado” e “futuro” possuem na configuração do tempo moderno, do presente moçambicano.

Palavras-chave: Literatura moçambicana; Mia Couto; tempo; cultura escrita; identidade.

Abstract: In this article I intend to establish a relationship between history, literature and written culture, assuming as epicenter of this reflection the "historical time", which is constituted in Africa. In this section, I intend to discuss how this image of time could be sometimes conceived in its variety through some of the literary accounts of the poet Mia Couto. In my reading of the events of these literary texts, I again criticize the valuation of the national culture and the Mozambican identity that are sometimes hidden by the order of time in culture. This important junction of literature, history and culture, crosses the Mozambican society that lives today, in its post-independence, clear problems with language, unity, identity and so on. In most of the texts made in this research there is a prefigured relationship between the stories told and the metaphors that the writer invokes to say of the meaning that “past”

¹ Graduação em História e Mestre em Comunicação. Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Goiás nas áreas de História e Cultura Afro-brasileira e Temas de África.

and “future” have in the configuration of modern time, of the Mozambican present.

Keywords: Mozambican literature; Mia Couto; time; written culture; identity.

Nossa casa, no tempo, ainda
era mais próxima do rio, obra
de nem quarto de légua; o rio
por aí se estendendo grande,
fundo, calado que sempre.
Largo de não se poder ver a
forma da outra beira. E
esquecer não posso, do dia em
que a canoa ficou pronta.

João Guimarães Rosa

Mia Couto é poeta e participou ativamente do processo de independência de Moçambique e, por algum tempo, também esteve diretamente vinculado ao novo governo instituído com a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) no início da década de 1990. Ele acentua um pouco dessa sólida e viva passagem que ainda glorificaria uma redescoberta de um país recém-independente, de uma nova África na virada do século XX para o XXI. Percebê-lo em sua unidade e compromisso com as questões e debates em torno da cidadania nos faz seguir nessa lógica sobre a autonomia e a racionalidade escondida por tanto tempo no olhar reducionista e essencialista do europeu. Ele descreve um povo marcado pela oralidade e que não se ausenta das suas próprias histórias ou, talvez, que não se torne excessivamente passivo nelas. Hoje, o *novo* poeta da África

procura defender-se desse mito totalizante da submissão cultural, da aculturação e da redenção colonialista. O poeta Mia Couto recobre a necessidade de se pensar as peculiaridades linguísticas para uma *nova* Moçambique. Em seus discursos pelo mundo e nas suas “palavras impressas” ele não contraria a reunião desses vários elementos que compõem a tradição poética da oralidade no continente, já que boa parte de suas histórias foram resultantes do seu contato com a tradição oral bastante em vigor em algumas regiões do seu país, algumas interiorizadas fora da capital Maputo, por exemplo. É legítimo que a tenhamos, nas partes da sociedade rurais de tradição oral, a *arte oratória* e a *eloquência* como formas de criação literária em África.

A eloquência e a poesia talvez constituam gêneros literários que mais facilmente se adaptaram a tradição autóctone. A África sempre teve poetas, oradores e autores de canções. No encontro entre às tradições poéticas autóctones e as novas formas importadas do mundo ocidental operou-se o contato cultural, sob muitos aspectos o menos doloroso, da literatura.²

Nessa lógica poderíamos pensar que atualmente há na África uma rica e produtiva busca pela “autenticidade” cultural das populações após a consolidação da independência. Ocorre que não é mais uma simples busca pelos traços de semelhanças que uniam toda a África no intuito de diferirem do restante do mundo, mas que ao mesmo tempo

² MAZRUI, Ali A. *O desenvolvimento da literatura moderna*. In. História geral da África, VIII. Brasília: UNESCO, 2010. p. 663. Este capítulo contou com a participação de Mario de Andrade, M’hamed Alaoui Andalaoui, Daniel P. Kunene e Jan Vansina.

procuram traços do que os possa tornar diferentes entre si. É claro que essa interessante preocupação da cultura intelectual africana em sintetizar a sua identidade, no seu influxo variável e, ao mesmo tempo, coeso, é algo certamente similar ao que fizeram outras populações em outras épocas em torno das suas “comunidades imaginadas”. Como fizera o Brasil monárquico no século XIX e que avançou marcadamente presente na literatura modernista do século seguinte.

O que devemos conceber aqui é que não existe, jamais, um único sentido atribuído ao conceito de *moderno* que possamos aplicar aos movimentos artísticos, literários, políticos etc. Ele mesmo não é um termo cimentado e fechado em si, porém, flexível e aberto, não estando nunca pré-determinado por um único movimento esporádico ou restrito a apenas uma *palavra* ou a um contexto histórico. Certamente que os modernismos que marcaram e que se instauraram na África, desde 1935, foram também movimentos que encontrariam suas raízes em outras partes do mundo. Não quero, de forma alguma, me responsabilizar por semear alguma dúvida sobre a autenticidade e a originalidade assentada com o movimento “modernista” que se acentuou na África atualmente, nas originalidades representadas pela cultura escrita moçambicana, por exemplo, que giram em torno desses debates sobre as experiências do passado no intuito de se pensar outras possibilidades de experiência para as suas populações do presente, em suas sociedades modernas. Um modernismo que não recusa jamais as bases tradicionais da sua cultura.

O que quero provocar, então, tem por finalidade atingir algumas das ideias transmitidas pela via literária no universo africano moçambicano, da palavra escrita, e em como essa “atividade que tenha contato com as palavras” afetou ou afeta o pensamento e o comportamento³ de uma parcela da África contemporânea. Acredito, talvez, que isto poderá de alguma maneira nos forçar a uma experiência em compreender um pouco mais sobre a atual difusão do livro nas sociedades modernas africanas. É evidente que as condições sempre variaram tanto de época para época, de tempo em tempo como de lugar para lugar. Dessa forma, isso poderia perfeitamente nos levar a outras questões, ou níveis de conhecimento, e num outro momento, talvez, pudéssemos traçar melhor uma nuançada problemática sobre a circulação e incorporação da leitura na África (cultura letrada), ou quiçá nos questionar sobre quem lê o quê no continente. Sobre a leitura que se desenvolve, completa Darnton:

Os próprios autores são leitores. Lendo e se associando a outros leitores e escritores, eles formam noções de gênero e estilo, além de uma idéia geral do empreendimento literário, que afetam seus textos, quer estejam escrevendo sonetos shakespearianos ou instruções para montar um *kit* de rádio. Um escritor, em seu texto, pode responder a críticas a seu trabalho anterior ou antecipar reações que serão provocadas por esse texto. Ele se dirige a leitores implícitos e ouve a resposta de resenhistas explícitos. Assim o circuito percorre um ciclo completo. Ele transmite mensagens, transformando-as durante o percurso, conforme passam do pensamento para o texto, para a letra impressa e de novo para o pensamento. A

³ DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 65.

história do livro se interessa por cada fase desse processo e pelo processo como um todo, em todas as suas variações no tempo e no espaço, e em todas as suas relações com outros sistemas, econômico, social, político e cultural, no meio circundante.⁴

Talvez o que seja de fato relevante neste texto esteja inscrito ao que Darnton chamaria de “contato popular com a palavra”. De certa forma não pretendo buscar as raízes econômicas do livro, dos negócios em todas as etapas desde a produção até a comercialização e o consumo do livro como fizera genialmente Darnton, mas, por suas razões políticas – afinal, a palavra escrita é incorporada, em Mia Couto, pelos relatos da cultura oral moçambicana, seu patrimônio coletivo –, ouvir a voz da África através das palavras escritas na sua literatura é poder nos alimentar com aquela ilusão de que nos retiramos do nosso próprio tempo para, assim, estabelecer contato com os que vivem no outro mundo.

Parafraseando suas considerações a Jorge Amado e Graciliano Ramos, Mia Couto, na minha concepção, também fala, ao mesmo tempo, da carne e da festa de Moçambique e da pedra e do osso da cultura africana. Sua prosa é verdadeiramente revestida por uma sensibilidade extremamente rara, talvez por um realismo que também pudéssemos encontrar em outras nacionalidades literárias, como, por exemplo, em Jorge Amado, como em “Povo e Terra”⁵, onde *vincando-lhe* o seu caráter de brasilidade a *terra* torna-se a soma, em seu sentido

⁴ DARNTON, Robert. O beijo de Lamourette. Op. cit., p. 66.

⁵ AMADO, Jorge. Povo e Terra. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.

amplo, dos vários sertões existentes, do cacauzeiro, da zona de Ilhéus, da cidade de Salvador, de Santos etc. A terra que há no Brasil e que mora no brasileiro é o que há de mais intenso, com seu cenário, seu “habitat”, descritos verdadeiramente pelas palavras do poeta. Talvez este pudesse ser o caráter de um escritor modernista que é, ao mesmo tempo, “porta-voz do oprimido” e integrador de todos os “sertões” a uma imagem mais ampla da cultura nacional.

O seu desejo principal foi o de serem atuais, exprimir a vida diária, dar estado de literatura aos fatos da civilização moderna. Neste sentido, não apenas celebraram a máquina, como os futuristas italianos, mas tomaram por temas as coisas quotidianas, descrevendo-as com palavras de todo o dia, combatendo a literatura discursiva e pomposa, o estilo retórico e sonoro com que os seus antecessores abordavam as coisas mais simples. Daí tenderem por vezes ao estilo epigramático, à concisão elíptica, visando justamente a corrigir esta orientação monumental. Um poema de Mário de Andrade se chama (verdadeiro desafio às convenções) “O poeta como amendoim”. Replicando ao famoso verso de Gonzaga – “Eu tenho um coração maior que o mundo”, - Carlos Drummond de Andrade dirá: “Não, meu coração não é maior que o mundo. É muito menor”.⁶

Utilizo uma definição do conceito de modernismo abramileirado porque foi com ele que Mia Couto esteve, e ainda está, desde a infância, diretamente envolvido. Devido, principalmente, à influência do pai, que era poeta e antropofagicamente admirador de Caymmi a Jorge Amado. Em algumas entrevistas, Mia Couto desfia

⁶ CANDIDO, A. & CASTELLO, José A. Presença da literatura brasileira. Modernismo. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. 10.

elogios às particularidades narrativas e às características dos autores brasileiros. Para ele, esses autores tiveram uma contribuição significativa para a sua formação como poeta e romancista. No decurso histórico das relações bilaterais entre África e Brasil, no Atlântico, ignoramos constantemente outras travessias, como a do compartilhamento entre as nossas experiências literárias. Nesse intercurso totalmente inverso do que se havia abatido outrora, as obras literárias que chegaram até a África, nas décadas de 1950-1970, chegaram por muitas vias e por vezes ilegalmente.

A arte e a militância, uma vez mais, encontravam-se e atuavam em conjunto. O regime de Salazar, reagindo ao anti-imperialismo militante da África no pós-guerra, fechou a Casa dos Estudantes do Império, interditando-a desde 1952 até 1957. Em 1957, após o seu renascimento, esta instituição enfrentou regularmente as autoridades, antes de ser banida em definitivo, no ano de 1965.⁷

Em uma entrevista Mia Couto afirma que a África, hoje, é menos conhecida no Brasil do que em comparação ao interesse que os africanos lusófonos têm do Brasil. Sempre houve um interesse maior do outro lado, atesta o poeta.

Mia Couto confessa: “a literatura brasileira *sempre* entrou na minha casa pela varanda”⁸, pela porta da frente. Na célebre obra *Se Obama fosse africano?*, admite:

⁷ MAZRUI, Ali A. *O desenvolvimento da literatura moderna*. In. História geral da África, VIII. Brasília: UNESCO, 2010. p. 674-675.

⁸ Retirado de: www.youtube.com/watch?v=4ryBAE7aJok. Comemoração dos trinta anos da editora Companhia das Letras.

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os livros de Jorge cruzaram o Atlântico e causaram um impacto extraordinário no nosso imaginário colectivo.

É preciso dizer que o escritor baiano não viajava sozinho: com ele chegavam Manuel Bandeira, Lins do Rego, Jorge de Lima, Erico Verissimo, Rachel de Queiroz, Drummond de Andrade, João Cabral de Melo Neto e tantos, tantos outros.

Em minha casa, meu pai – porque era e é poeta – deu o nome de Jorge a um filho e Amado a um outro. Apenas eu escapei dessa nomeação referencial. Recordo-me de que, na minha família, a paixão brasileira se repartia entre Graciliano Ramos e Jorge Amado. Mas não havia disputa: Graciliano Ramos revelava o osso e a pedra da nação brasileira. Amado exaltava a carne e a festa desse mesmo Brasil.⁹

Nesse ínterim espaço-tempo da narrativa se pode admitir pelo menos em parte um pouco dessa destreza pelo prazer que nos torna reconhecíveis nas formas do tempo vivido, como afirmaria P. Ricoeur (1994). Já não nos resta nenhuma dúvida quanto à relação da narrativa literária e o tempo, assim como com a história, pois há um interesse que se estende a praticamente toda uma coletividade. Ou seja, a literatura possibilita dizer sobre o que é necessário num dado tempo vivido pelas suas representações. Ela nos faz próximos do que é inteligível e nos deixa exibir a credibilidade necessária sobre algumas imagens universais, nos oferecendo a “falsa” sensação de coletividade.

Mia Couto atesta a importância fundamental do modernismo brasileiro na sua formação como escritor. O modernismo brasileiro era um integrador do sertão e do povo sertanejo nas narrativas e por essa

⁹ COUTO, Mia. Se Obama fosse africano? E outras intervenções. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 63.

via Moçambique incorporou o campo, no sentido de procurar-se cada vez mais na sua própria literatura, tentando nunca, jamais, tornar-se preso aos modelos advindos do epicentro literário europeu. O Brasil tentou algumas vezes, por necessidade, encontrar-se na África, e, por outro, os africanos, principalmente os de língua portuguesa, intentaram encontrar-se neste debate literário um poder de sugestão. Portanto, nessa *nova* África, a ruptura com Portugal é urgente, e é instrumentalizada na literatura. Ao contrário da África, o Brasil teve muito mais tempo para se recriar, como o de fundamentar para si uma cultura escrita peculiar, que se instituía de “modernismo”, desde seus predecessores oitocentistas, e só recentemente Moçambique se converteria aos dogmas desta seita moderna.¹⁰

Mia Couto é um desses escritores contemporâneos que através da literatura propõem um novo olhar sobre a África. Ele desafia o leitor a “redescobrir-se” na cultura nacional moçambicana através de histórias que foram sendo, por vezes, inscritas também pelas guerras (sem heróis), pelos costumes, paisagens, vilarejos, famílias, e por populações que “sonharam em ser futuro” – esse futuro que é, por um lado, atualizado pelo seu presente e que, por outro, é pré-determinado pelas experiências passadas. Mia Couto assegura que “os sonhos falam em nós o que nenhuma palavra sabe dizer”¹¹. Neste sentido, o que ele talvez queira dizer é que nenhum poeta, na verdade, pode ser concebido

¹⁰ Entrevista Roda Viva, 2012. Retirado de: www.youtube.com/watch?v=6v3buePuzbU.

¹¹ COUTO, Mia. Se Obama fosse africano? Op. Cit., p. 12.

restritamente enquanto tradutor de sonhos, mas sim como “produtores de sonhos”. Os poetas são os que podem se aproximar de uma linguagem divina, da sua quintessência, uma parte da língua que jamais poderia ser dita ou falada corriqueiramente. Essa interpretação nos colocaria frente a outro tipo de problema que se inscreveria exatamente nas qualidades que o poeta apresenta ao leitor, para que este possa, assim, sonhar com os sonhos ditos nas histórias pela poesia. Essa tônica discursiva participa também dessa construção conceitual que é a das três temporalidades, na qual passado e futuro dialogam e que deve, assim, intencionalmente, atingir o status de *tempo moderno*.

Bastaram alguns anos após a guerra de independência para que surgisse um novo *espírito* nacional¹² comumente presente nesse moderno conceito de literatura que cresce significativamente no continente africano. Apesar das distâncias e das barreiras acrescidas com as experiências de futuro, o passado deve ser aquilo que é recebido pelo presente enquanto que o futuro se torna sempre mais um lugar concretamente atualizado no presente vivido, isso segundo as proposições categóricas apresentadas por Koselleck sobre o tempo da história.

Atualmente há uma reinterpretação da cultura nacional africano-moçambicana que começa como uma denúncia ao discurso de “vitimização” pelo colonialismo. Como atesta Mia Couto:

¹² Antes da independência dos países africanos a poesia já era a “musa da libertação”. Alguns entre os novos militantes e combatentes pela libertação eram poetas ou escritores.

Talvez se esperasse que, vindo de África, eu usasse desta tribuna para lamentar, acusar os outros e isentar de culpas aqueles que me são próximos. Mas eu prefiro falar algo em que todos somos ao mesmo tempo vítimas e culpados. Prefiro falar do modo como o mesmo processo que empobreceu o meu continente está, afinal, castrando a nossa condição comum e universal de criadores de história.¹³

Em Moçambique, atualmente, vive-se um momento em que estes encontros e desencontros entre as culturas africanas demonstram um paraíso de efervescências, de trocas simbólicas e, ao mesmo tempo, de paradoxos instituídos. Segundo Mia Couto não é sempre que as palavras farão a ponte na tradução desses mundos completamente contraditórios por sua diversidade. Em Moçambique, conceitos que muito nos aparecem como algo universal, como *Sociedade e Cultura*, nem sempre serão de fácil correspondência em todas as partes do país. Ele nos diz que não há como exprimir esses conceitos em todas as localidades do país de igual maneira, ou seja, nem sempre haverá palavras nas línguas locais para uma tradução que seja adequada à integração de todos, no sentido do que se pretenda realmente expressar (hoje há mais de 25 línguas nativas em Moçambique e o português é falado por aproximadamente 60% da população). Porém, inversamente, não haverá de igual maneira nas línguas europeias expressões que possam traduzir valores ou crenças das culturas em Moçambique.

Essa pequena parte dos obstáculos que impede muito um projeto mais elevado de cultura nacional, hegemônica, em

¹³ COUTO, Mia. Se Obama fosse africano? Op. cit., p. 12-13.

Moçambique, na falta de uma língua universal, é embaraçosamente insuficiente para se afirmar a *identidade nacional* no país? Mia Couto prefere pensar o multiculturalismo como algo que encaramos e que carregamos dentro de nós mesmos. Essa dificuldade não é por acaso apenas razão dos diferentes dialetos, mas acima de tudo pela ausência de conceitos que possam ser traduzidos a todos os moçambicanos sem sofrer com isso os problemas do sentido mutilado. Nem sempre haverá tradução em Moçambique para determinada coisa, o que dificulta acima de tudo inserir todas as populações no âmbito da unidade nacional.

Numa entrevista o escritor moçambicano fala dessa renovação da linguagem africana, e afirma que no Brasil continua havendo uma dominação do ponto de vista linguístico e cultural. É claro que esse expansivo domínio do português brasileiro é caracterizado por Mia Couto como sendo uma consequência da imensidão que é o país e também por conta da “capacidade que o país tem de exportar a si próprio, por via da novela de televisão” e acho que posso também acrescentar, sem riscos de ludibriação, da verve literária, neste mesmo sentido.

Eu vim beber no Brasil. Sou mais influenciado pelos poetas brasileiros, como Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira. A minha casa vivia cheia de poesia, porque meu pai, Fernando Couto, era vitrado em poesia brasileira e francesa. Eu tinha discos da poesia jogral de São Paulo, que hoje ninguém mais conhece. Mas me marcou escutar poemas como “Essa nega Fulô”, de Jorge de Lima. Poesia era mais som do que leitura para mim. Em minha casa viviam essas vozes. Eu nem me dava conta de que poesia vinha do livro. Comecei a ouvir

música brasileira na nossa varanda. Meu pai ouvia também as canções praieiras do Dorival Caymmi e aquele jeito doce de cantar me marcou desde menino. Depois vieram João Cabral de Melo Neto e Guimarães Rosa. Quando publiquei *Vozes amanhecidas*, em 1987, eu sofria influência do Guimarães Rosa, embora nunca o tinha lido. Depois o escritor Luandino Vieira, que transgredia a norma incorporando os sotaques de Luanda, chamou atenção em uma entrevista que era influenciado por Guimarães Rosa. Eu consegui uma fotocópia do conto “A terceira margem do Rio” e finalmente li. Quando escrevi o segundo livro de contos, *Cada homem é uma raça*, aí já era totalmente influenciado em Guimarães Rosa. Os contos dele são romances condensados.¹⁴

Os textos literários foram, por muito tempo, durante os anos do colonialismo, duramente contrastados a clandestinidade. Era a garantia de uma rígida proibição que permanecia condenando a arte e a participação política. Neste período, o laço da poesia e da literatura, mantidos com a *política*, constituem uma das mais marcantes características da literatura africana, o que a torna moderna em suas bases.

O texto literário não é autônomo em relação ao ambiente histórico e cultural em que é produzido. Ele é um modo de projeção das questões e pontos de vista que configuram esse ambiente, sintoniza-se, em alguma medida, com a percepção própria do seu tempo. Noutros termos, a experiência literária não é exclusivamente estética, mas diz respeito a um certo modo de percepção

¹⁴ Matéria intitulada *Mia Couto: “O português do Brasil vai dominar”*, concedida à Revista Época, 2014. Retirado de: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/04/bmia-couto-o-portugues-do-brasil-vai-dominar.html>.

que é histórico-cultural, implica uma escolha discursivo-ideológica daquele que escreve.¹⁵

A velha figura subversiva do intelectualismo promovido pelos artistas, inseridos no novo contexto da África, manteve algumas das suas características. Sua autovalorização de defesa pelo “novo” basicamente se integra aos movimentos de luta pela autonomia quanto pelo progresso nacional. Há de se ter na *revolução* uma tônica ao qual postula a própria aporia da “redenção do tempo” futuro, e que, como consta em Walter Benjamin, não tentará apenas em salvar as sociedades futuras, mas também há de vingar, no mesmo nível, as comunidades do passado.¹⁶ As obras que cruzaram o Atlântico podiam se dirigir ao continente praticamente como uma promessa de cura para os incômodos que ainda jaziam da colonização, talvez, pela sua falta de unidade. Um mal que o Brasil, por exemplo, também sentira em outros tempos, esse impacto que sobreveio com a independência, da ruptura, e às incertezas e problemas internos. As *dúvidas*, como resposta para um tempo “novo”, nos textos literários é um discurso que pretende essencialmente vestir-se com o véu da *modernidade*. Já que o modernismo surge como uma maneira de tentar saná-las.

Mas é claro que essa velha estrutura discursiva oriunda do pensamento essencialista do século XIX, no qual resultaria da ideia de que a identidade nacional se defenderia de uma espécie de nacionalismo

¹⁵ CAETANO, Marcelo José. Itinerários Africanos: Do colonial ao Pós-colonial nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. v. 4 Ano IV, n.º. 2, 2007. p. 03.

¹⁶ BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In. O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

que subsiste pela via da autenticidade racial, comporta a nacionalização dos indivíduos, e que, por via de dúvidas, deve ser colocada de lado em prol de uma nova acepção do termo, adquirida principalmente do conceito de *cultura* nacional. Via que se valorizam as contradições, as diversidades, a fluidez, a não linearidade e a não hereditariedade etc. Como definiu Benedict Anderson, a nação deve ser concebida originalmente como “uma comunidade política imaginada”¹⁷.

Em entrevista concedida ao Saraiva Conteúdo¹⁸, Mia Couto fala brevemente sobre sua trajetória política e a sensível relação com as palavras que mantém. Para o escritor, hoje, a literatura africana cresceu significativamente. Tornou-se plural, “tornou-se literaturas”. Mia Couto diz que as suas marcas fincadas da poesia vieram ainda quando criança, enquanto na sua casa todos viviam “em estado *inconteste* de poesia”.

O meu pai nos ensinou a olhar para as pequenas coisas, ao jeito das lições de Manuel de Barros, procurando brilhos entre poeiras e cinzas no chão. Numa sociedade colonial muito violenta ele nos conduziu a descobrimentos na vida e por nós mesmos o que os livros depois revelaram.¹⁹

Já se escreveu mais de vezes que o papel do escritor, em parte, será sempre tanto mais universal quanto seja ele mesmo também um porta-voz da sua própria cultura. E que assim a sua obra ganhará a imortalidade proporcional à marca deixada pelo seu tempo, como valor

¹⁷ ANDERSON, Benedict. Nação e Consciência Nacional. São Paulo: Ática, 1991. p. 14.

¹⁸ Ver: <http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/45036>

¹⁹ Entrevista concedida ao Saraiva Conteúdo em 2012. Fonte: <http://www.saraivaconteudo.com.br/Entrevistas/Post/45036>

testemunhal da história. Mesmo se alguns insistirem em intentar viver uma propalada e restrita vida interior, isolando-se definitivamente do mundo, irão contradizer a regra própria da sua existência social. Sendo assim, todo sujeito histórico fará sempre, via de regra, parte do que se chama de “comunidade imaginada”²⁰.

Mia Couto diz que foi privilegiado em nascer na África, em Beira (1955), Moçambique. É pela verve do olhar realista, combinada a sua experiência de escritor, que o poeta nos fala dos *machimbombos* e da vida popular em Moçambique, dos mistérios e das crenças celebradas na vida popular. É assim que ele converte em uma outra realidade o seu país. Recriar as faces desses mundos, homens e mulheres, que lhe cercam pelas suas histórias, saberes e costume popular. Cujos pés constroem as danças mais belas da sua cultura, e que recriam do fundo do colonialismo, mesmo nos ombros dos maltratados, tantas feições por eles conservadas nas práticas coletivas, como algo verdadeiramente singular. Seu conhecimento não é sempre o de quem observa os fatos, mas de um sujeito que vivencia nessa íntima ressonância. E que carrega consigo muito do segredo da cultura popular do “seu” povo, do que há de mais verdadeiro nessa outra parte do africano em Moçambique.

A fala de Mia Couto é propriamente a da fisionomia cultural do seu país. Da complexa *espiritualidade* nacional que subsiste hoje, a parte específica que não pode ser adquirida facilmente num “mercado”

²⁰ ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

de conhecimento ou de sentimentos. São expressões por direito humano e por direito de vida, um tecido materializado por símbolos e gestos culturais legados pela história de Moçambique. O simbólico do corpo e da alma de um povo, de *ser no mundo*, como num composto de elementos que produz a substância da coletividade, os “condicionantes” do seu cotidiano, etc. Sendo assim, torno a dizer que tudo o que o escritor e indivíduo faz, interpreta ou diz corresponde, em parte, a uma força dialética com o social. A escrita da realidade é algo intimamente ligado às relações com a história, a memória e a identidade. Essa íntima relação é oriunda das variáveis e das aproximações entre a unidade e a diversidade, o conhecimento e a experiência, o “nós” e a “psique”, ambos se recriam formando uma “teia” de sentidos individuais. Ao longo da vida alguns símbolos vão ganhando imortalidade. Essa imortalidade é concebida no “ventre do povo”, no seu cotidiano, responsável por si – ou seja, pela gestação das suas histórias, memória e cotidiano.

Mia Couto, no romance *Terra Sonâmbula* (1992), trabalha numa realidade recriada pela guerra moçambicana. Nessa trama narrativa também se desenvolve uma sensibilidade em torno do tempo. Mas o mais significativo em suas histórias são exatamente os efeitos que o tempo pode ter provocado com a guerra. A metáfora ao tempo é circunscrita a tudo que a guerra pode gerir na vida dos homens: “nos rios viajam as esperanças”, diz ele. A natureza parece ser a única a resistir ao tempo da guerra. Ele recria uma imagem destruída pela

brutalidade dos conflitos, uma imagem que o moçambicano carrega dentro de si. No tempo da guerra, e das fragilidades, se corroboram muito essas sensações de tempo futuro. O próprio termo *esperança* está imbricado por uma crença emocional que se dirige para frente do presente vivido. É algo que transita no espaço das possibilidades e que deve ser o contrário do que se “vive” no presente imediato. Talvez uma “graça” esperada, a estátua da esperança olha sempre para frente, com o cristianismo ela também passou a olhar para os céus, com as mãos sempre estendidas em gesto de fé e expectativa. “Na guerra contar histórias alimentava os desejos pela fantasia. Em que muito o sentimento da guerra fazia calar”²¹. Além disso, ele sabe que não basta ver o hoje ou ter visto o que passou. Nas guerras dos homens o *tempo* futuro, além de apaziguador, é sinônimo de mudança.

Na experiência da guerra moçambicana se assentam também algumas possibilidades conceituais para a “nova história”, já que como expressa acima: as histórias preenchem o vazio da guerra que “fazia calar” e nutria a vontade de fantasia dos homens. É esse o intuito das histórias que são ditas na guerra, o de preenchimento: contar, fazer imaginar, recriar, fantasiar, deixar o tempo *passar* sem percebê-lo, etc. No entanto, outros exemplos também atravessam essa compreensão. Além de mexer com as questões das lembranças dos personagens, às vezes, em sentido conceitual, há uma compreensão metafórica que dimensiona a imagem recriadora da estrada como lugar de

²¹ COUTO, Mia. Terra Sonâmbula. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 77.

temporalidade. O *machimbombo* (autocarro) é um intermediário dessa relação de temporalidade (passado-futuro), ou de lugar fixo. O *machimbombo*, abandonado na estrada, destruído pela guerra, serve de abrigo aos personagens Tuahir e Muidinga no livro *Terra Sonâmbula*. É neste sentido que quase tudo gira em torno destes lugares marcados pela guerra, exceto os *cadernos de Kindzu* que já trabalha em outro tempo, o tempo da narrativa dentro da história. Ele nos mostra a angústia e o conflito vivido tanto pelo indivíduo quanto pela sociedade, a fluidez dos valores e a evolução rápida da realidade.

De novo, a morna monotonia se instala. Para distrair o tempo, tiram o banco para fora do autocarro e colocam-no no meio da estrada. Sentam-se a apanhar sol, com mais prazo que os lagartos. Muidinga repara que a paisagem, em redor, está mudando suas feições. A terra continua seca mas já existem nos ralos capins sobras de cacimbo. Aquelas gotinhas são, para Muidinga, um quase prenúncio de verdes. Era como se a terra esperasse por aldeias, habitações para abrigar futuros e felicidades. Mas o mato selvagem não oferece alimento para quem não conhece seus segredos. E a fome começa a beliscar a barriga daqueles dois. O estômago de Muidinga ronrona.²²

E já que falamos em cultura nacional ou em *identidade* nacional, dizemos da cultural como sendo aquela que atravessa todas as esferas sociais. Essas realidades identitárias só podem ser lidas, segundo Stuart Hall, a contrapelo. Nessa concepção, quando falamos em identidade nacional queremos nos referir, acima de tudo, não a uma unidade político-social, mas às singularidades. Ela possui uma

²² COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. Op. cit., p. 49.

multiplicidade constituída por discursos, práticas e posições que ora se cruzam e ora se tornam antagônicas. É nessa luta pelo autorreconhecimento ou pela autossatisfação que se encoberta a luta pelo reconhecimento “do outro”.

Esta concepção de identidade inflamada pelo discurso “Essencialista” do século XIX esteve vinculada ao papel fundamental da nacionalidade como fonte principal da identificação nacional do sujeito. O sujeito moderno perdia completamente a sua subjetividade neste processo. Sendo assim, a nacionalidade viria sempre em primeiro lugar. A nacionalidade deveria ser algo verdadeiramente sagrado.

Hoje percebemos que essa concepção de identidade nacional deverá, a todo o instante, transcender a esfera do Estado-nação, não se pode submeter ou se nutrir mais dela, da esfera política. Já que o cultural está em todos os domínios da sociedade. O que corresponde, neste sentido, a conceber a imagem da nação mais como uma “comunidade simbólica” do que meramente como uma nacionalidade consolidada a partir de uma acepção que se instala nos limites territoriais, linguísticos, tradicionais da memória e dos seus antepassados. Saímos desse espaço essencialista em que a identidade nacional se reduziria aos símbolos nacionais, valores, idioma, espírito e tradição e alcançamos a ideia de uma “cultura nacional” que celebra, por outro lado, os símbolos diversos, imagens e discursos variados. A identidade nacional deve ser concebida como uma aura da “comunidade imaginada”. Tudo que é inventado na literatura ou na historiografia.

Pela mídia, pelo povo, pelas narrativas míticas, tradições e pelas artes. Nesse sentido, o que deve prevalecer são as formas que interligam passado-presente, e que conectam o passado ao futuro na busca de uma atualização das formas simbólicas, das práticas da modernidade como um discurso atual.

As revoluções comunistas do século XX foram, talvez, em certa medida, antinacionalistas. No III Congresso da Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique) instituiu-se um programa socialista. A política interna do partido foi exatamente a nacionalização do ensino, bancos, assistência médica etc. A Frelimo havia conquistado o poder ao fim da guerra de independência. Desde o início do governo de Samora Machel que Moçambique passou a enfrentar problemas graves de guerra civil (1977-1992). Principalmente após a instabilidade da política externa com os países vizinhos, a África do Sul e a Rodésia. É mediante este quadro que Mia Couto fala, em *Terra Sonâmbula*, “para” um país e “sobre” um país cujo elemento do *tempo* é claramente um divisor de águas. Um tempo com sonhos e esperanças remotas, numa realidade instituída pela guerra, com uma áspera agonia, a destruição, o medo que lhe retiraram, talvez, a vida, porque a guerra lhe retirava o tempo, o tempo cotidiano. O sentimento natural que corre com o tempo é outro, este novo tempo é sentido e ditado pela guerra, ele cria novas percepções de ritmos a outro cenário para a realidade vivida em *Terra Sonâmbula*. É claro que na sua obra Mia Couto procura também mistificar Moçambique, não se trata apenas da sua leitura, mas do

sonho por trás de um país dividido. Como ele atesta, sua experiência foi em parte vivida pela guerra que hoje constitui parte da sua obra. Foram mais da metade de anos seguidos da sua vida consumida pela guerra.

No programa *Roda Viva* (2012) Mia Couto compartilha um pouco sobre a sua experiência de criança em Moçambique, e diz ter sido, obviamente, marcada brutalmente pela guerra. Nesta conversa ele explica como soube, mesmo vivendo sua infância numa realidade tão brutal, traduzir essa experiência em fabulações. A fabulação, diz ele, é um elemento próprio da literatura, é uma forma de se pensar o mundo, e não é, nem nunca será menos real do que qualquer outra disciplina. Esse foi o caminho escolhido para contar sobre a cultura popular moçambicana, com suas introjeções entre a cultura oral, latente na África, e a escrita. Mia Couto comenta que na condição de biólogo – que o obriga a percorrer muitos lugares do país em visitas constantes – ele acaba se deparando com muitas casas, grupos, famílias e vários lugares que, na verdade, não pertencem a ele. Ele fala que mesmo com tantas casas visitadas, exploradas nos seus textos literários, ele, na verdade, não reside em nenhuma delas.

Como atesta Hall, essa é uma maneira que encontramos para falarmos de nós mesmos. Na construção de vários discursos sobre o que deveríamos ser ou o que talvez sejamos de fato, algo que é freudianamente necessário às sociedades.

Em cada momento do presente vivido, os homens se *autorrepresentam* no imediato da sua vida e é a partir dessas

articulações entre experiência e expectativa que a realidade é concebida. Não se pode ter um sem o outro, experiência e expectativa se necessitam mutuamente na realidade histórica. Ao se entrecruzarem, passado e futuro, obtemos o tempo da história. Temos mais do que isso, na verdade, temos uma história concreta. Ambas as categorias são para Koselleck duas formas meta-históricas. Ou seja, o espaço de experiência é o passado recebido pelo presente e o horizonte de expectativa é o futuro atualizado. É nessa junção entre um e outro que resulta a realidade histórica, individual e coletiva. Como aponta François Hartog o “escrito vale como prova” e “passado e futuro só se encontram no presente”, indagando sobre as dimensões da temporalidade: “não seria já, ao se olhar a si mesmo no passado, uma forma de dirigir-se às ‘pessoas do futuro’, que, por sua vez, deverão abster-se de esquecer que nada, nunca, permanece no mesmo lugar?”.²³

De fato, a única coisa que acontece é a consecutiva mudança da paisagem. Mas só Muidinga vê essas mudanças. Tuahir diz que são miragens, frutos do desejo de seu companheiro. Quem sabe essas visões eram resultado de tanto se confinarem ao mesmo refúgio. Por isso ele queria uma vez mais partir, tentar descobrir nem sabe o quê, uma réstia de esperança, uma saída daquele cerco.

– Você quer sair, não é

– Quero, tio. Esta estrada está morta.

– Esta estrada está morta!? Mas não entende que isso é muito bom, esta estrada estar morta é que nos dá boa segurança?

– Mas nós, desta maneira, não vamos a lado nenhum....

– Isso quer dizer que também aqui não chega ninguém.

²³ HARTOG, François. Evidência da história: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 59.

Antoine Prost afirma que qualquer forma de comparação estabelecida entre passado e presente já nos pressupõe, por si só, que o “tempo da história seja objetivado”. Pois se é visto do presente, como fazemos normalmente, essa comparação torna a supor que há um tempo já decorrido²⁴. Até porque nunca haverá identidade sem passado, assim como não haverá presente sem que, antes, invoquemos a relação futuro-passado, e que não é algo totalmente consciente.

Não quero me prolongar com explicações teóricas sobre a catarse do tempo histórico como sendo a ponta de lança da história; a mais valiosa matéria bruta extraída pelo historiador é o tempo: sua matéria-prima. Mas visto dessa forma é de grande importância estabelecer uma leitura sobre a representação do tempo na literatura africana. É comum a constante busca por uma visão do “tempo” numa concepção essencialmente europeia-ocidental da literatura. O filósofo Paul Ricoeur, por exemplo, esmiúça uma concepção da representação do tempo a partir de grandes escritores europeus como Thomas Mann e Gustave Flaubert. Ricoeur entende que a relação entre história e literatura acontece, naturalmente, na “prefiguração do tempo possibilitada pela leitura”²⁵. Poucas são as teorizações do tempo representado de quem fala “pela” e “da” África. Uma outra concepção de tempo que pudesse emergir da literatura africana e que não nos chegasse mais apenas através de um olhar europeu. Poderia ser uma

²⁴ PROST, Antoine. Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 104.

²⁵ RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. 1994.

contradição falar do tempo representado na literatura africana através de uma teoria do “tempo” que nos chega da Europa. Há um contraponto, ao passo que a teoria me possibilita pensar “o que é o tempo?”, o tempo representado na literatura africana torna a me dizer, por outro lado, da “realidade do tempo”. Por isso também seu grande valor. Essa leitura obviamente nos sugere um tempo que é interdito a partir dessa dupla relação, já que “é” a experiência quem demarca esses limites da consciência histórica, no envolvimento e desenvolvimento dos personagens no texto.

Se a obra de Jorge Amado já era em si mesma a própria afro-brasilidade do povo baiano, em Mia Couto atesta-se que a imagem mítica de Moçambique já está contida na sua própria imagem, na sua linguagem e poética. Por exemplo, o sertão brasileiro, como o que aparece em Guimarães Rosa, é a “linguagem que ela *mesma* oferece como se isto não pudesse ser dito de outra maneira”²⁶. Neste sentido, as histórias contadas por Mia Couto talvez não pudessem ser ditas de outra forma. Encontra-se aí a marca e a sua particularidade poética. Suas palavras apontam para uma linguagem das coisas, talvez buscando o que estivesse sendo dito pela sua própria natureza. E é isso que, na minha concepção, o faz um escritor realista, ou melhor, um moderno realista africano. Mia Couto diz que o uso que ele faz de algumas palavras transborda em fantasia poética nas suas narrativas. Mas, por outro lado, as palavras ditas poeticamente, como as ditas em suas obras,

²⁶ Entrevista Roda Viva.

são palavras que já estavam lá antes dele. A linguagem poética é exatamente esse oposto à linguagem funcional/usual e cotidiana. Para ele, a linguagem, no domínio da poética, deve ser exatamente o lugar onde se tenderia sempre a transplantar os homens de um nível usual e reintroduzi-los ao nível do divino, do poético e do sublime.

Mia Couto diz que se talvez tivesse vivido em uma situação de normalidade, num país sem guerras e revoluções, talvez tivesse demorado muito mais como escritor. Ele diz que esses acontecimentos, que marcaram o curso histórico de Moçambique, lhe fizeram entender coisas que hoje lhe são essenciais como poeta e escritor. Mia Couto se envolveu diretamente com as lutas de independência do seu país e participou conjuntamente com a Frelimo na construção de uma Moçambique livre. Inclusive, nessa trajetória, Mia Couto esteve, junto a um grupo de outras pessoas, encarregado de elaborar um novo hino para o país após a independência. Afirma que, hoje, por conta de algumas questões de cunho político pretendeu focar-se mais na imagem de cidadão moçambicano do que nas questões de cunho político-partidário. E que hoje talvez preferisse manter uma distância mais crítica em relação ao atual governo, da Frelimo. Essa é uma crítica dirigida à Frelimo, já que, para ele, o atual governo está distante das antigas bases: corrompeu-se do velho e inocente discurso original. Por outro lado, Mia Couto reconhece o valor de experiência pessoal que obteve junto à Frelimo nesses longos anos de luta pela independência do país.

Diz Mia Couto que aquilo que era a palavra de ordem da Frelimo, “por um futuro melhor”, se perdeu por completo. Sobre o governo da Frelimo ironiza: “um dia um jornalismo indagou perguntando a um camponês: – você acha que o seu futuro está a melhorar? e ele responde: – está a melhorar sim senhor, mas está a melhorar muito mal. (risos)”.²⁷

Na condição de biólogo Mia Couto que atua no acompanhamento e no levantamento de dados e relatórios, no campo dos impactos ambientais em Moçambique, acaba sendo agraciado com as suas várias andanças pelo país o que consequentemente o coloca diante de tantas possibilidades de histórias e relatos recolhidos das populações rurais camponesas. Existe aí um trabalho de escritor que começa primeiramente no campo, num trabalho quase de antropólogo, no recolhimento de conteúdos, dados e testemunhos, anotações etc., e que posteriormente se transforma num tempo escrito. Esse contato do escritor com os relatos de populações tradicionais: camponeses, caçadores, pescadores etc. possibilita ao escritor essa melhor leitura da cultura moçambicana, e de outras formas da realidade. Mia Couto conta, no *Roda Viva*, ter ido com um caçador fazer uma análise dos leões, no seu livro *A Confissão da leoa*, e sentia um pouco de “inveja” da forma como o caçador olhava para o chão e fazia naquele instante uma leitura que outras pessoas não seriam capazes. Diz ser dessa leitura a sua relação com o mundo de Moçambique e que transpõe em palavras

²⁷ Entrevista Roda Viva.

nas suas obras, é algo que o escritor-biólogo tem realmente o privilégio de poder recolher da cultura popular de Moçambique momentos que nunca serão repetidos.

Nos trabalhos que campo Mia Couto percebe que o país, assim como outros países, possui vários passados. As versões que contam nas escolas continuam sendo aquelas contadas pelos antigos vencedores, e que faz retomar aos problemas contidos na literatura contemporânea africana que é o de retomada dos discursos dos vencidos. Essas histórias populares recolhidas devem ser contadas e atribuídas igualmente valor narrativo. Dizer de uma história que é contada pelos vencedores é também dizer sobre uma concepção de tempo que também advém de uma imposição dominante.

Assim como na bagagem semântica da palavra “estrada”, o “rio” também é uma imagem que ganha profundidade nas obras do poeta Mia Couto. O rio, assim como a estrada, sugere a nós como numa travessia, um movimento, como expressaria a travessia dos tempos. Nas suas obras o rio tem uma grande carga simbólica e nos força a tentar medir essa travessia conceitual que quer dizer sobre aquilo que está para além de nós.²⁸ No seu livro *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra* Mia Couto recobre:

²⁸ Mia Couto e Maria Bethânia homenagearam os 30 anos da companhia das letras com uma discursão à obra dos dois autores. O encontro entre Bethânia e Mia ocorreu no dia 26 de setembro de 2016. Foi na sala Cecília Meirelles no Rio de Janeiro. Na ocasião Mia Couto também comemorou, de forma inédita aqui no Brasil, o lançamento do livro *Sombras da água*. Retirado de: www.youtube.com/watch?v=4ryBAE7aJok.

Nenhum país é tão pequeno como o nosso. Nele só existem dois lugares: a cidade e a ilha. A separá-los, apenas um rio. Aquelas águas, porém, afastam mais que a sua própria distância. Entre um e outro lado reside um infinito. São duas nações, mais longínquas que planetas. Somos um povo, sim, mas de duas gentes, duas almas.²⁹

Essa outra margem do rio, que nos fala Mia Couto, talvez deva ser entendida como algo que se encontra prematuro dentro de todos nós e que, para se tornar cada vez mais o que é, deve partir do princípio do *pertencimento* e da identificação como lugar. Seja segundo a máxima aristotélica do conhecimento (nós) e da alma (psique) ou talvez do pensamento que, muito mais além da mera significação entre sujeito e objeto, intenta busca o “em si” a partir da clássica relação entre o “uno” e o “múltiplo”. E que por ora torna a se aproximar da teoria do mito contemporâneo da “consciência coletiva”. Isto é, talvez ele deva estar sinalizando para algo que é necessário enquanto identidade ao africano, ou seja, uma busca incessantemente de “si” pelo o “outro lado”, na procura de uma fronteira, que possa, assim, ficar próximo daquilo que realmente “é” ou do que realmente se pode “ter sido”, como numa espécie de tratado filosófico que justifica a natureza cultural do homem.³⁰

Ele evoca, certamente, um poder que denotaria da qualidade da diferenciação, da *identidade* ou do seu caráter “singular-coletivo”. A necessidade de encarar no outro o que exige o mais de mim mesmo. Já

²⁹ COUTO, Mia. Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra. São Paulo: Companhia das letras, 2003. p. 18.

³⁰ Retirado de: www.youtube.com/watch?v=4ryBAE7aJok.

que o choque dessa experiência com o outro é também necessário para se edificar os limites dessa *diferença*, a África também encontra nele o seu cadafalso. É, portanto, nessa interlocução que nasce um discurso que marcha rumo ao moderno conceito de tempo e de literatura apanhado aqui. O que devemos, então, conservar para a história como parte da relação entre experiência e conhecimento ou entre experiência e fantasia nos textos literários? Parafraseando uma passagem do filósofo Giorgio Agamben, para mim Mia Couto, nessa relação, me parece ser esse sujeito dono do conhecimento, como foi D. Quixote, ele mesmo “tem sido encantado e só pode experimentar sem nunca tê-lo”, sendo que, por outro lado, seus personagens, como o Sancho Pança, devem ser sempre os mesmos sujeitos da experiência, já que estes “só podem ter experiência, sem fazê-la nunca”³¹.

Referências:

AMADO, Jorge. *Povo e Terra*. São Paulo: livraria Martins editora, 1972.

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: Destrucción de la experiencia y origen de la historia*. Argentina: Adriana Hidalgo, 2007.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Cia das letras, 2008.

ANDESON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. São Paulo: Ática, 1991. p. 14.

³¹ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: Destrucción de la experiencia y origen de la historia*. pp. 15-18.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In. *O anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

COUTO, Mia. Se Obama fosse africano? E outras intervenções. *Ensaio*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

_____, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____, Mia. *Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

CANDIDO, A. & CASTELLO, José A. *Presença da literatura brasileira*. Modernismo. Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

CAETANO, Marcelo José. *Itinerários Africanos: Do colonial ao Pós-colonial nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa*. v.4 Anos.IV, nº. 2, 2007.

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores vêem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

MAZRUI, Ali A. *O desenvolvimento da literatura moderna*. In. *História geral da África*, VIII. Brasília: UNESCO, 2010.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Belo horizonte: Autêntica editora, 2012.

RICOUER, Paul. *Tempo e narrativa*. Campinas: Papirus, 1994. v.1.

Recebido em 24/03/2017, aceito para publicação em 08/08/2017

A mulher e a honra no teatro cômico português na segunda metade do século XVIII¹

Eduardo Teixeira de Carvalho Junior²

“Os homens souberam empenhar sua honra e seu nome bem antes de saberem assinar”

Marcel Mauss

Resumo: Este artigo procura discutir o conceito de honra feminina a partir da análise de alguns textos do teatro cômico português da segunda metade do século XVIII. Com a ampliação dos espaços de sociabilidade, fenômeno associado à popularização dos salões e dos cafés, é possível sugerir uma mudança importante de valores no que se refere à representação dos papéis femininos. Enquanto a dama honrada, tradicional, tinha como ideal o espaço doméstico, a dama moderna deve saber “aparecer” e ser sociável para elevar o prestígio de sua família perante seu círculo de convivialidade.

Palavras-chave: honra feminina, teatro cômico, século XVIII, Portugal.

Abstract: This article discusses the concept of feminine honor based on the analysis of some texts extracted from the Portuguese comic theater of the second half of the 18th century. Considering the expansion of social places, a phenomenon associated with the popularization of lounges and cafes, it is possible to suggest a major shift in values regarding the representation of female roles. While the traditional honored lady lived for the domestic life, the modern lady should know how to behave in society in order to raise the prestige of her family in her circle of conviviality.

Keywords: feminine honor, comic theater, XVIII century, Portugal.

¹ Este texto tem como base o trabalho final proposto para a disciplina do Doutorado *História, Imaginário e representações* ministrada pelo professor Magnus Roberto de Mello Pereira no segundo semestre do ano de 2013 do PGHIS/UFPR.

² Eduardo Teixeira de Carvalho Junior possui graduação em História pela Universidade Federal do Paraná (2002), Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (2005) e doutorado pela Universidade Federal do Paraná (2015). É professor de História e Antropologia nos cursos de Direito e Relações Internacionais da Unicuritiba. Sua principal área de pesquisa é História Moderna e Contemporânea, em especial o tema do Iluminismo em Portugal. É membro do grupo de pesquisa Cultura e Educação na América Portuguesa (GCEAP).

A segunda metade do século XVIII foi um momento de crise e transformação dos padrões de sociabilidade. Com a popularização dos salões, dos cafés e com o aumento da circulação do impresso por meio de jornais e de livros, constitui-se um tipo novo de sociedade marcada pelo signo da modernidade. Nos teatros, diversos costumes e situações do cotidiano passam a ser representados, e geralmente possuíam um duplo papel: ou serviam para deixar uma lição de moral, ao reforçar comportamentos exemplares, ou para criticar e satirizar costumes antigos, considerados fora de moda. Devido à pouca difusão de literatura impressa em Portugal no século XVIII, o teatro e até mesmo a ópera são preciosas fontes históricas para a análise dos padrões de comportamento e sociabilidade do Antigo Regime português. Parte-se da ideia de que o teatro é um sistema de representação social que atua na manutenção de determinadas práticas sociais, assim como na difusão de novos valores e padrões de comportamento.³ A partir da seleção e análise de alguns textos deste gênero, a comédia e sobretudo o entremez, este texto procura discutir o conceito de honra e algumas mudanças importantes nos papéis femininos ao longo do século XVIII.

O entremez foi um modelo teatral cômico que abordava temas do cotidiano de forma crítica e satírica, destacando-se pela forma como eram tratados os conflitos entre os velhos costumes e as novas

³ Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988; CHARTIER, Roger. A História hoje: dúvidas, desafios, propostas. **Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, 1994.

tendências ditadas pela modernidade.⁴ Enquanto as comédias eram mais longas, geralmente divididas em três atos, os entremezes eram curtos, e costumavam ser encenados nos intervalos de grandes espetáculos. A sua popularização, no final do século XVIII, é um indicativo de mudanças sociais importantes, pois apresentam variações interessantes na maneira como os papéis da mulher passam a ser representados, alterando a percepção da conduta considerada honrosa.

O texto apresenta inicialmente uma discussão teórica sobre o conceito de honra, algumas definições e alguns usos deste conceito em diferentes contextos. Em seguida discute-se a comédia o **Cavaleiro e a Dama** (1758), utilizada como referência para a identificação do modelo ideal da dama tradicional. Depois são apresentadas algumas mudanças da sociedade portuguesa, cada vez mais perceptíveis a partir da segunda metade do século XVIII, ligadas sobretudo à popularização de novas formas de sociabilidade. Esta tendência explicaria a importância ocupada pela moda em alguns entremezes do final do século XVIII. A análise dos entremezes aponta para uma mudança do modelo ideal da dama tradicional e indicam uma outra percepção do conceito de mulher honrada na sociedade portuguesa do final do século XVIII.

⁴ Mais informações sobre entremezes, cf. PETERS, Ana Paula. **Nasce toda creatura com sua ventura**: o casamento como mote de entremezes para representar a sociedade portuguesa do século XVIII. Curitiba, 2013. Tese (Doutorado em História), 182f. Universidade Federal do Paraná; FONSECA, Elizabeth Pereira Alves da. **Versões do "Peralta" no entremez lusitano**: o teatro cômico e as representações críticas dos costumes na segunda metade do século XVIII. Curitiba, 2015. (Dissertação de Mestrado em História), 127 f. Universidade Federal do Paraná.

A honra e seu valor social

Se compreendermos a honra como um conjunto de regras ou costumes que definem comportamentos e papéis preservados em um determinado grupo social, ela está associada ao conservadorismo, à manutenção de padrões de conduta. Conforme exemplifica Julian Pitt-Rivers:

Foi exemplar o caso do oficial francês, demitido pelo seu ministro da guerra no começo do século, por ele ter levado à justiça o homem que o havia ofendido, ao invés de chamá-lo para um duelo – em suma, demitido por não ter infringido a lei. Esse respeito à lei civil significa, aos olhos de seu Ministro, uma falta de sentimento de honra.⁵

Mas considerando que a modernidade promove uma mudança rápida de valores e de costumes, poderíamos sugerir então que o conceito de honra vai perdendo a sua efetividade no Ocidente, sobretudo com a emergência do sistema do capitalismo industrial a partir do século XIX. Parafraseando o sociólogo americano Peter Berger, Pitt-Rivers comenta “que aquele que emprega a palavra honra se anuncia como ‘hopelessly european’ – irremediavelmente do Velho Mundo”.⁶ Quando a racionalidade burguesa e suas relações impessoais de mercado não haviam ainda se imposto como um paradigma, a honra ocupava um lugar central nas sociedades europeias. Em seu estudo sobre a história da família, James Casey comenta que, na Europa

⁵ Mesmo sendo proibida, a prática dos duelos persistiu até o século XX. Cf. PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie (org.). **A honra**: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco. Porto Alegre: LP&M, 1992. p. 20.

⁶ PITT-RIVERS, Julian. **A doença da honra**, p. 17.

anterior a 1789, a “hierarquia era encarada mais em função da honra do que da riqueza”.⁷

Todavia, podemos falar de um esvaziamento do sentimento de honra nos dias de hoje? Com a facilidade e velocidade com que são produzidas e publicadas imagens atualmente, chama a atenção o caso de jovens e adolescentes que praticam suicídio depois de ter suas imagens íntimas publicadas na internet.⁸ Seria um caso de honra? Como se aplicaria o conceito de honra neste caso? A saída para o suicídio pode ser compreendida com a vergonha por terem sua reputação manchada publicamente. Se concordarmos que se trata de uma questão de honra, ela se manifesta como uma imagem de si das adolescentes, perante seu grupo de convívio social, e está associada à reputação e ao prestígio.

Para Norbert Elias, as sociedades de corte do Antigo Regime foram as últimas formações sociais relativamente fechadas em que os homens não trabalhavam e não se preocupavam com uma condução racional de sua economia, sua subsistência dependia de sua capacidade em adquirir prestígio, o que lhe permitiria acesso a uma renda.⁹ Muitos dos valores e das convenções sociais do Antigo Regime, que hoje costumamos identificar com a “etiqueta”, perderam seu sentido e sua

⁷ CASEY, James. **História da Família**. Lisboa: Editorial Teorema, 1989, p. 37.

⁸ Ver reportagem da revista Época sobre o caso das estudantes Giana Laura, de 16 anos, e Júlia Rebeca, de 17 anos. Ambas se mataram pela mesma razão com apenas quatro dias de diferença sem nunca se conhecerem.

Disponível em:

<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2013/11/sexo-bchantagem-e-internetb.html>

⁹ CF. ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

importância para nós. Nessas sociedades, o desconhecimento das regras e das condutas, ou a falta de sua observância, poderia levar o indivíduo a cair em desgraça e até mesmo a ser punido. De acordo com um relato do final do século XVII, a honra ocupava um lugar central na sociedade: “é tudo que existe de mais caro, de mais precioso e de mais sagrado entre os homens”.¹⁰

A honra era um valor social fundamental para a reputação das famílias perante a comunidade, e o equilíbrio do núcleo familiar dependia do cumprimento dos papéis estabelecidos para o homem e para a mulher. Nas sociedades do Antigo Regime sabia-se do poder da maledicência, eram frequentes as queixas por difamação e calúnia:

Neste contexto, qualquer palavra insinuante, provocativa, até mesmo evasiva sobre a reputação de um ou de outro acarreta uma série de consequências imediatas: a dúvida expressa com relação a uma pessoa transforma a corrente de sociabilidade que antes unia numa estima recíproca (ou numa aquiescência) gente que se considerava mais ou menos igual.¹¹

Segundo o dicionário de Rafael Bluteau, publicado em Portugal no início do século XVIII, há muitos significados para a palavra *honra*, porém, para ele, não existe honra verdadeira sem virtude, e de forma geral ela está associada ao “respeito, e reverencia com que tratamos as pessoas em razão de sua nobreza, dignidade,

¹⁰ ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada**, 3; da Renascença ao século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 589.

¹¹ ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada**, p. 594.

virtude, ou outra excelência. Outras vezes é o crédito, e boa fama, seguida com boas ações”.¹²

Seguindo a tradição do modelo da família patriarcal, as mulheres, “trancadas” em suas casas, garantiam a legitimidade dos filhos de seu marido. Portanto, a castidade da esposa e sua fidelidade eram uma necessidade social que permitia a reprodução e manutenção do patrimônio da família. A presença feminina, fora do espaço doméstico, poderia significar uma ameaça e um perigo. Em uma sociedade em que a comunidade exerce muita pressão sobre as individualidades, as condutas eram submetidas cotidianamente à aprovação ou reprovação de seus pares. As mulheres sofriam muita pressão pela sua vulnerabilidade, e era muito comum pôr em questão a honra feminina. Em Paris, por exemplo, costumava-se “disseminar dúvidas sobre a virtude das mulheres e até mesmo daquelas às quais nada se poderia reprovar de real nem de aparente em sua conduta”.¹³

Portanto, podemos dizer que a honra está ligada ao cumprimento de determinados papéis, de acordo com idade, sexo, classe e ocupação.¹⁴ De acordo com certa tradição é muito comum a ideia de que do homem espera-se a virtude da coragem, e da mulher, pureza sexual. Talvez essas expectativas estivessem bem consolidadas

¹² BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino**. Coimbra: Colégio das Artes, 1712. Volume 4, p. 51. Havia também um outro significado para a noção de honra associado à posse de terras e títulos.

¹³ ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada**, p. 595.

¹⁴ PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. 28.

no Antigo Regime, em que a individualidade, em um sentido moderno, não havia ainda se constituído e as pessoas sentiam muito mais as pressões da vigilância da comunidade. Conforme ressalta James Casey: “É tudo muito diferente do mundo industrial, em que a troca de serviços profissionais através dos mecanismos do mercado torna redundante esta rigorosa hierarquização dos papéis”.¹⁵

O século XVIII serviu como um período de transição para o modelo social que se tornaria predominante no século XIX. Havia uma questão de gênero na divisão social das tarefas no Século das Luzes: de forma geral as mulheres deveriam ficar em casa para cuidar do lar e da família, enquanto os homens se ocupavam dos negócios públicos, do governo e do Estado.¹⁶ Luiz António Verney, um dos primeiros filósofos a defender a ideia de educar as mulheres em Portugal, propõe que elas deveriam ser educadas para atender às demandas específicas do ambiente doméstico: “este é o fim para que a Providência as pôs neste mundo: para ajudarem os maridos ou parentes, empregando-se nas coisas domésticas no mesmo tempo que eles se aplicam às de fora”.¹⁷ Neste contexto social uma mulher poderia assumir diferentes papéis, a solteira, a mulher casada ou viúva, por exemplo, cada uma delas deveria seguir determinadas condutas consideradas adequadas para cada papel específico. Havia os casos de marginalidade, como, por exemplo,

¹⁵ CASEY, James. **História da Família**. Lisboa: Editorial Teorema, 1989, p. 192.

¹⁶ DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1991, v. 3, p. 389.

¹⁷ VERNEY, Luis Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar**. Lisboa: Livraria Sá da Costa – Editora, 1950, v. 5, p. 137.

quando a mulher exercia o papel desonroso de uma prostituta.¹⁸ Esses papéis costumavam ser reforçados por meio de suas representações nos teatros de costumes.

A mulher e a honra: o caso de D. Leonor

Na comédia **O Cavaleiro e a Dama** (1768) é apresentado o caso de D. Leonor, que possui todas as qualidades de uma dama honrada: casta, submissa, recatada, modesta e trabalhadora.¹⁹ Vivia em uma das casas mais ricas da cidade, até que seu marido, D. Roberto, é desterrado por ter matado um “injusto Ministro” que o havia afrontado. As rendas da família são confiscadas, ficando D. Leonor pobre e sem recursos. Porém, D. Leonor, para manter a honra de sua família, trabalhava dia e noite como costureira para garantir algum sustento e administrar a casa que sofria com a falta de recursos.

Além disso, D. Leonor parecia ser uma mulher bonita para os padrões da época. Alguns cavaleiros como D. Rodrigo, amigo da família, e Anselmo, o mercante, costumavam cortejá-la e sempre ofereciam ajuda financeira, o que indica que seus sentimentos iam além de mera compaixão por uma dama desamparada. Entretanto, D. Leonor,

¹⁸ DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das mulheres no Ocidente**, p. 349.

¹⁹ Geralmente a dama podia frequentar mais os ambientes públicos por ter à disposição criados que a auxiliavam nas tarefas domésticas. Vale ressaltar que a figura dos criados é muito frequente nos entremezes e comédias portuguesas. Conforme aponta José Cutileiro, “a mulher pobre tem mais dificuldade em furtar-se a tentações: trabalha muitas vezes com homens no campo, encontra-os nas vendas...” PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, p. XX.

resignada, esquivava-se e recusava-se a receber o dinheiro, por considerar esta conduta desonrosa, mesmo com as reclamações de sua criada, que, alegando passar fome, a incentivava a aceitar. D. Leonor chega a penhorar alguns bens para poder ajudar seu marido, que havia solicitado auxílio no desterro. Sua atitude era exemplar, pois indicava sua capacidade em administrar a economia doméstica, que naquele momento passava por uma crise. Quando sua situação se complicava muito, acabava aceitando as ofertas de ajuda, mas em sigilo, e sempre deixava evidente que se tratava de dívida a ser paga no futuro.

Todavia, a forma honrosa como D. Leonor sobrevivía à sua condição seria colocada à prova por D. Flaminio, que a acusa de ser amante de D. Rodrigo e de estar sendo sustentada por ele, em troca de afetos. Anselmo rebate a acusação e afirma não tolerar murmurações “contra uma senhora tão honrada”. Entretanto, para provar sua tese, D. Flaminio aposta um relógio de ouro que iria até a casa de D. Leonor e, com “poucos cumprimentos”, ela se tornaria sua amante e passaria a desprezar D. Rodrigo. A aposta, então, é aceita por um outro cavaleiro que presenciava a conversação.

D. Flaminio era um tipo de cavaleiro que havia perdido a honra; era mentiroso e desonesto, e acabava causando uma série de intrigas no círculo de convívio social de D. Leonor. Para tentar se aproximar dela e ganhar a aposta, mente que estava em contato com seu marido. D. Leonor, por estar carente de notícias, acaba concordando em encontrá-lo. Em uma das conversações, para chamar a atenção de D.

Leonor, diz que tinha notícias recentes de seu marido. Porém, acaba sendo desmentido publicamente por D. Rodrigo, que anuncia a morte de D. Roberto por meio de uma carta oficial. Assim, a pobre D. Leonor havia se tornado viúva. D. Flaminio, ao ser desmentido publicamente, considerando-se ofendido, envia um bilhete pelo seu criado intimando a D. Rodrigo para um duelo de espada. D. Rodrigo responde ao desafio informando que não aceitaria, justificando que tal prática era proibida.

Com a notícia da morte de D. Roberto, D. Rodrigo resolve confessar que a amava, mesmo quando ela ainda estava casada; um segredo infeliz, “porém honrado”, que “sepultado guardava, por decência de respeito”. D. Leonor também abre seu coração e confessa que o sentimento era recíproco. Porém, mesmo com a morte de D. Roberto e seu estado civil alterado na condição de viúva, ambos declaram que o amor que sentiam um pelo outro era desrespeitoso, um amor sem honra. D. Rodrigo pondera que, ao invés de ceder aos instintos do coração, optaria por um caminho honrado: “de projeto se mude, triunfe a honra, exalte-se a virtude”.²⁰ Como castigo pelo sentimento desonroso que nutria por D. Leonor, resolve aplicar a si mesmo o remédio do autodegrado, ou seja, retirar-se e sair “vagando sozinho pelo mundo”. Já D. Leonor resolve ocultar aquele sentimento desonroso “entre os sagrados votos da clausura”.

²⁰ **O Cavaleiro e a Dama**, p. 41.

Conter paixões de amor, é virtude, honra e prudência

Em Portugal, a prática do luto imposta às viúvas era bastante severa; somente pelo alvará de 1761 determinou-se para no máximo um mês o encerro em casa.²¹ Também era muito comum a prática do recolhimento (conventos), que servia tanto para punir os desvios de comportamento feminino quanto para amparar as mulheres que, pela morte do pai ou do marido, ou pela degradação econômica de seu lar, haviam perdido o amparo da família:

Mulheres solteiras ou viúvas que põem em perigo a honra, ou mais provavelmente os interesses da família, eram depositadas contra sua vontade por ordem do chefe do agregado familiar. Mulheres casadas eram também recolhidas a mando do marido que podia invocar ameaça da sua honra, medida de segurança durante a sua ausência, adultério consumado. O depósito podia ser aceite e até desejado pela mulher, ou, pelo contrário, envolver situações dramáticas de recolhimento compulsivo de uma irmã, uma filha, uma mãe, uma sogra ou uma esposa e de uma cruel e definitiva separação dos filhos e outros familiares.²²

O que a história de D. Leonor e D. Rodrigo parece querer ensinar é que os sentimentos de amor deveriam ser sacrificados para dar lugar aos valores morais, de acordo com o papel ocupado pelo

²¹ Cf. LOPES, Maria Antónia. **Mulheres, espaço e sociabilidade**. Lisboa: Estampa, p. 136.

²² LOPES, Maria Antónia. **Do outro lado da festa**: a inflexível piedade barroca num recolhimento de Coimbra (O Recolhimento do Paço do Conde durante o século XVIII). Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano. Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24029/1/Do%20outro%20lado%20da%20festa.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

indivíduo na sociedade. Conforme afirmava D. Rodrigo, por ser uma dama honrada, D. Leonor não conseguiria deixar que o amor por ele fluísse diante de murmurações (fofocas), que existiam no meio social em que viviam. Assim, para evitar a “maledicência” e manter a honra, ambos assumem tal martírio. Porém, enquanto alguns personagens afirmavam que D. Rodrigo e D. Leonor eram heróis, e modelo a ser seguido pelos demais, outros, ao contrário, defendiam que eram tolos por exagerarem na autopunição. A tensão entre o tradicional e o moderno é assim exacerbada, o que dá o tom satírico da comédia.

No desfecho da comédia, o exemplo de D. Leonor ainda receberia mais um reforço. Premiados por suas atitudes exemplares, o “destino” cria uma situação favorável para que os sentimentos amorosos do casal pudessem triunfar de forma legítima. Inesperadamente, surge uma correspondência do falecido marido contendo seus últimos suspiros. A carta continha tudo o que na hora extrema pronunciou D. Roberto aos que lhe assistiam:

Querido amigo, que tendes a bondade de assistir-me nestes últimos instantes da minha vida: recomendo-vos a cousa mais estimada, que tenho no mundo, que é a minha infeliz consorte; ela fica pobre, e desamparada, sem renda alguma: esta é a maior de minhas aflições. D. Rodrigo Raspani, que é o cavaleiro mais honrado, que eu tenho conhecido, sempre se mostrou meu amigo, e favorável para minha casa: pedi-lhe encarecidamente em meu nome, ou por cartas, ou por algum vosso amigo, que por caridade não desampare a minha infeliz consorte. Isto

espero na providencia do céu, a quem encomendo esta pobre, e honradíssima senhora.²³

Diante dessa situação, a posição de D. Rodrigo se altera, já que não se casaria por amor, mas por compaixão, conforme sugeriam os amigos:

Mostrai-vos menos severo nas máximas, e inteirezas de uma virtude, que pode ser rigorosa e violenta. Bem pública é sua honrada modéstia, D. Rodrigo, recebei senhor a esposa por amor do céu.²⁴

Até mesmo Anselmo – que costumava emprestar dinheiro a D. Leonor, e demonstrava nutrir sentimentos que iam além de uma mera admiração pela dama virtuosa – oferece uma quantia em dinheiro que serviria de dote para o casamento. Depois de relutar, D. Rodrigo aceita a ideia do matrimônio considerando que não haveria “maledicência”.

Porém, mesmo depois dos elogios e aplausos do público, o casal segue o protocolo tradicional e passa a discutir as condições do luto. D. Leonor estabelece o período de um ano, enquanto as amigas, considerando um exagero, propõem um tempo mais curto de seis ou três meses de luto.²⁵ Por fim, decide-se pela solução mais honrosa e tradicional: D. Leonor ficaria um ano em estado de clausura em um convento, enquanto D. Rodrigo exaltaria a virtude da paciência.

²³ **O Cavaleiro e a Dama**, p. 44-45.

²⁴ *Ibid.*, p. 45.

²⁵ **O Cavaleiro e a Dama**, p. 46.

O preço pago por ambos nesta comédia é exagerado, mas segue a conduta exemplar do cavaleiro e da dama honrados. Embora criticados por alguns personagens, a maioria acaba aplaudindo a decisão do casal e no final todos concluem: “que conter paixões de amor, é virtude, honra e prudência”.²⁶

A moda e os novos papéis femininos no final do Antigo Regime

Na medida em que novas práticas sociais passam a ser popularizadas e representadas como modelo de uma sociedade moderna e civilizada, outros modelos e papéis sociais vão surgindo e passando a colocar em questão o que até então era considerado como uma conduta exemplar. As comédias populares cumpriam uma importante função moral na preservação de determinados papéis considerados fundamentais, com o objetivo de manter o equilíbrio social.²⁷ Em Portugal, antes de serem publicados, os textos de teatro eram submetidos à censura da Real Mesa Censória, criada pelo Marquês de Pombal em 1768. Sabemos que no século XVIII as fronteiras entre o público e o privado ainda não estavam nitidamente estabelecidas, como se consolidaria no século XIX, em que passa a existir uma população anônima de pessoas que já não se conhecem, em que o trabalho e o convívio com a família são atividades separadas. Para Rousseau, o estilo de vida das grandes cidades como Paris e Londres corrompia os

²⁶ Id.

²⁷ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História da vida privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2010, p. 150.

costumes, pois se cultivavam prazeres que não contribuíam para procriar e manter a vida. Conforme aponta Sennett, a sociabilidade é fruto do lazer; num estado de lazer as pessoas interagem pelo simples prazer do contato.²⁸ Quanto mais interagem fora dos rigores da necessidade, mais os homens se tornarão atores. Por isso, a cidade grande é um teatro; ao representar uma vida pública, os homens perdem contato com a virtude moral, pois as pessoas se comportavam como atores de forma a serem sociáveis.

Nesse conjunto de mudanças, Philippe Ariès aponta para o surgimento de grupos de convivialidade nos meios que não pertenciam à corte e estavam acima das classes populares.²⁹ Em Portugal, por exemplo, nas chamadas *assembleias*³⁰, homens e mulheres se encontravam para conversar e se divertir. Emergia uma cultura de pequenas sociedades e de clubes dedicados à conversação, ou ao que ele denomina de “jogos de sociedade: jogar, cantar, tocar música, discutir, ler, comentar leituras”.³¹ Nesse momento de transição, o problema é compreender a passagem de um tipo de sociabilidade “em que o privado e o público se confundem para uma sociabilidade na qual o privado é separado do público”.³² A progressiva separação da esfera privada em

²⁸ Cf. SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

²⁹ ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada**, p. 15.

³⁰ *Assembleia* designa a forma portuguesa do *salão*. Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História da vida privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2010, p. 445.

³¹ Id.

³² ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada**, p. 16.

contraposição ao espaço público levaria a uma valorização da individualidade, ampliando a liberdade em relação aos constrangimentos comunitários.³³ No bojo dessas mudanças, os papéis femininos passaram por transformações importantes.

Conforme já havíamos apontado anteriormente, a “pretensa inferioridade intelectual” feminina seria questionada pelo iluminista português Luiz António Verney, que argumentava que, se os homens preferiam levar uma vida boêmia, longe de suas famílias, a culpa era das mulheres que, por serem incapazes de levar uma boa conversa, não sabiam “adoçar o ânimo agreste de um marido áspero e ignorante” ou “entreter melhor a disposição de ânimo de um marido erudito”.³⁴ Saber conversar e tornar o convívio doméstico mais interessante demandaria desenvolver qualidades e habilidades que a maior parte das mulheres não possuía, ou eram interpretadas como comportamentos suspeitos para uma mulher dedicada ao lar e à família. A ideia de Verney acabaria abrindo um caminho para as mulheres na direção do espaço público, tornando-as aptas ao convívio social.

Com a expansão dos espaços públicos, por meio da popularização dos salões e das *assembleias*, cada vez mais as mulheres assumiriam novos papéis, na medida em que ocorria uma reformulação das fronteiras entre o espaço doméstico e as novas formas de sociabilidades, que se tornavam cada vez mais recorrentes. A própria

³³ Cf. MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História da vida privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2010, p. 160.

³⁴ VERNEY, Luis Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950, v. 5, p. 126.

estrutura das habitações passou a ser projetada e adaptada de acordo com as mudanças sociais vigentes, resguardando o ambiente da intimidade da família dos espaços da casa reservados para receber convidados.³⁵ Como lembra Habermas, a grande novidade na arquitetura das mansões burguesas é o espaço ocupado pelo salão, que serve à sociedade, e não ao círculo restrito dos amigos da família.³⁶

A natureza 'pública' do salão de convivência da grande família, em que a dona da casa, ao lado do senhor da casa, representava perante a criadagem e a vizinhança, dá lugar à sala de estar da pequena-família, em que a esposa, com seus infantes, separa-se da criadagem. Festas familiares tornam-se noitadas em sociedade, a sala da família torna-se sala de recepção, em que as pessoas privadas se reúnem num público (...) A linha entre a esfera privada e a esfera pública passa pelo meio da casa. As pessoas privadas saem da intimidade de seus quartos de dormir para a publicidade do salão: mas uma está estreitamente ligada à outra.³⁷

A popularização do hábito de se reunir em assembleias exigia cada vez mais que as mulheres desenvolvessem outras habilidades, como saber conversar, dançar, vestir-se de acordo com a moda e, eventualmente, tocar algum instrumento, o que implicava um novo papel a ser exercido por elas.

A valorização da moda faz surgir novos tipos sociais como as *bandarras*, que se preocupavam excessivamente com os trajes e cortes de cabelo, e a *grifaria*, representada geralmente por aqueles que

³⁵ Cf. ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**; CASEY, James. **História da família**.

³⁶ HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**, p. 62.

³⁷ Id.

estavam fora de moda e que procuravam preservar antigos costumes. No ambiente de corte português, na primeira metade do século XVIII já havia o hábito de organizar saraus musicais, porém essa prática ficava restrita à fidalguia.³⁸ A partir do início do período pombalino a nobreza passou a conviver com outros estratos sociais e, mais especificamente a partir da década de 1760, observa-se uma diminuição do número de ingressos no clero, apontando para uma crise de valorização social das carreiras eclesiásticas nas elites portuguesas.³⁹

O entremez e a liberdade feminina: corrupção dos novos tempos?

As tensões entre o antigo e o moderno vão se tornando cada vez mais evidentes à medida que nos aproximamos do final do século XVIII. A partir da década de 1780 observamos um aumento significativo da publicação de peças de teatro, principalmente o entremez, que em Portugal teve grande repercussão. A sua popularização, no final do século XVIII, é um indicativo de mudanças sociais importantes, sobretudo em relação aos valores familiares, com destaque para os papéis do homem e da mulher. Por exemplo, na comédia intitulada **Assemblea** (1782), Rosaura, à procura de uma nova criada, comenta com uma candidata que não reparava tanto nos

³⁸ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **História da vida privada em Portugal**, p. 447.

³⁹ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **História da vida privada em Portugal**, p. 147. Vale lembrar os estudos de Michel Vovelle sobre o clima de dessacralização da sociedade francesa, a partir da segunda metade do XVIII, como elemento central para se compreender a sensibilidade pré-revolucionária. Cf. VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

descuidos com os afazeres mais simples, como varrer e limpar, mas exigia que suas criadas soubessem pentear de acordo com a moda.⁴⁰ Neste exemplo, a responsabilidade pelo bom funcionamento do espaço doméstico, como argumentava Verney, dá lugar às novas exigências da moda, uma preocupação típica do ambiente público.

No entremez **Amor sem pés nem cabeça** (1789), Merlim, o criado, reclama com Armelindo, seu senhor, sobre o estranho comportamento de algumas mulheres: “O mundo está perdido; a peraltice, com que estas madamas se apresentam em público, é de admirar; não tem vergonha alguma que as critiquem...”⁴¹. Eles discutem o caso de uma casa em que o “chefe dominador” era a mulher, que “governava”, “gritava quando era seu gosto”, “despedia criados”, e o bom homem do marido não dava nenhuma palavra, era conhecido por “Manuel Marica”. Ambos discutem sobre uma suposta crise dos novos tempos, em que os homens estavam “abandonando o barco”:

Se um piloto, ou por pouca ciência, ou por descuido deixa perder o rumo, e então vê a total ruína da embarcação, que lhe fora incumbida; da mesma sorte o Pai de famílias, esquecendo-se do equilíbrio em que deve ter a paz, e o comportamento de sua casa, a perde, e totalmente a destroe.⁴²

⁴⁰ **Nova Comedia de um Engenho Português denominada Assembleia**. Lisboa: Na oficina de Francisco Borges de Sousa, 1782.

⁴¹ **Novo, e Gracioso Entremez Intitulado Amor Sem Pés Nem Cabeça**. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1789, p. 4.

⁴² Id.

Por outro lado, o criado Bacello, no entremez **Casamento por nova idéia** (1792), adverte Denguice, sua pretendente, que, depois de casada com ele, ela deveria abandonar a moda e seguir o modelo de mulher honesta, com “cabelo razo”, sem “tupete acarapinhado”, sem enfeites e ser “sizuda”, “modesta” e “grave”.⁴³ A criada Denguice não aceitava a imposição do modelo tradicional e reclamava: “pois queres que deixe as modas? Para o mundo dizer, que vivo aborrecida do mundo?”.⁴⁴ No final, ela acaba cedendo às exigências de seu pretendente, porém, à parte, pondera: “que remédio tenho eu, senão estar pelo que ele quer, depois farei o que me parecer”. Assim, Denguice consegue garantir seu casamento sem abrir mão totalmente da moda. Este entremez pode sugerir que os criados passaram a ter mais liberdade e autonomia, ou que Denguice, mesmo na condição de criada, passa a ter certa liberdade de ação para “driblar” a estrutura patriarcal dominante por meio de estratégias individuais.

No final do século XVIII, acompanhados pela perspectiva da moda, os costumes se modificam, e alguns entremezes apontam como é honroso, para o marido, ter uma mulher que saiba se comportar nas assembleias, conversar, dançar e se divertir, pois os maridos querem evitar serem ridicularizados e chamados de *grifo*.⁴⁵ No entremez

⁴³ **Novo, e divertido entremez intitulado casamento por nova ideia**. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, p. 12.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 11.

⁴⁵ *Grifo* era aquele indivíduo que vivia fora da moda.

Casquilharia por força (1781)⁴⁶, o pai de um casal de jovens portugueses que andavam na moda, reclamava dos filhos que só se ocupavam em cantar e dançar, enquanto ele só trabalhava “suando gotas” para sustentá-los.⁴⁷ Ele exaltava um outro tempo em que a educação era voltada para “outra casta de propósitos e respeito”.⁴⁸ O filho responde ao pai que os antigos “não tinham bom gosto, nem sabiam entrar na sociedade, como os modernos”, e a filha argumenta que o pai, ao invés de reclamar, deveria valorizar o esforço dos filhos que representavam e estimavam a honra do pai, por serem “capazes de aparecer”.⁴⁹ Saber aparecer se tornava cada vez mais um valor social importante.

No entremez **A defesa das madamas a favor das suas modas** (1792), Theobaldo é um velho chefe de família que defende a moda a favor das mulheres e satiriza a moda seguida por alguns homens, chamando-os de *bandalhos*:

seguí as modas; mas em todas fui moderado: nada disto vejo agora: apresenta-se um bandalho com um redondo chapéu, com sua fivela, e laço, dois anéis sobre as orelhas, que podem servir de trancas para as portas de uma cidade... umas meias salpicadas, qual a pele de onça, ou tigre horrendas, feias sem gosto... e tem estes

⁴⁶ **Novo entremez intitulado, Casquilharia por força**. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1781.

⁴⁷ Ibid., p. 2.

⁴⁸ Id.

⁴⁹ **Novo entremez intitulado, Casquilharia por força**, p. 2.

bandalhos a confiança de criticarem as modas que as pobres mulheres usam!⁵⁰

O pai, para provar seus argumentos, resolve promover uma assembleia para debater as polêmicas sobre a moda. Theobaldo se coloca como o juiz da contenda, suas duas filhas, Laureta e Cassimira, defenderiam a moda a favor das mulheres, e seus dois namorados, Petimetre e Franxinote, seriam os opositores e críticos da moda feminina. Franxinote, alegando usar da razão em seu discurso, argumenta que a moda feminina estava levando as famílias à ruína e à decadência:

É verdade que abundam as críticas contra as Madames, e também é verdade que todas são justíssimas; elas tem sido a ruína, e o estrago de imensas famílias: o luxo tem pervertido a ordem das sociedades, pobres pais, que com seus medíocres lucros a penas podião manter-se no regaço da paz sem dívidas, eu os vejo pobres, empenhados, e talvez faltos de crédito para cevarem o gosto de suas filhas, e mulheres com as modas que de dia, em dia se inovão, e se descobrem: e que modas são estas? Seja-me permitido esta expressão: ridicularias que já mais se podem ver sem rizo, e sem escarneio.⁵¹

Laureta argumentava a favor das mulheres:

O nosso sexo abraça estes enfeites bem como nascidos para seu uso, nós os seguimos, e sobre estes primeiros inventos multiplicamos ideias, e ai ao que v.m chama de excesso quando o não é; mas sim uma precisão infalível

⁵⁰ **A defesa das madamas a favor das suas modas**, p. 2.

⁵¹ *Ibid.*, p. 8.

para figurarmos no mundo, e hombrear mos sem nota a face das nossas semelhantes.⁵²

Theobaldo, no papel do velho chefe de família, exalta o dinheiro gasto na educação de suas filhas e as declara vencedoras na disputa intelectual com seus pretendentes. A história termina com final feliz: o pai anuncia publicamente a autorização para o casamento de suas filhas, e no final um dos criados conclui com o ensinamento da peça: “concluímos uma empresa de muita gloria a de defendermos os enfeites das senhoras, contra quem a maledicencia se tem empenhado com a espada das mais temíveis sátiras”⁵³. O criado termina fazendo uma alusão à popularização de comédias e entremezes que satirizavam a moda, concluindo que a lição deste entremez cumpria justamente a função de criticá-los.

Considerações finais

Na comédia o **Cavaleiro e a Dama**, publicada no período pombalino (1750-1777), observamos a intenção de se reforçar o papel da mulher doméstica, fiel, recatada, discreta e voltada para a administração da casa, mas que, mesmo na ausência do marido, sabia manter o status da família nas *assembleias*. Algumas décadas mais tarde, nos entremezes do período pós-pombalino, percebemos uma tensão entre o papel tradicional da mulher doméstica com a mulher moderna, que passa a ser valorizada por saber transitar nos espaços

⁵² Id.

⁵³ **A defesa das damas a favor das suas modas**, p. 13.

públicos com desenvoltura, de acordo com os padrões modernos da “civilização europeia”.

Em um *corpus* documental constituído por aproximadamente 50 textos de teatro consultados nesta pesquisa, a comédia **O Cavaleiro e a Dama** é a mais antiga: data do período de Pombal (1768), porém com as licenças do Santo Ofício datadas de 1764, o que pode justificar o seu caráter mais conservador. A maior parte do material analisado tem data posterior a 1780, em sua maioria de entremezes, e observamos uma crítica social às mulheres que convivem em espaços públicos. Essas críticas indicam uma maior presença das mulheres frequentando esses espaços, tendência que parece estar associada às novas formas de sociabilidade portuguesas, com popularização das assembleias, tema bastante recorrente nos documentos consultados. Tendo como referência os textos analisados, é possível sugerir uma mudança importante de valores, no que se refere à representação dos papéis femininos, na medida em que se passa a valorizar a mulher que sabe se comportar e se sociabilizar na ocasião desses eventos sociais, tendência que se acentua à medida que nos aproximamos do final do século XVIII.

Assim, à medida que os valores da sociedade vão se alterando, modificando os padrões de conduta, também se transforma a percepção dos comportamentos considerados honrosos. Os entremezes parecem apontar uma tendência que se acentua no final do Antigo Regime; Lopes indica que é a partir dos anos 70 do século XVIII que ocorrerá

uma vulgarização das novas formas de sociabilidade, em que participam homens e mulheres, principalmente nas assembleias.⁵⁴ A mulher que sabia aparecer, vestir-se de acordo com a moda, dançar e conversar em público, elevava o prestígio de sua família perante seu círculo de convivialidade. A dama honrada, tradicional, que tem como ideal o espaço doméstico, passa a competir com a dama moderna, que sabe aparecer e ser sociável.

Mas realmente estariam ocorrendo mudanças sociais, conforme parecem estar representadas nos entremezes, ou seria apenas um recurso dramático do gênero satírico, com a intenção de produzir o riso?

Sabemos que a comédia e a sátira definem-se pela possibilidade de criar situações atípicas e inusitadas do cotidiano, como as inversões de papéis entre homens e mulheres. Mas, conforme ressalta Chartier, não podemos considerá-las como neutras e sem relação com a realidade:

Embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, as representações do mundo social assim construídas, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que os forjam, não são de forma alguma discursos neutros. Estão sempre imersos em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação... Estes acabam por descrever a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.⁵⁵

⁵⁴ LOPES, Maria Antónia. **Mulheres, espaço e sociabilidade**. Lisboa: Estampa, 1989, p. 109.

⁵⁵ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988, p. 17-19.

Portanto, o teatro, como uma forma de representação social, é fruto de uma negociação e de um conflito em torno de um projeto ideológico. Devemos ainda considerar que, além de servir como uma forma de crítica aos costumes, o teatro pode até mesmo induzir comportamentos que não ocorreriam na realidade se não fossem representados no mundo fictício das comédias e dos entremeses.

Referências:

ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger. **História da vida privada**. v. 3: da Renascença ao século das Luzes. São Paulo : Companhia das Letras, 1991.

CASEY, James. **História da Família**. Lisboa: Editorial Teorema, 1989.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL, 1988.

DUBY, Georges; PERROT, Michele. **História das mulheres no Ocidente**. v. 3. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FONSECA, Elizabeth Pereira Alves da. **O casamento segundo o teatro de cordel em Portugal (1783-1794)**. Monografia. Curitiba, UFPR, 2011.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LOPES, Maria Antónia. **Mulheres, espaço e sociabilidade**: a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes

literárias (segunda metade do século XVIII). Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

LOPES, Maria Antónia. **Mulheres, espaço e sociabilidade**. Lisboa: Estampa, 1989.

LOPES, Maria Antónia. **Do outro lado da festa**: a inflexível piedade barroca num recolhimento de Coimbra (O Recolhimento do Paço do Conde durante o século XVIII). Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero-Americano. Universidade de Coimbra, 2008. Disponível em:

<<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/24029/1/Do%20outro%20lado%20da%20festa.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História da vida privada em Portugal**: a idade moderna. Lisboa: Círculo dos Leitores, 2010.

PITT-RIVERS, Julian. A doença da honra. In: GAUTHERON, Marie (org.). **A honra**: imagem de si ou dom de si – um ideal equívoco. Porto Alegre: LP&M, 1992.

PERISTIANY, J. G. **Honra e vergonha**: valores das sociedades mediterrânicas. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

SENNETT, Richard. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Fontes

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário Portuguez e Latino**. Volume 4. Coimbra: Colégio das Artes, 1712.

Graciosa, e divertida farça ou o novo entremez intitulado a defesa das madamas a favor das modas, em que deixão convencida a peraltisse dos homens. Lisboa: Na oficina de Antonio Gomes, 1792.

Comédia Nova, segundo o gosto do theatro português intitulada: o cavaleiro e a dama. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1768.

Nova Comedia de um Engenho Português denominada Assembleia. Lisboa: Na oficina de Francisco Borges de Sousa, 1782.

Novo, e Gracioso Entremez Intitulado Amor Sem Pés Nem Cabeça. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa, 1789.

Novo, e divertido entremez intitulado casamento por nova ideia. Lisboa: Oficina de Francisco Borges de Sousa.

Novo entremez intitulado, Casquilharia por força. Lisboa: Oficina de Domingos Gonçalves, 1781.

VERNEY, Luis Antonio. **Verdadeiro Método de Estudar.** v. 5. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950.

Recebido em 19/05/2017, aceito para publicação em 02/09/2017

O teatro de uma fuga: Giacomo Casanova e a querela contra a Inquisição Veneziana (1755-1760)

Luis Eduardo Bove de Azevedo¹

RESUMO: O presente artigo busca analisar, através da vida e das obras de Giacomo Casanova (1725-1798), as críticas ao procedimento e à própria Inquisição Veneziana, além de colocar em discussão a problemática moral que levou à sua prisão em 1755 e sua fuga no ano seguinte. Sendo assim, será possível identificar as estruturas sociais nas quais Giacomo Casanova esteve inserido, homem que circulou pelas grandes Cortes europeias desses tempos, e destacar as críticas presentes em seu relato acerca da Inquisição Veneziana setecentista. Os relatos autobiográficos de Casanova serão discutidos com base em sua visão e descrição da peça processual da Inquisição e com as notícias de sua fuga, ambas relatadas em suas *Memórias*. Por fim, serão analisadas tanto a ação do Santo Ofício em Veneza, sobretudo no que concerne aos chamados delitos morais/sexuais, quanto a própria produção de um discurso crítico, já bastante consolidado acerca da Inquisição, do qual Casanova procurou se apropriar.

PALAVRAS-CHAVE: Inquisição Veneziana; Giacomo Casanova; Crítica; Prisão dos Chumbos; Século XVIII.

RESUMEN: El presente artículo busca analizar, a través de la vida y de las obras de Giacomo Casanova (1725-1798), las críticas al procedimiento y a la propia Inquisición Veneciana, además de poner en discusión la problemática moral que llevó a su prisión en 1755 y su fuga al año siguiente. Siendo así, será posible identificar las estructuras sociales en las que Giacomo Casanova estuvo inserto, hombre que circuló por las grandes Cortes europeas de esos tiempos, y destacar las críticas presentes en su relato acerca de la Inquisición Veneciana setecentista. Los relatos autobiográficos de Casanova serán discutidos con base en su visión y descripción de la pieza procesal de la Inquisición y con las noticias de su fuga, ambas relatadas en sus *Memorias*. Por último, se analizarán tanto la acción del Santo Oficio en Venecia, sobre todo en lo que concierne a los llamados delitos morales/sexuales, como la

¹ Graduando em História (4º ano/bacharelado e licenciatura) pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Campus Franca/SP). Email: luis.azevedo@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Yllan de Mattos Oliveira.

propia producción de un discurso crítico, ya bastante consolidado acerca de la Inquisición, del cual Casanova procuró apropiarse.

PALABRAS-CLAVE: Inquisición Veneciana; Giacomo Casanova; Crítica; Prisão de los Chumbos; Siglo XVIII.

Introdução

O texto que ora se apresenta procura compreender e analisar as críticas contra a Inquisição Veneziana produzidas por Giacomo Casanova (1725-1798), logo após a sua fuga da Prisão dos Chumbos, em Veneza, no ano de 1756.

Casanova foi uma das personalidades mais controvertidas da Época Moderna. Nascido em 1725, na República de Veneza, foi observado de perto pelos *espías* dos inquisidores venezianos, sobretudo por conta de seu comportamento “imoral” (como queriam seus algozes e que, analisando-se as obras de Casanova, não eram exclusivos a ele) e pelas ligações com o círculo cultural e mercantil de Andrea Memmo (membro de uma família importantíssima que almejava figurar novamente entre os grandes da República), além da leitura de livros proibidos², como as obras sobre a cabala – um de seus temas favoritos.

O Santo Ofício em Veneza guardava certas particularidades. Fundada em 1547, sob o apoio do doge, a Inquisição Veneziana esteve

² A respeito das leituras consideradas, pelo clero, proibidas, Robert Darnton realiza uma excelente exposição dos livros proibidos na França, anteriormente à Revolução de 1789. Tal exemplo evidencia um aspecto em comum na Europa setecentista: a leitura de textos, em diferentes localidades, cujo teor era ligado a aspectos sexuais e discussões morais, até então proibidos pela Igreja Católica, era recorrente e representa o interesse pelas obras consideradas “ilegais”. DARNTON, Robert. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

constantemente sob a intervenção das autoridades da República³, sobretudo a partir do século XVII, com a defesa de uma autonomia promovida por Paolo Sarpi⁴.

Portanto, amiúde, o Tribunal servia aos interesses políticos e ao disciplinamento dos indivíduos – sem nunca deixar de observar o aspecto religioso de extirpação das heresias. Entretanto, em fins do século XVIII, uma série de ideias “libertinas” eram combatidas em toda a Europa, estando presentes, inclusive, em Veneza.

Diante disso, Casanova apresenta-se como um agente que defendia a liberdade de pensamento apregoada pelos seus contemporâneos iluministas, apesar de possuir certas incompatibilidades de ideias, por exemplo, no que diz respeito a aspectos do pensamento de Voltaire.

Giacomo Casanova era, de acordo com o relato de Ian Kelly, um de seus biógrafos, um:

Intelectual de saber enciclopédico [...], trabalhou como violinista, soldado, alquimista, curador espiritual e até bibliotecário, tendo sido educado originalmente para o sacerdócio. [...] escreveu 42 livros, além de peças, tratados filosóficos e matemáticos, libretos de óperas e obras sobre calendários, leis canônicas e geometria cúbica.⁵

³ CALIMANI, Riccardo. **L'Inquisizione a Venezia: eretici e processi (1548-1674)**. Milão: Mondadori, 2002, p. 64.

⁴ DEL COL, Andrea. **L'Inquisizione in Italia: dal XII al XXI secolo**. Milão: Mondadori, 2006, p. 705.

⁵ KELLY, Ian. **Casanova**: muito além de um grande sedutor. Tradução: Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 13.

Casanova não era um iluminista, mas quando escreveu as suas memórias, além do relato pormenorizado de sua fuga – *História da minha fuga das Prisões de Veneza*, publicado originalmente em Leipzig, em 1787 –, engrossou o coro das críticas de Voltaire (com *Cândido*) e também de Cesare Beccaria (*Dos delitos e das penas*) contra as punições e os procedimentos das Inquisições.

As discussões aqui levantadas partem da leitura das fontes (os livros escritos por Casanova) traduzidas para o português, além de levantamentos bibliográficos sobre a Inquisição Veneziana, complementados pelas análises de tal movimento e da forma como ele é descrito por alguns dos principais autores da temática da Inquisição, tais como Riccardo Calimani, Andrea Del Col e Francisco Bethencourt.

Por meio de comparações entre os aspectos apresentados por Giacomo Casanova, atentando-se à forma pela qual ele descreve as principais características da Inquisição, realizou-se uma análise de seus textos acerca deste movimento em suas duas principais obras: *História da minha fuga das Prisões de Veneza* e *Memórias de Giacomo Casanova* (estas publicadas originalmente entre 1822 e 1828).

Para além destes materiais, ao longo do trabalho foram utilizados livros relacionados à temática e à conceituação de Inquisição, nos diversos momentos de sua existência na Época Moderna; livros de comentadores acerca da vida de Giacomo Casanova; bibliografias que versam sobre aspectos associados à sexualidade e à importância do corpo no século XVIII; artigos científicos e textos disponibilizados na

web, devido, em parte, ao elevado interesse que se possui com relação ao caráter sexual de Casanova, comumente destacado em artigos e trabalhos acadêmicos, os quais contribuíram para o desenvolvimento e melhor compreensão do trabalho.

Busca-se, dessa forma, discutir e compreender a crítica produzida por Casanova contra a Inquisição veneziana e compará-la com o tratamento das demais críticas de autores coevos sobre o movimento, a fim de perceber e discutir as formas pelas quais agia a Inquisição Veneziana, no século XVIII, através de seus espões, e apresentando os motivos pelos quais a vida de Giacomo Casanova cruzou com a ação do Tribunal e o levou à prisão, em 1755.

O pensamento libertino

Na segunda metade do século XVIII, o pensamento e a escrita “libertários” – e devemos dizer, também, “libertinos” – de Giacomo Casanova foram, contudo, contestados pela Igreja Católica, uma vez que Casanova contrariava frequentemente muitos dos dogmas e da moral cristã. O Santo Ofício tinha motivos de sobra para inquiri-lo. Devasso, como o próprio autor chegou a lembrar em suas *Memórias*, o ato sexual é o “sacramento máximo” quando se imiscuem práticas sexuais heterodoxas, com várias mulheres, e a crença cabalista.

O seu envolvimento com as jogatinas e as bebedeiras, além da facilidade para ascender socialmente, interrompendo, dessa forma, as ordens sociais até então vigentes faziam dele alguém marcado pela

imoralidade. Mas, certamente, a leitura e o conhecimento de livros sobre ciências ocultas foram fatores que pesaram em seu processo.⁶

Alvo de suas maiores críticas, o processo inquisitorial não chegou a ser analisado por Giacomo Casanova. No entanto, sua análise atual nos permite a identificação de denúncias contra ele, partidas de pessoas que viviam próximas à sua residência, sobretudo, em decorrência do seu envolvimento com a cabala, com a leitura de livros considerados “ilegais”, a poligamia, sodomia, enfim, práticas que, por meio da Inquisição de Veneza, deveriam ser extirpadas.

Críticas ao Santo Ofício de Veneza

Observamos em Casanova a presença de uma tendência crítica em seus escritos, à medida que ele elucida uma série de pontos negativos acerca da Inquisição de Veneza. Questões que vão desde as formas de punição, perpassando a arbitrariedade dos seus inquisidores e a forma pela qual são efetivadas as acusações por parte do Santo Ofício, são destacadas em seus livros, uma vez que o próprio processo inquisitorial movido contra Casanova não foi por ele verificado, dado que era comum o fato de o acusado não ter acesso às denúncias contra si.⁷

Diante disso, a despeito de Casanova apresentar-se enquanto cristão (algo que foi muito questionado pela Inquisição de Veneza,

⁶ Processo inquisitorial: ASVe, *Inquisitori di Stato*, Ex. 197, Tome I-III. Annotazioni - B. 534. fl. 55.

⁷ BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV – XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

anteriormente à sua acusação e consequente prisão), em alguns relatos presentes em suas *Memórias* ele mesmo se questiona acerca de algumas de suas atitudes, uma vez que elas não seguem o que lhe foi ensinado durante os anos nos quais ele se dedicou à vida clerical.

No Prefácio escrito às suas *Memórias*, entretanto, Casanova faz importantes afirmações com relação à sua crença em Deus, mostrando-se contrário ao que os inquisidores tomavam como um fato e, inclusive, ao que ele mesmo escrevera em outros momentos. De acordo com ele:

Eu não sou apenas monoteísta, mas cristão fortalecido pela filosofia, que jamais corrompeu alguém. Eu creio na existência de um Deus imaterial, autor e senhor de todas as formas; e o que me prova nunca haver dele duvidado é que sempre contei com a sua providência, recorrendo a ele pela prece nas horas de aflição e vendo-me sempre atendido.⁸

Através das investigações realizadas pelo Tribunal da Inquisição de Veneza, seja por meio da ajuda de espiões inseridos próximos a Casanova ou por denúncias contra ele, sua prisão aconteceu em 1755, sendo que, tal como nos elucida Ian Kelly ao exemplificar um relato feito contra Casanova, anos depois de sua formação no sacerdócio, ele “[...] não tem respeito pela religião.”⁹

⁸ CASANOVA, Giacomo. **Memórias de Giacomo Casanova**. Tradução: Caio Jardim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 129-130.

⁹ KELLY, Ian. **Casanova: muito além de um grande sedutor**. Tradução: Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 100.

Ian Kelly aponta, como possíveis motivos que levaram Casanova aos Chumbos, os seus relacionamentos com pessoas de maior nível social do que o dele, a teoria de que ele vendia o corpo (ou seja, era um prostituto) e, enfim, o seu envolvimento com a cabala, como já mencionado anteriormente.

Feitas tais explanações, a Inquisição Veneziana pode ser identificada, dito de outra forma, mais enquanto um órgão de censura e punição do governo, com o intuito de manter certa ordem social (sem as “idas e vindas” de Casanova pelas diferentes camadas sociais de Veneza) e de evitar que se denegrissem as imagens construídas pela Igreja, do que como uma instituição que visava única e exclusivamente à punição religiosa.¹⁰

Ademais, buscamos abordar tal episódio e seus meandros enfocando, de forma secundária, o aspecto sexual presente na vida de Casanova, algo que foi contestado pelo Santo Ofício em decorrência do cunho libertino de suas ações. Como ele aponta sobre a sua vida sexual:

Cultivar o prazer dos sentidos foi sempre minha principal preocupação; nunca encontrei outra coisa mais importante. Sentindo-me nascido para o belo sexo, sempre o amei e por ele me fiz amar tanto quanto pude. Apreciei também os bons manjares com transporte, e sempre me apaixonaram todos os objetos capazes de me excitar a curiosidade.¹¹

¹⁰ CALIMANI, Riccardo. **L’Inquisizione a Venezia: eretici e processi (1548-1674)**. Milão: Mondadori, 2002, p. 124.

¹¹ CASANOVA, Giacomo. **Memórias de Giacomo Casanova**. Tradução: Caio Jardim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 139.

O interessante Casanova

Outra questão aqui discutida e explícita em seus relatos diz respeito à forma pela qual a Inquisição Veneziana esteve interessada, primordialmente, na vida pessoal e social de Casanova, levando-o à prisão do Palácio dos Chumbos de Veneza, em 1755, e como a sua fuga, em 1756, pode representar um exemplo do desgaste do modelo inquisitorial até então vigente não apenas na região da atual Itália, mas em outros países que também utilizaram o referido modelo inquisitorial ligado ao Estado.

As questões levantadas a este respeito são de extrema importância, dado que, a partir do relato de Giacomo Casanova referente às acusações pelas quais passou, em 1755, por parte da Inquisição, podemos observar e compreender os seus manuscritos (que foram muitos ao longo de sua vida) como uma forma de fazer críticas ao Santo Ofício de Veneza.

Ao relatar a infraestrutura física da Prisão dos Chumbos, observamos que há uma preocupação em descrever toda a arquitetura do local, passando-nos a ideia de um claustro, desconfortável e incômodo, no qual deveriam ser reclusos todos aqueles que fossem considerados culpados de algum crime, fosse ele contra o Estado ou contra a instituição religiosa.

O cárcere

Casanova, após sua prisão, faz um relato no qual descreve os “Chumbos”, apontando características que tornam o seu tempo no

cárcere incômodo e desconfortável, que vão desde a pequena altura da cela, as condições higiênicas precárias, até a falta de iluminação e circulação de ar. Ele escreve uma breve síntese do local, abarcando a sua exata localização e as formas de acesso. Segundo ele,

Os Chumbos, prisão destinada a encerrar os criminosos de Estado, não são senão os altos do palácio ducal, e devem seu nome às largas placas de chumbo que lhe recobrem o teto. Não se pode lá chegar senão passando pelas portas do próprio palácio, ou pelo edifício das prisões, ou ainda pela Ponte dos Suspiros [...]. Só se pode subir aos Chumbos atravessando a sala em que se reúnem os inquisidores de Estado, e apenas o secretário possui a chave, a qual confia ao carcereiro tôdas [sic] as manhãs, para o serviço diário.¹²

A respeito das formas de tortura empregadas pela Inquisição de Veneza – realizadas, entre outros lugares, na prisão em que Casanova esteve –, também relatadas nas *Memórias*, observamos o seu relato ao descrever a explicação, dada por um dos guardas da Prisão dos Chumbos, do uso de um de seus instrumentos, quando de sua curiosidade acerca de tal objeto:

Pensava eu no que podia ser aquilo, quando o guarda, sorrindo me disse: “Vejo, Senhor, que quereríeis adivinhar para que serve este instrumento, e posso dizer-vos. Quando Suas Excelências dão ordem para que se estrangule alguém, sentamo-lo sobre um tamborete, de costas para este colar, e coloca-se-lhe a cabeça de modo a que o colar lhe abrace metade do pescoço; uma tira de seda, que lhe dá a volta à outra metade do pescoço, passa com as duas pontas por este buraco que vai terminar num

¹² CASANOVA, Giacomo. **Memórias de Giacomo Casanova**. Tradução: Caio Jardim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 1549.

torniquete ao qual as ditas pontas ficam confiadas; um homem faz girar o torniquete até que o paciente tenha entregue a alma a Nosso Senhor, pois o confessor, Deus seja louvado, só o larga depois de estar morto.” “É bastante engenhoso”, respondi-lhe [...].¹³

O Santo Ofício em Veneza é relatado por Casanova enquanto uma instituição punitiva e, em muitos momentos de suas descrições, tido como arbitrário. Como ele destaca ao escrever sobre a história da sua fuga, “[...] um tribunal [da Inquisição] como aquele podia saber mais do que eu e reconhecer em mim crimes dos quais eu podia julgar-me inocente [...]”.¹⁴

Nessa passagem, portanto, Casanova faz uma crítica à fabricação de provas contra os acusados de determinados crimes ou práticas heréticas, uma vez que não se toma conhecimento, na quase totalidade dos casos, da veracidade dos crimes apontados.

A literatura pessoal enquanto crítica

Escritas na década final de sua vida (1790), as suas *Memórias*, enquanto literatura pessoal, representam uma importante forma de crítica ao modelo inquisitorial empregado em Veneza, dado que, por meio delas, Giacomo Casanova pôde se expressar e relatar muito do que presenciou durante os anos em que esteve inserido nas cortes europeias e na vida setecentista em geral.

¹³ CASANOVA, Giacomo. **Memórias de Giacomo Casanova**. Tradução: Caio Jardim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957, p. 25-26.

¹⁴ CASANOVA, Giacomo. **História da minha fuga das prisões de Veneza**. Tradução: José Miranda Justo. São Paulo: Nova Alexandria, 2012, p. 20.

Ademais, é imprescindível que se fale da importância deste tipo de relato para a história das religiões, dado que os seus testemunhos e escritos sobre a Inquisição nos evidenciam uma série de métodos dos quais o Santo Ofício se utilizava, sobretudo, como formas de punição às atitudes consideradas hereges e anticlericais.

Sendo assim, uma das características que podemos depreender dos seus relatos, cujos detalhes e descrições são feitos minuciosamente, para além do tratamento dado à Inquisição, é a importância e a contribuição das fontes literárias para a pesquisa na área de História, visto que a sua utilização torna-se cada vez mais comum no meio académico e, dessa forma, auxilia o historiador em sua escrita.

Deve-se apontar, por fim, que a utilização da narrativa histórica merece cuidados por parte do pesquisador, tanto para discernir entre aquilo que é real e o que é fictício, quanto para não incorrer em anacronismos com relação aos termos e definições empregados para determinadas épocas.

O retorno de Casanova: Arthur Schnitzler e a ficção

O fato de Giacomo Casanova ter se tornado um *espia* da Inquisição Veneziana pode soar um tanto quanto contraditório, dada a sua prisão pela mesma instituição no ano de 1755, além de uma série de acusações contra ele, seja por heresia ou por práticas até então consideradas “ocultas”. No entanto, tal aspecto é verdadeiro, dados os seus relatos em suas *Memórias* e os registros existentes no Arquivo de Estado de Veneza.

O fato histórico, portanto, pode ser confrontado com uma série de relatos desenvolvidos pela literatura. No presente caso, o relato de Casanova é corroborado pelos documentos oficiais do Tribunal do Santo Ofício, o que resulta na confirmação do fato histórico e na veracidade das informações que, para ele, eram tidas como a narrativa de suas aventuras.

Em oposição à literatura pessoal de Casanova, acreditamos ser importante apresentar outro tipo de literatura, desta vez escrita sobre, e não por nossa personagem principal e que, segundo o próprio autor, Arthur Schnitzler, é uma ficção: “O Retorno de Casanova”. Em seu *post scriptum*, Schnitzler afirma que

É um fato histórico a visita de Casanova a Voltaire, em Ferney. Contudo, todas as ilações daí tiradas neste conto, particularmente aquela que apresenta Casanova em duelo literário com Voltaire, nada têm a ver com a verdade histórica. Por outro lado, é historicamente correto o fato de Casanova ter-se sentido coagido a exercer as funções de espião em Veneza, sua cidade natal, quando se encontrava entre os cinquenta e sessenta anos de idade. Diversas ocorrências relativas à juventude do famoso aventureiro citadas de passagem na presente narrativa podem ser encontradas com mais precisão de detalhes em suas *Memórias*. De resto, todo o conto *O Retorno de Casanova* é pura ficção.¹⁵

Publicado no início do século XX (1918), o conto de Arthur Schnitzler busca apresentar, na figura de um Giacomo Casanova mais experiente e com a idade avançada, a lembrança de uma série de

¹⁵ SCHNITZLER, Arthur. **O retorno de Casanova**. Tradução: Günther H. Wetzel. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 115.

acontecimentos (fictícios) que, no conto, se deram durante a juventude de Casanova.

Mesmo sendo apresentado enquanto uma ficção, o conto supracitado traz uma série de passagens verídicas, extraídas das próprias *Memórias de Giacomo Casanova* e que, destarte, são utilizadas pelo autor a fim de trazer uma visão mais realista do retorno de Giacomo Casanova a Veneza, após o tempo em que esteve exilado. É preciso que se atente, no entanto, que tais passagens não significam que, neste livro, sejam verdadeiras, tal como foi supracitado.

Não se deve considerar tal conto enquanto uma fonte, mas é interessante observar e destacar que, até mesmo nas ficções, o uso da literatura pessoal é importante, para dar mais fluidez à história – ou estória, termo mais apropriado neste caso – e à construção de uma narrativa.

O enfoque dado por Arthur Schnitzler destaca, sobretudo, os aspectos sexual e libertino de Casanova, apresentando-o enquanto um aventureiro em busca do prazer. Para tanto, a seguinte citação elucida bem este aspecto, quando Casanova passa por uma jovem camponesa que desperta o seu interesse:

Casanova, que sabia muito bem que a raiva e o ódio impressionam a juventude muito mais que a meiguice e a ternura, conscientizou-se imediatamente de que bastaria um apelo insolente de sua parte para fazer com que a

carroça parasse e ele tivesse a moça à sua disposição para fazer com ela o que melhor lhe apetecesse.¹⁶

O trecho acima deixa claro que existe tamanho interesse, sobretudo, nas aventuras sexuais de Giacomo Casanova, algo que ele, em suas obras, busca deixar em um segundo plano, atendo-se mais aos relatos dos costumes e dos modos da sociedade europeia, seja ela a veneziana, a parisiense ou qualquer outra na qual ele esteve presente.

É de se destacar, contudo, que o papel sexual e galanteador de Casanova não é o único fator importante em sua vida, dada a sua contribuição para o pensamento filosófico e cultural na sociedade europeia do século XVIII. Como bem nos evidencia Ian Kelly, “Casanova ficaria pasmado ao descobrir que hoje ele é lembrado quase exclusivamente por sua vida sexual.”.¹⁷

As ficções, por assim dizer, têm certas “licenças poéticas” para tratar determinadas personagens históricas, tal qual Casanova, de uma forma mais romantizada ou menos ligada à realidade. Em oposição a isso, é papel fundamental dos historiadores, portanto, não tomar por únicas fontes estes trabalhos, preocupando-se em buscar os documentos verdadeiros, os quais irão comprovar as proposições até então estabelecidas.

¹⁶ SCHNITZLER, Arthur. **O retorno de Casanova**. Tradução: Günther H. Wetzel. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 9.

¹⁷ KELLY, Ian. **Casanova**: muito além de um grande sedutor. Tradução: Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009, p. 13.

Considerações finais

Após toda a discussão feita acerca das críticas à Inquisição Veneziana produzidas por Giacomo Casanova, deve-se destacar que é possível o emprego, em boa parte dos casos, da literatura (neste caso, a pessoal) para se estudar a história das religiões, dado o seu papel fundamental de relatar determinados aspectos e mecanismos da sociedade.

Nota-se o papel fundamental do historiador e a sua necessária atualização aos novos meios de propagação de conhecimento, através de recursos literários que, em outras situações, não poderiam ser utilizados (no caso do Santo Ofício, o uso do processo inquisitorial é o mais comum dos casos, enquanto que ainda são poucos os casos em que se opta pelo relato de determinada personagem acerca do mesmo).

Neste sentido, ainda é necessário realizar debates e discussões acerca da temática, uma vez que estes auxiliam os historiadores e demais pesquisadores a conduzir seus trabalhos e contribuem, substancialmente, no desenvolvimento da história das religiões em associação à literatura produzida.

Após toda essa análise, pode-se destacar que este trabalho vem buscando contribuir com os estudos atuais da área de História Moderna, com importante destaque para o uso da literatura neste meio, destacando-se pontos de vista distintos sobre um mesmo fato. A contraposição aqui realizada, mesmo que não de forma prioritária, entre a literatura pessoal e a literatura ficcional, é uma característica essencial

para os pesquisadores da área das ciências humanas e, sobretudo, da História, visto o contínuo emprego de fatos e personagens históricos no meio ficcional.

Seu uso, no entanto, deve ser feito tomando-se os devidos cuidados no que diz respeito à metodologia, aos termos, às definições e, sobretudo, ao conceito de verdade histórica, haja vista a dificuldade em se empregar tal expressão, a fim de não incorrer naquele que é tido como o maior dos males da História: o anacronismo.

Arraigado por uma série de conceitos e metodologias, por fim, tal trabalho serve como uma importante forma de complementar os estudos até então desenvolvidos no que tange aos usos da literatura por meio da História, através da relação entre os múltiplos campos do saber entre as religiões e a História.

Referências:

Fontes

Manuscritos

ARCHIVIO DI STATO, VENEZA.

Inquisitori di Stato Ex. 197, Tome I-III. Annotazioni - B. 534.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE – GALlica.

CASANOVA, Giacomo Girolamo. *Histoire de ma vie*. Livre I-X
Fonds Casanova.

Impressos

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE – GALlica.

CASANOVA, Giacomo. **Histoire de ma fuite des prisons de la République de Venise, qu'on appelle les Plombs, écrite à Dux en Bohême l'année 1787**. Leipzig, 1788.

Bibliografia

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. Tradução: Paulo M. Oliveira. São Paulo: Edipro, 2015.

BETHENCOURT, Francisco. **História das Inquisições**: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV–XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

CALIMANI, Riccardo. **L'Inquisizione a Venezia**: eretici e processi (1548-1674). Milão: Mondadori, 2002.

CAPLAN, Jane; TORPEY, John. **Documenting individual identity**: the development of state practices in the modern world. New Jersey: Princeton University, 2001.

CASANOVA, Giacomo. **História da minha fuga das prisões de Veneza**. Tradução: José Miranda Justo. São Paulo: Nova Alexandria, 2012.

_____. **Memórias de Giacomo Casanova**. 10 v. Tradução: Caio Jardim. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

_____. **O Duelo**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997.

CHILDS, James Rives. **Casanova**: a new perspective. Michigan: Paragon House Publishers, 1988.

DARNTON, Robert. **Edição e sedição**: o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

DEL COL, Andrea. **L'Inquisizione in Italia**: dal XII al XXI secolo. Milão: Mondadori, 2006.

KELLY, Ian. **Casanova**: muito além de um grande sedutor. Tradução: Roberto Franco Valente. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

KLEINE, Tassia. Casanova: emigração e retorno entre a ficção e a autobiografia. **Estação Literária**, Londrina, v. 10C, p. 292-304, fev. 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/g7X7Ew>>. Acesso em: 25 maio 2016.

MARIE-FRANÇOISE, Luna. **Il mondo di Giacomo Casanova**: un Veneziano in Europa (1725-1798). Veneza: Marsilio, 1998.

NAUDIN, Jean-Bernard; TOESCA, Catherine; PARAVIA, Leda Vigliardi; FASOLI, Lydia. **Casanova**: un Vénitien gourmand. Paris: Editions du Chêne, 1998.

NEDOBITY, Wolfgang. **Casanova and the Italian Taste**. SSRN, 2008. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1702198>. Acesso em: 04 nov. 2016.

NOVAES, Adatauto (org.). **Libertinos libertários**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

PEAKMAN, Julie. **Lascivious Bodies**: A Sexual History of the Eighteenth Century. New York: Atlantic, 2004.

PROSPERI, Adriano. **Tribunais da consciência**: inquisidores, confessores e missionários. São Paulo: EDUSP, 2014.

RÂMBU, Nicolae. The Philosophy of Casanova. **Philosophy and Literature**, v. 36, n. 2, Oct. 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/wrJWjQ>>. Acesso em: 20 maio 2016.

RIBEIRO, Renato Janine. **A etiqueta no Antigo Regime**: do sangue à doce vida. São Paulo: Brasiliense, 1990.

ROGGENDORFF, Cécile de. **Lettres d'amour à Casanova**. Paris: Editions Zulma, 2005.

RUPRECHT JR., Louis. Winckelmann and Casanova in Rome: A Case Study of Religion and Sexual Politics in Eighteenth-Century Rome. **Journal of Religious Ethics**, v. 38, p. 297-320, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/dgtdlD>>. Acesso em: 17 jul. 2016.

SCHNITZLER, Arthur. **O retorno de Casanova**. Tradução: Günther H. Wetzl. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIRACUSA, Dominic. Casanova, Marinetti and the Art of Seduction. **Carte Italiane**, v. 2, 2010. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/60q5502b>>. Acesso em: 13 out. 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VALLERA, Tomás. **Entre o libertinismo e a libertinagem**: “as artes de não ser governado” na sua relação com o nascimento do Estado de polícia na Europa do século XVIII. Disponível em: <<http://migre.me/vuJ0n>>. Acesso em: 25 out. 2016.

WRIGHT, Charles. **Casanova ou l'essence des Lumières**. Paris: Bernard Giovanangeli Éditeur, 2008.

ZWEIG, Stefan. **Casanova**. Tradução: Aurélio Pinheiro. Rio de Janeiro: Guanabara, 1951.

Recebido em 28/05/2017, aceito para publicação em 06/11/2017

O “Inventário de perdas da perda de uma vida”: K.: Relatos de uma busca, de Bernardo Kucinski, em Partilhas¹

Luan Erick Lima Sanches²

Resumo: No período entre 1964-85, ocorre no Brasil a Ditadura Civil-Militar. Um golpe cujas consequências fraturaram uma população inteira de formas variadas. Ana Rosa Kucinski foi uma destas, desaparecida em 1974 junto ao seu marido Wilson Silva. O pai, Majer Kucinski, desde então a procura e essa busca foi narrada no romance de Bernardo Kucinski, *K.: Relatos de uma busca*. O presente artigo pretende analisar esta obra tendo como condutor a partilha, conceito utilizado por Jacques Rancière que reflete na perspectiva memorialística do romance. No estudo, me auxilia a teoria do testemunho, seguindo a sua metodologia, portanto: entender a memória traumática e suas funções na narrativa; e as conexões com Agamben, Derrida e Maturana que corroboram para um melhor entendimento da intraduzibilidade das experiências-limite.

Palavras-chave: Partilha, Memória, Testemunho, Ditadura Brasileira, Bernardo Kucinski.

Abstract: In the period between 1964-85, the Civil-Military Dictatorship takes place in Brazil. A coup whose consequences fractured an entire population in a variety of ways. Ana Rosa Kucinski was one of these, who disappeared in 1974 with her husband Wilson Silva. Her father Majer Kucinski has since searched for her, and this search has been told in Bernardo Kucinski's novel, *K.: Relatos de uma busca*. The present article intends to analyze this work having as conductor the sharing, concept used by Jacques Rancière that reflects in the memorialistic perspective of the novel. In the study, the theory of the testimony helps, following its methodology, therefore: to understand the traumatic memory and its functions in the narrative; and the connections with Agamben, Derrida and Maturana that corroborate for a better understanding of the untranslatability of limit-experiences.

¹ Este trabalho é parte de um estudo iniciado em projeto de iniciação científica no grupo de pesquisa Narrares - Narrativas de Resistência, orientado pela Professora Dra. Tânia Maria Pereira Sarmiento-Pantoja (FALE/PPGL/ILC/UFGA). Aqui está apresentado parcialmente.

² Graduando em História - Licenciatura pela UFGA, bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CAPES.

Key-words: Share, Memory, Testimony, Brazilian Dictatorship, Bernardo Kucinski.

A abertura³

A obra de Bernardo Kucinski tem ganhado bastante repercussão desde o seu lançamento. Publicada originalmente em 2011, no Brasil, já foi traduzida para o alemão, espanhol, italiano e hebraico, entre outros idiomas, além de ganhar alguns prêmios como o São Paulo de Literatura (2012). O autor é jornalista, escritor e ex-professor da Universidade de São Paulo. Majer Kucinski é o protagonista em *K.: Relatos de uma busca* e procura a filha desaparecida pelo Estado brasileiro durante o período ditatorial (1964-1984). Nesta desapareição é que se concentra o autor e na *busca*, tratada pelo inventário de traumas de Majer - inventário aqui entendido pela lógica de sua etimologia, bem como pelo direito das sucessões. E deste arrolamento se descobre toda uma vida da filha desaparecida, diferente daquela conhecida pelo pai: de uma militância e de família constituída.

Decerto que este não é o primeiro trabalho a analisar este romance. Muitos pesquisadores têm trabalhado sua escrita de variadas formas: Lehmen (2014) trata do “empresário da memória”, quando destaca, apoiada em Elizabeth Jelin, a função criativa nos espaços não

³ As partes deste artigo são capítulos do romance de Bernardo Kucinski, aqui ressignificados. Este primeiro confronta os conceitos de abertura política, quando do período de redemocratização brasileira em meados dos anos 1980; a abertura, enquanto parte da obra de Bernardo Kucinski, quando Fleury toma voz e detalha as operações de desaparecimento e de tortura com os parentes; e abertura, enquanto introdução, um abre-portas para o trabalho e para a conceituação proposta.

compreendidos; Lira (2017), por sua vez, salienta as distinções do real e do fictício na premissa do trauma e, a partir disso, ressalta a aparente legalidade da Ditadura Civil-Militar brasileira, que se distingue dos outros regimes de exceção vividos na América Latina; Sarmento-Pantoja (2014) compara o romance de Kucinski com *Soledad no Recife*, de Urariano Mota, analisando as narrativas de resistência em sua construção histórica; Friedman e Bastazin (2016), destarte, discorrem acerca das funções da memória e da narrativa na Literatura de Testemunho - para tal, incluem na discussão os traumas (individuais e coletivos) que envolvem as histórias enredadas no romance em tela; Marques (2017) faz uma comparação entre as personagens em Kucinski e Kafka, ao mesmo tempo em que aproxima os contextos históricos presentes em *O Processo* e *K.: Relatos de uma busca*.

Nessa narrativa, encontramos uma polifonia de vozes que discorrem acerca da busca dos algozes às testemunhas. São vozes de funcionários do Estado, o Delegado Fleury, a amante deste delegado, uma faxineira; em que todos colaboram para uma fratura exposta das violências promovidas e legitimadas pelo Governo brasileiro, e dos seres humanos afetados por este.

Uma dor irremediável essa da perda. Sobreviver enquanto o próximo morre ou é desaparecido. E como comunicar esta dor? Faz-se necessário muito mais que empatia. Provavelmente alguma interjeição tenha maior valor. Algo que não tenha representação consonantal. A fratura, esta condicionadora na tradução de uma linguagem indizível

para o código, clama por algo mais de vitalidade, que fundadora alcance o âmago do ser que escreve. Pede por palavras que, concatenadas, desloquem-se da gramatura do papel e se fixem texturizadas no leitor.

Neste artigo me encarrego de uma análise do romance *K.: Relatos de uma busca* à vista do conceito de partilha de Jacques Rancière, percebendo a saga de traumas e experiências-limite que marcam a família Kucinski. A partir deste ponto de vista, debulharemos as violências extrínsecas que permanecem conscientes na cabeça de Majer. Partilhados os comuns e entendidas as suas exclusividades, entende-se um “sistema de evidências sensíveis”, na obra retratada pelo narrador-personagem, consciente, mas passivo.

Trata-se de uma narrativa do desaparecimento de Ana Rosa, a filha de Majer - um judeu sobrevivente da *Shoah*⁴. Em meio às diversas narrativas, todas elas aparentemente esparsas em suas individualidades, se imerge nessa busca e em suas personagens. Interlocutores loquazes, mergulhados cada um em seu sistema.

Para tal, divido o estudo em duas metades. Uma que se sente narrativa, pois vincula a obra na conceituação; outra dissertativa, constituinte de uma interpretação dos elementos testemunhais e da memória traumática. Visto assim, procura-se entender a obra às vistas das partilhas, compreendendo as razões da escrita e operação desta. O objetivo é, portanto, analisar a comunicação da memória para si e para

⁴ *Shoah* é um segundo termo para o Holocausto, visto, porém, a partir de seu teor testemunhal, dos *supertes* e *testis*, bem como da memória coletiva dos judeus.

os outros, entendendo suas funções entre esquecimentos, silêncios e falas.

Sobreviventes, uma reflexão⁵

A violência, em *K.: Relatos de uma busca*, é uma conciliadora da trama. Ela perpassa a memória de todas as personagens; umas mais literais que outras. O caso a ser narrado é o do desaparecimento de Ana Rosa Kucinski em 1974, à época professora da Faculdade de Química da Universidade de São Paulo. O caso é mais um dos 388 mortos e desaparecidos no período entre 1964-1985, segundo o documento disponibilizado pelo Instituto Vladimir Herzog⁶. É esta violência corriqueira em um “sistema de evidências que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas”⁷. Portanto, um *comum* e um lugar de disputa deste. Denomina, assim, Jacques Rancière o conceito de Partilha do Sensível.

Este comum é então visualizado de diversas maneiras. É ele “uma ordenação de signos”. É, ainda, uma partilha que colabora e questiona ao mesmo tempo a memória dividida; é “a identificação dos

⁵ Este título confronta, de novo, a obra com ressignificação proposta: “O sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado” (KUCINSKI, p. 154).

⁶ Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/abertura-lenta-e-anistia-parcial/> (acesso em 16/05/2017). Este é um site “que responde à demanda da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República de criação de um portal com o objetivo de divulgar a História do Brasil no período de 1964 à 1985 junto ao grande público, em especial à população jovem” (informação do próprio Instituto, disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/sobre-o-projeto>).

⁷ RANCIÈRE, 2005, p. 15.

modos de uma leitura dos signos escritos na configuração de um lugar, um grupo, um muro, uma roupa, um rosto”.⁸

Este conceito introduzido por Rancière, em *O Desentendimento: política e filosofia* (1996) e melhor explorado em *A Partilha do Sensível: estética e política* (2005), funciona aqui como condutor da perspectiva no estudo da obra de Kucinski. A partir deste ponto de vista percebem-se as relações memorialísticas do trauma, neste trabalho. E aqui é importante entender o porquê dessa preferência teórico-metodológica.

Se entende a *partilha* enquanto estética; realidade de comunidade entre um radicalismo artístico e outro político. O é, em primeiro ponto, por ser atributo da arte

operar um novo recorte do espaço material e simbólico. E é nesse ponto que a arte toca a política. A política, de fato, não é o exercício do poder, ou a luta pelo poder. É a configuração de um espaço específico, a partilha de uma esfera particular de experiência, de objetos colocados como comuns e originários de uma decisão comum, de sujeitos reconhecidos como capazes de designar esses objetos e argumentar a respeito deles.⁹

E em segundo, pela premissa de que “o real precisa ser ficcionado para ser pensado”¹⁰. Entende-se, portanto, um motivo fundador da arte, que, condicionador na tradução de uma linguagem indizível para o código, clama por algo mais de vitalidade, que,

⁸ IDEM, p. 55.

⁹ RANCIÈRE, 2010, p. 20.

¹⁰ IDEM, p. 58.

fundadora, alcance ao âmago do ser que escreve. Por um lado político, por outro artístico; fundamentalmente estético.

Desta forma apresenta-se o autor na obra, anunciando-a: “Caro leitor: Tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu”. Funciona como um prenúncio ao leitor, como se dissesse que essas poderiam ser memórias, mas foram inventadas; ou mais, que ali se ausenta o escritor, o jornalista, o próprio Kucinski, para dar lugar ao narrador. Uma narrativa que mantém consciência e ação na voz presente, e se ramifica por vezes.

Presentes nas vozes do protagonista, do Delegado Fleury, da amante do Delegado, da faxineira que trabalhava para Fleury, de informantes, entre outros. Encontra-se o narrador coexistindo entre estas personagens, como se fosse mais uma, e, claro, outra voz no romance. Essas vozes polifônicas, multifacetadas, aparecem sem “chamados”, capítulo a capítulo. Mostram-se confusas, propositalmente. Longe de um erro, mas uma característica perspicaz da narrativa que utiliza desta para partilhar a violência entre as personagens. Entretanto, isoladas cada qual em seu sistema. Como individualidades compartilhadas na narração, entendidas partes exclusivas, interseccionadas pelo desaparecimento de Ana Rosa Kucinski.

São partilhadas as violências sofridas na *Shoah* por Majer e a Ditadura civil-militar brasileira, como pode ser visto no excerto a seguir:

K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca. Por isso emigrou, emigrou às pressas, deixando mulher e filho, que só se juntariam a ele no Brasil um ano depois. Foi solto na condição de emigrar, além da propina coletada pelos amigos de militância. Sua irmã, Guita, cinco anos mais velha, não tivera a mesma sorte. Morreu tuberculosa no frio da prisão.

A imagem repentina de Guita puxou a do delegado que o expulsara do topo da escadaria de Varsóvia aos gritos de que sua irmã nunca fora presa, de que teria fugido para Berlim, isso sim, com alguma amante.

Ainda pensava em Guita quando chegou ao general, que o recebeu de maus modos. Mandou-o sentar com rispidez. Reclamou que ele estava espalhando na comunidade judaica acusações pesadas e sem fundamento contra os militares. E se sua filha fugiu com algum amante para Buenos Aires? O senhor já pensou nisso?¹¹

Os signos da ida à delegacia em busca de um parente e as consequentes respostas à visita são lugares de disputa na memória traumática da personagem. Uma ordenação de signos, que conflui para a divagação consciente sobre a leitura da cena. Bem, a linguagem é uma ordenação ou uma coordenação de consensos. A “linguagem está relacionada com coordenações de ação, mas não com qualquer coordenação de ação, apenas com coordenação de ações consensuais. Mais ainda, a linguagem é um operar em coordenações consensuais de coordenações consensuais de ações”.¹²

O que se quer entendido aqui é a linguagem como inerente ao ser humano. São coordenações consensuais de conduta de coordenações consensuais de conduta. Em que se abstraem sentimentos fundamentais

¹¹ KUCINSKI, 2016, p. 37.

¹² MATURANA, 1998, p. 20.

ao ser humano na forma do texto. A exemplo, uma pessoa mais velha pode ver um copo de café sobre a mesa de trabalho de um jovem qualquer e rememorar a sua mesa de trabalho que, comumente, apresentava o copo de café. Daí coordenar o código para que se faça compreensível àquela memória à pessoa jovem detentora do copo de café. Comunicam-se dessa forma, situações comunais aos envolvidos - consensos. E a partir destas, concatenadas e coordenadas as palavras, o linguajar se faz consensual aos envolvidos. Reapresentam-se cenas.

Em *K.: Relatos de uma busca*, um trauma coexiste no outro consensualmente, disputando e sendo lugar comum. Kucinski aqui opera sobre e com a partilha: primeiro, entendendo sua função máxima de intersecção entre arte e política - sua ambivalência estética-política; segundo, confluir a violência, a partir de movimentos em diferentes temporalidades, em uma mesma perspectiva, a de *testis*¹³ do acontecimento no protagonista. Essa segunda entendida na máxima função de testemunha em terceira pessoa; aquele que não atuou no fato, mas observou de longe, com envolvimento limitado.

A narrativa segue um fluxo que permeia o tema da busca de uma desaparecida política. Ao passo, as vozes mudam em diferentes tópicos da obra: ora o pai, ora o pai de Wilson, ora o Delegado Fleury,

¹³ O *Testis* é aquele que testemunha e atesta a experiência de terceiros. Em função jurídica, por um lado, essa atestação confere a necessidade de verificação do ocorrido por fonte confiável, seja ela humana ou não. Por outro lado, entendendo sua função à perspectiva psicanalista, a testemunha é portadora e dominada desta cena traumática, incapacitada de traduzir tal recordação e fragmentada ela própria. Ver em SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade de conceitos. *Revista Letras*, n. 22, p. 121-130, 2001.

ora a faxineira da casa de torturas. Que corroboram para a construção do cenário de violências, dispostas de forma a compor um panteão de elocuições aparentemente desconexas, mas que compartilham de formas diferentes o desaparecimento.

A partilha ocorre aqui como um suporte memorialístico em que se percebem as diversas ribaltas a que o narrador expõe. Como quando se suplementam as memórias com invenções - imaginações, mesmo - sobre a reunião da congregação do Conjunto das Químicas da Universidade de São Paulo, quando da demissão de Ana Rosa Kucinski por “abandono de função”. Entende-se a posição imaginativa das atas de reunião, que bem se sabe, são tão inventadas quanto a obra aqui em questão. Percebe-se nesta situação os devaneios em que imerge o narrador para descrever com nitidez as cenas expropriadas das verdades inventadas. Valem mais ou menos? A questão, talvez, não passe por esta qualidade, mas com o pertencimento àquela memória, parafraseando Foucault: isto é uma ficção, mas quem escreveu não fui eu; inventada, mas plausível. Inventadas não porque não existiram, mas porque, simplesmente, é algo irrepresentável:

A ideia de uma narrativa impossível, mas absolutamente necessária (...), parece aplicar-se perfeitamente a esse sofrimento indizível posto em cena com o traumático e que torna tão fundamental, para aqueles que sobreviveram ao catastrófico do trauma, a paradoxal tarefa de narrar o intransmissível. Que falem por nós as palavras dos sobreviventes das grandes catástrofes históricas, que costumam relatar em seus testemunhos que seus relatos

nunca conseguem transmitir realmente as experiências inenarráveis de horror pelas quais passaram.¹⁴

Seguem-se narrativas polifônicas conduzindo o interlocutor à busca da filha de Majer Kucinski. Emaranhados da mesma história compartilhando violências, cada qual à sua maneira. Funcionam aqui como suplementos¹⁵ das memórias catastróficas do pai, as quais preenchem lacunas já completas; ressignificam a memória para “uma zona imprevista”. Como testemunha do desaparecimento da filha pelo Estado ditatorial brasileiro, esta memória e atestação “vale essencialmente por aquilo que nele falta; contém, no seu centro, algo intestemunhável, que destitui a autoridade dos sobreviventes”. Preenche-se os vazios que deveriam estar completos, por não merecer existir.¹⁶ Se por um lado percebemos a situação do indivíduo que experimentou o trauma, por outro temos que perceber a condição que

¹⁴ MALDONADO & CARDOSO, 2009, p. 46-47.

¹⁵ Entende-se que “o suplemento é um extra desnecessário, adicionado a algo completo em si mesmo. Mas o suplemento é adicionado a completar e compensar uma lacuna, em algo que deveria ser completo em si mesmo” (DERRIDA, 1995, p. 243). Ou que “a lógica do suplemento é a lógica da não-identidade e da não-propriedade. (...) Sua lógica consiste mesmo em escapar sempre a esse dualismo marcado, à identidade, na medida em que pode ser o dentro e o fora, o mesmo e o outro: sua especificidade reside, pois, nesse “deslizamento” entre os extremos, na ausência total de uma essência” (SANTIAGO, 1976, p. 90).

¹⁶ Se entende aqui a validade do testemunho em sua forma jurídica e cultural, como descreve Primo Levi em *É isto um homem?*, em que a “verdade” das catástrofes nunca poderá ser entendida ou representada, visto que uma multidão anônima não pode contar a sua versão. Porque sucumbiram ao sorvedouro, à tortura e à opção dada: a de não ter opção. As histórias dos “muçulmanos”, dos submersos, dessa massa populacional de não-homens que nunca poderá ser traduzida. As citações vêm de AGAMBEN, 2008, p. 43.

soterra essa individualidade, ao ponto de apresentar uma história oficial e coletiva, diferente desta subterrânea, como Pollak nos informa:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.¹⁷

Um inventário de memórias¹⁸

Com o projeto de educação musical, Heitor Villa-Lobos, maestro brasileiro, categoriza o músico de três formas: os que escrevem segundo regras e modas, os que tentam ser originais e os que escrevem por não conseguir viver sem ela. Este último teria maior valor, para o maestro. Seria ele o musicista interessado pelas tradições populares, entendedor dos sentimentos comuns. Conheceria, portanto, o ritmo daqueles e, a seu modo, apontaria as melodias e harmonias capazes de representar as sensações.¹⁹

A *Valsa da Dor*, de 1930, comporta uma das marcas do compositor, a da selvageria perante a harmonia. Nela, conforme a

¹⁷ POLLAK, 1989, p. 8.

¹⁸ Uma das perspectivas de análise deste trabalho é a de utilização megatextual, em que pontes intertextuais conectam constelações de conhecimentos. No caso deste trabalho, relacionamos o trauma relatado no romance de Bernardo Kucinski aos aspectos memorialísticos, à música de Villa-Lobos, aos deslizamentos do suplemento, às partilhas presentes no texto e à experiência humana. Vista sob a ótica de um livro, de uma obra musical, de um aspecto histórico, da construção deste aspecto e suas interpretações e de um estranhamento causado pela alteridade que é promovida pela verossimilhança.

¹⁹ CONTIER, 1996, p. 110.

melodia desaba sobre o ritmo, a progressão de acordes descreve a melancolia que o autor sente, até que são cortadas por uma tensão, duvidosa daquela tristeza. Entretanto, volta a penúria e a música permanece em uma consonância taciturna.

Assim segue K., que durante a narrativa percorre prostrado a busca da filha desaparecida e que em algumas aparições a esperança é sustentada, como uma incerteza percussiva. Em *Imunidades, um paradoxo*, o narrador retrata a trilha que o pai atravessa. No começo “há esperança, não se pensa no impensável”, à medida em que o sumidouro cresce, o pai “ergue a voz”; angustiado, já não sussurra, aborda sem pudor os amigos, os amigos dos amigos e até desconhecidos”, ao passo que “é tomado pelo cansaço e arrefece, mas não desiste. (...) Esperanças já não tem, mas não desiste”. Descobre o silêncio gritante cativo de um sistema que atemoriza sem rosto. Ele, que rosto tem, mostra-o em passeatas, “nada o atemoriza”, “não é mais um indivíduo, virou um símbolo, o ícone do pai de uma desaparecida política”, ao passar dos anos o pai deixa “de ser um ícone. Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca”.²⁰

Villa-Lobos e Kucinski visam alcançar o âmago do espectador, até onde o mesmo aguentar. Partilham violências comunais aos seus contextos. De um lado a vontade de educar para civilizar, proposta vindoura da virada do século, do Estado Novo, o nacionalismo redentor; do outro a vontade de não esquecer, ou de memorar.

²⁰ KUCINSKI, p. 83-85.

Na experiência brasileira, dois momentos traumáticos confluem para a acepção de violência: a da colonização, escrita a sangue; e a da ditadura, não escrita - visto o ocultamento dos registros oficiais. Entender “a história como trauma coloca em questão a própria possibilidade de elaborar uma representação, pois o trauma é, por definição, algo que evitamos lembrar, evitamos reencontrar, pelo grau intolerável de dor que a ele se associa”²¹. Entender a história e a historiografia brasileira, portanto, sob essa ótica, altera a perspectiva com que rememoramos lugares, pessoas e símbolos, já que são entendidos os locais de fala de cada um, para uma via alternativa: uma em que as experiências silenciadas, as vidas “não-ditas”, são ouvidas e relatadas em uma pluralidade de plataformas (jornais, revistas, artigos, livros, jogos, HQ’s, fotografias, música, etc.).

Partilhar, na história, estes traumas é entender que estética e política estão imanentes uma à outra. E essa relação imbricada acaba por manter-nos em um meio consensual do qual não conseguirmos distinguir certas violências. Elas estão esquecidas. Neste ponto, poderíamos tomar como exemplos a institucionalidade do racismo ou, mesmo, a aceitação dominante do masculino e das masculinidades. Ambos estéticos e políticos, partilhados de forma consensual com a totalidade. Entendidas as violências como portadoras e fundadoras de suas histórias, entende-se, também, uma “novidade da tradição”: formas novas de se adequar aos costumes violentos. Ou mesmo, complemento

²¹ GINZBURG, 2011, p. 131.

do último, a “tradição da novidade”: a força potencializadora de encontrar o novo.²²

A arte, aqui representada no romance, compreende um regime poético fugidio do real. Não por disparidade, mas por verossimilhança, poética e mimética. Verossimilhança atestada segundo o *testis* em potência, o protagonista e sua busca, que não cessa enquanto não encontrar as suas verdades, a memória da filha desaparecida. Tem, então, sua tradição da novidade traduzida na culpa pelo desaparecimento. Que toma conta do cotidiano, da conjuntura e se transforma estruturalmente no tempo. A banalidade do mal, ou a naturalização deste, como construto da experiência coletiva, impressa nos jornais, em nomes de ruas e exposta pela imprensa, constrói um sistema de provocações e provações ao qual o protagonista percorre. A culpa perante esta naturalidade com que se tratam as violências e suas respostas. As da filha são olhares avulsos, nomes diferentes e um medo irrefreável de vida, minúcias triviais, detalhes que passam despercebidos pelo pai. A culpa recai sobre todas estas respostas e sobre a importância do ídiche²³, a permanência dele neste mundo de traumas, entre tantos outros. A culpa de existir perante a inexistência do outro. A culpa nos porquês, “porque o sobrevivente vive o sentimento paradoxal da culpa da sobrevivência. A situação radicalmente outra, na qual todos

²² RANCIÈRE, 2005, p. 27-44.

²³ Língua germânica das comunidades hebraicas. Majer Kucinski é escritor e crítico literário neste idioma.

deveriam morrer, constitui sua origem negativa. A indizibilidade do testemunho ganha com este aspecto um peso inaudito”.²⁴

A culpa. Sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais. A culpa de ter herdado sozinho os poucos bens do espólio dos pais, de ter ficado com os livros que eram do outro. De ter recebido a miserável indenização do Governo, mesmo sem a ter pedido. No fundo a culpa de ter sobrevivido.²⁵

Esta culpa dos sobreviventes permeia as funções do personagem: memorialísticas e de atuação. A perda do outro e não a de si próprio, já não inédita ao passo da perda da irmã na *Shoah*, e que deve-se calcar e recalcar estas memórias de experiências-limite para que a vida continue a passar. Essa que, calejada, move o personagem em um grito silencioso de desespero e sofreguidão pelo fim.

A partir destas reflexões, vale perguntar: “qual o valor de todo o nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?”²⁶, pois, se confrontados com as experiências catastróficas, limites na vivência, não se compreende a humanidade nestas. Outro questionamento possível: como traduzir a memória dos traumas, violências e catástrofes em código compreensível a terceiros? Não se tem fórmula, mas, decerto, é necessário sempre mais que palavras, imagens ou notas musicais. Porque representação requer mais que memória. Requer vivência ou mais. Necessita vitalidade. O que quero

²⁴ SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 75.

²⁵ KUCINSKI, 2014, p. 167.

²⁶ BENJAMIN, 1987, p. 114.

dizer com isso? Que é necessário “pensar o passado contra o presente, resistir a um presente, não para um retorno, mas ‘a favor, isso espero, de um tempo futuro’ (Nietzsche), ou seja, convertendo o passado em algo activo e presente, para que por fim surja algo novo, para que pensar, sempre, se produza no pensamento”.²⁷

Considerações Finais

Faz-se inescusável que essa, bem como as obras de Urariano Mota e Flávio Tavares²⁸ na literatura, ou Maurício Toro Goya e Gustavo Germano²⁹, em fotografias, exponha suas memórias para que se tornem públicas e partes das histórias nacionais. Não para uma mera exibição do horror, mas para uma catarse daquilo que já aconteceu mas não deveria; para amostras do Estado de Exceção em sua forma crua, identificando o asco que o foi. E daí se buscar, retomando o que disse anteriormente, pensar um passado oposto ao presente, ou seja: um presente ativo e responsável por um futuro antagônico a esse passado rememorado nas obras citadas.

São traduções das experiências inenarráveis. Descritas para se converter ou ressuscitar. Manifestações do ser humano que precisa testemunhar, pois a memória traumática que fora vivida em primeira ou qualquer outra pessoa não está no arrolamento das representações

²⁷ DELEUZE, 1986, p. 127.

²⁸ Autores de *Soledad no Recife, K. - Relatos de uma Busca e Memórias do Esquecimento*, respectivamente.

²⁹ Autores dos ensaios fotográficos *Gólgota, caravana de la muerte e Ausências*, respectivamente.

habituais do ser humano. Não constituem consenso, nem são de fácil compreensão empática, posto que são dores irreparáveis e indizíveis. Há de se entender a sua complexidade de transcrição ou representação, que só é inteligível àquele que tocou o âmago da morte, mas sobreviveu. E de alguma forma tenta viver.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. Tradução Selvino J. Assman. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENJAMIN, Walter. Experiência e Pobreza. In: _____. *Obras escolhidas*. v. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 114-119.

CONTIER, Arnaldo. Villa-Lobos: o selvagem da modernidade. *Revista de História*, São Paulo, n. 135, p. 101-119, 1996.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Paris: Éditions de Minuit, 1986.

DE DECCA, Edgar Salvadori. As metáforas da Identidade em Raízes do Brasil. *Varia Historia*, v. 22, n. 36, p. 424-439, 2006.

FRIEDMAN, Iris e BASTAZIN, Vera. K. – *Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski: ausência de memória na Literatura de Testemunho. Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 10, n. 18, maio 2016.

GINZBURG, Jaime. Escritas da Tortura. *Diálogos latinoamericanos*, n. 3, p. 131-146, 2001.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *Estratos del tiempo*. Barcelona: Paidós, 2003.

KUCINSKI, Bernardo. *K.*: Relatos de uma busca. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LEHMEN, Leila. A memória como empresa: os empresários da memória em *K.*, de Bernardo Kucinski. *Nonada*, v. 1, n. 22, 2014.

LEVI, Primo. *É Isto um Homem?*. Tradução: Luigi Del Re. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

LIRA, Raphaella. O trauma da ficção ou a ficção do trauma: uma leitura de *K.* relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. *Literatura e Autoritarismo*, n. 18, p. 15-21, jan. 2017.

MALDONADO, Gabriela e CARDOSO, Maria. O Trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p.45-57, 2009.

MARQUES, Luciana Araujo. Ausência como presença; presença como ausência em *K.*, de Kucinski. *Literatura e Autoritarismo*, n. 18, p. 5-13, jan. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/viewFile/25566/14930>. Acesso em: 18/02/17.

MATURANA, Humberto. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Tradução: José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *Crepúsculo dos ídolos, ou, como se filosofa com o martelo*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Tradução de Dora Rocha Flaksman. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do Sensível: estética e política*. Tradução: Mônica Costa Neto. São Paulo: EXO experimental org.; 2ª

Edição, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. A estética como política. *Devires*, v. 7, n. 2, p. 14-36, 2010.

SANTIAGO, Silviano. *Glossário de Derrida*. Departamento de Letras da PUC/RJ, supervisão geral de Silviano Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

SARMENTO-PANTOJA, Tânia. *Soledad no Recife, de Urariano Mota e K, de Bernardo Kucinski*: Romance histórico? Romance de testemunho? Documentário ficcional? Ou testemunho romanceado?. XIV ABRALIC Anais Eletrônicos. Disponível em: http://www.abralic.org.br/anais/arquivos/2014_1434481407.pdf. Acesso em: 15/02/17.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o Trauma. *Psic. Clin.*, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “Zeugnis” e “Testimonio”: um caso de intraduzibilidade de conceitos. *Revista Letras*, n. 22, p. 121-130, 2001.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. A história natural da ditadura. *Lua Nova*, n. 96, p. 39-55, septiembre / diciembre 2015.

VILLA-LOBOS, Heitor. *Guia Prático*: estudo folclórico musical. São Paulo: Irmãos Vitale, 1941.

Recebido em 28/05/2017, aceito para publicação em 06/11/2017

O Iluminismo português e a literatura instrutiva: uma visão holística¹

Júnior César Pereira²

Resumo: O trabalho em foco tem como objetivo apresentar os principais aspectos da literatura instrutiva portuguesa no setecentos. O século XVIII foi decisivo para o rumo de Portugal e seus domínios, uma vez que nessa época o Reino lusitano entrou em contato com as novas ideias oriundas do movimento iluminista por meio de vários homens de letras e da atuação política de Sebastião José de Carvalho e Melo, o poderoso Marquês de Pombal, ministro de D. José I. Nesse seguimento, traçamos nossa empreitada: visualizar a Ilustração lusitana por meio de sua produção intelectual. Como esses ilustrados justificaram a relação entre fé e razão? Por que os jesuítas foram culpados pelo atraso cultural do Reino? Quem eram esses pensadores? Como se deram as Reformas Pombalinas na educação? Estas e outras perguntas norteiam nosso trabalho.

Palavras-chave: Iluminismo português, literatura instrutiva, homens de letras.

Abstract: The main objective of this work is to present the main aspects of the Portuguese instructional literature in the Seventeen hundreds. The eighteenth century was decisive for the direction of Portugal and its dominions, since at that time the Lusitanian Kingdom came into contact with the new ideas originating from the Enlightenment movement through several intellectuals (*Estrangeirados*) and the political action of Sebastião José de Carvalho e Melo, the powerful Marquis of Pombal, minister of D. José I. In this sequence we draw our work: to visualize the Lusitanian Illustration through its intellectual production. How did intellectuals justify the relationship between faith and reason? Why were the Jesuits guilty of the cultural backwardness of the Kingdom? Who were these thinkers? How happened the Pombaline Reforms in education? These and other questions guide our work.

¹ O presente trabalho corresponde ao segundo capítulo do trabalho de conclusão de curso intitulado “Manuel Inácio da Silva Alvarenga: trajetória de um homem de letras (1749-1814)”.

² Mestrando em História na Universidade Estadual de Londrina e bolsista Capes sob orientação da Profa. Dra. Maria Renata da Cruz Duran.

Key-words: Portuguese Enlightenment, Instructional Literature, Intellectuals.

Introdução: As Luzes em Portugal

As atividades intelectuais e acadêmicas promovidas por D. Rafael Bluteau e pelo 4. Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses, assinalaram em Portugal um movimento inicial de convergência com os ventos renovadores da cultura iluminista que grassava em algumas partes da Europa.³ Sob a égide de D. João V vemos diversos marcos importantes para a participação do Reino Lusitano nesse novo cenário, como a instituição da Aula de Física Experimental no Palácio das Necessidades, e ainda as aulas de Filosofia proferidas pelo P. João Baptista na Congregação do Oratório. A década de 1740 vê a publicação do *Verdadeiro método de estudar*, de Luís Antônio Verney, e da *Lógica racional, geométrica e analítica* de Manuel Azevedo Fortes, obras basilares da ilustração portuguesa.⁴

Importante nome da política portuguesa no reinado de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, proporcionou em grande medida as condições para o estabelecimento do iluminismo em Portugal. Sob seu governo é publicada a *Dedução Cronológica e Analítica* (1768) que precede os dois documentos mais característicos no que tange às reformas empreendidas no âmbito

³ BIRON, Berty. Considerações acerca do iluminismo luso-brasileiro. **RCL, Convergência Lusíada**, n. 32, jul. / dez. 2014.

⁴ TUNA, Gustavo Henrique. **Silva Alvarenga**: representante das luzes na América portuguesa. Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: Tese de Doutorado em História social, 2009. pp.14-25.

educacional: o *Compêndio histórico do estado da Universidade de Coimbra* (1771) e os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* (1772).⁵

Nesse quadro nota-se uma contraposição deveras elucidativa: de um lado as trevas, representadas pelos inicianos; de outro, as luzes redentoras tendo o Estado pombalino como baluarte.⁶ A Companhia de Jesus foi eleita como a principal responsável pelo atraso e decadência intelectual do Reino; nesse sentido urgia a expulsão destes homens, responsáveis pela educação até aquele momento. A repressão aos jesuítas não deve ser compreendida como a negação da religião em detrimento das luzes. O iluminismo em Portugal não foi avesso ao catolicismo, pelo contrário, buscou atualizar a tradição de pensamento católico aos novos paradigmas oriundos da Ilustração. Antônio Ribeiro dos Santos, D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas e Teodoro de Almeida são exemplos de pensadores católicos portugueses que se alinharam com os parâmetros iluministas, configurando uma corrente de pensamento apologética. Em suma, o que houve foi o intuito de secularizar a sociedade, delimitar as esferas de ação das instituições sociais e espiritualizar a igreja.⁷

⁵ CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação**: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro. 1759-1834. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002, pp. 141-143.

⁶ CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português?** A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Universidade de Brasília: Dissertação de Mestrado em História: 2007. p. 35.

⁷ SANTOS, Cândido dos. **Matrizes do Iluminismo católico da época pombalina**. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, p. 949-956.

Nesse seguimento, os pensadores portugueses dessa conjuntura objetivaram recuperar o ideal humanista no que tange ao ensino das línguas clássicas, como o latim, grego e hebraico, além da retórica, que a partir do alvará de 28 de junho de 1759 revestiu-se de singular importância na educação lusitana por conta da eficácia persuasiva do discurso no âmbito da comunicação, elemento crucial previsto pelo novo ideal pedagógico, assim como a filosofia natural, matéria fundamental que ganhou espaço em Coimbra com a reforma de 1772. Além dessas áreas do conhecimento, destacam-se ainda a Filosofia Racional, em concordância com os princípios lockeanos, a Filosofia Moral, iluminadora da pura razão, e ainda a teologia moral alinhada ao âmbito da reflexão jurisprudencial.⁸

A noção de método é de fulcral importância para compreendermos o pedagogismo dessa época. Tal termo traduzia-se pela eficaz ordenação do pensamento no intuito de auferir a verdade, e comunicá-la *a posteriori*. Tal conceito foi refletido no âmbito da lógica, que por meio dos pensadores que se dedicaram a tal matéria assumiu um caráter psicologista, seguindo na esteira de Port-Royal e atacando o sistema cartesiano que defendia a existência de ideias inatas.⁹

No âmbito dos estudos jurídicos os preceitos jusnaturalistas de cariz não escolástico já circulavam em Portugal antes das reformas pombalinas, no entanto foi apenas com estas que a matéria foi reformulada em grande medida. Desse modo, adotou-se o discurso histórico e jurisdicista por um lado, e por outro, um discurso teológico e

⁸ TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e a poesia neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999, p. 188-189.

⁹ CARVALHO JÚNIOR, Eduardo Teixeira de. **O método em Verney e o Iluminismo em Portugal**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba: Tese de Doutorado em História, 2015, p. 114-120.

canônico em vistas a defender a autonomia do Estado perante a igreja no plano secular. Escrita sob o aval de Pombal, a *Dedução Cronológica e Analítica* desempenhou o papel de fundamentadora da soberania do Estado absoluto, preconizando a história do direito pátrio.¹⁰

Tais aspectos dão conta de nos proporcionar uma visão holística a respeito da peculiar ilustração lusitana. Na sequência buscaremos olhar mais de perto a Reforma da Universidade de Coimbra, tendo em vista que tal empresa foi considerada pela historiografia o pináculo das Luzes em Portugal; também procuraremos localizar alguns dos aspectos referidos anteriormente na trajetória dos vultos do Império luso, destacando a conformação pedagógica de suas produções, e pondo em tela os representantes do Arcadismo luso-brasileiro. Sendo assim, comecemos pela cidade do Mondego.

Atraso cultural ou trama política?

A Reforma da Universidade de Coimbra realizada em 1772 é considerada o ponto nevrálgico do processo de assimilação das ideias iluministas em Portugal, conseguindo, por sua vez, amplo alcance no Reino, aonde as ideias circunscreviam-se em agremiações de eruditos e setores da elite até então. Foram reformados os estudos de Teologia, Medicina, Leis e Cânones, e criaram-se os cursos de Filosofia e Matemática. As faculdades de Leis e de Filosofia foram as que

¹⁰ COSTA, Mário Júlio de Almeida; MARCOS, Rui de Figueiredo. Reforma Pombalina dos estudos jurídicos. **O Marquês de Pombal e a Universidade**, Coimbra, imprensa da Universidade, 2ª ed, maio 2014. p. 97-125.

notadamente incorporaram de maneira institucional os ideários ilustrados. Precedidos pela *Relação Geral do Estado da Universidade* e pelo *Compêndio Histórico da Universidade* (1771), os *Estatutos* materializaram as ideias ilustradas em Portugal, os quais redefiniram sob a nova ótica do pensamento científico os pré-requisitos para a admissão de estudantes, os métodos, os conceitos fundamentais, as disciplinas a serem ministradas, os autores e suas respectivas obras etc. Tal documento foi dividido em três volumes: um dedicado à faculdade de teologia, outro para o curso jurídico, e ainda um para as ciências naturais e filosóficas.¹¹

Como demarcado acima, o clima intelectual renovador que fez-se notar em Portugal no século XVIII esteve imbricado com a política vigente. Nesse quadro, a modernização de Portugal inseria-se num programa de interesses mais amplos por parte da Coroa. O poder régio tencionava recrudescer-se e granjear o revigoramento da economia do império. Para mais, tinha em vista realizar a implementação de nova lógica jurídica, racionalizada, não-pluralista, e sobrepujar a crise dos rendimentos, o que requeria um maior fluxo dos produtos exportados da colônia, por meio do incentivo da pesquisa.¹²

Eis a trama política e punha-se em tela os pressupostos da reforma da faculdade de leis e da criação da faculdade de filosofia: realizar o atendimento dos desígnios da monarquia lusa de criar um quadro científico, intelectual e administrativo, composto por

¹¹ SILVEIRA, Flávio Rey de. Op. cit., p. 52.

¹² Ibidem, p. 114-115.

funcionários régios para atenderem seus interesses jurídico-econômicos. E ficou clara, nestes, a assimilação dos princípios metodológicos e epistemológicos dos iluministas. Pombal, a seu tempo, cercou-se das mentes mais reluzentes do Portugal setecentista.¹³

Um dos pontos nodais do movimento que estamos analisando é a vituperação da Companhia de Jesus. Com base nos novos influxos da filosofia ilustrada, os pensadores portugueses atacaram com afinco o modo educacional dos inicianos. Entrementes, de que maneira o edifício educacional português estava conformado em relação aos demais pela Europa? Até que ponto este se encontrava em decadência? Em que medida a relação entre trevas e ensino jesuíta fora fabricada em uma esfera política?

A maioria das universidades europeias do período, em termos estatutários, pautava-se pelo modelo escolástico de instrução, um saber caracterizado por perfil literário, especulativo e metafísico, fundamentando-se na dogmática dos padres da igreja, em contradição com a práxis epistemológica científico-experimental moderna. Do século XII ao XVII optou-se pelo método de leitura e análise de textos, e a disputa em torno das questões suscitadas por tal exercício (*lectio e disputatio*).¹⁴

Com o Concílio de Trento (1545-1563), houve a afirmação do método escolástico como arquétipo epistemológico do pensamento católico. Nesse cenário a *Ratio Studiorum* é publicada em 1599, com

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem, p. 29.

base nos fundamentos de Aquino, em comunhão com problemáticas emergidas das transformações que atingiam o imaginário europeu à época. Destarte, a atualização da cosmologia católica em virtude dos acontecimentos provados pela Reforma ganhou grande espaço nas universidades europeias.¹⁵

Os pensadores do século XVIII teceram severas críticas às conjecturas metafísicas do racionalismo matemático seiscentista e do escolasticismo. A gnosiologia ilustrada era pautada pelo método indutivo, empírico e experimental. As universidades do início do século XVIII estavam alheias aos estudos de filosofia natural. Tais saberes eram desenvolvidos fora do âmbito universitário. Este século ficou conhecido como o século das academias, locais onde tais conhecimentos eram cultivados, devido ao conservadorismo das universidades.¹⁶

Na primeira metade do XVIII havia duas universidades em Portugal que em termos estatutários não diferiam das demais universidades europeias. Em Coimbra o cenário acadêmico compunha-se de um curso jurídico, teológico e médico, onde o objetivo era a formação de um contingente de profissionais. A Universidade de Évora era composta pelo curso de Humanidades, abrangendo as Artes, e a Teologia voltada para os casos de consciência. Essa instituição estava voltada para a conformação de um quadro de religiosos.¹⁷

¹⁵ Ibidem, p. 30.

¹⁶ Ibidem, p. 31.

¹⁷ Ibidem, p. 32.

Na esteira de Fernando Taveira da Fonseca, Flávio Rey de Silveira defende a ideia de que é preciso rever a ideia de decadência da Universidade de Coimbra entre 1555 e 1772, veiculada pela historiografia; para isso, basta notar que, em relação a diversas universidades europeias, o número de matriculados era enorme.

Para a maioria dos portugueses que viveram no século XVII, e em parte do XVIII, a situação intelectual de Portugal não era de declínio, inexistindo, grosso modo, a noção de inferioridade cultural em relação ao estrangeiro. Nessa época, os imperativos doutrinários religiosos decorrentes da opção lusa pela manutenção do catolicismo, conforme as diretrizes estabelecidas no Concílio de Trento geraram certo preconceito ao conhecimento vindo de fora do país.¹⁸

Já vimos que no período joanino (1707-1750) houve um considerável incentivo às novas ideias, que auferiram pouco alcance, ficando restritas a pequenos grupos de intelectuais. Não obstante, no governo josefino (1750-1777) pode-se visualizar um maior alcance em termos institucionais dessas novas ideias, que afirmavam um posicionamento contrário ao seiscentismo e à Companhia de Jesus, configurando a contraposição entre luzes e trevas: de um lado os inicianos, responsáveis pelo marasmo pedagógico e isolamento intelectual português; do outro, o Estado pombalino como baluarte das luzes.¹⁹

¹⁸ Ibidem, p. 34.

¹⁹ Ibidem.

Antes de darmos sequência nas especificidades da Reforma dos Estatutos, pensamos ser lícito lançar nossos olhares para esse quadro de homens ilustrados que desempenharam intensa atividade no contexto²⁰. Quem eram? O que produziram? Quais as suas influências?

Pensadores portugueses ilustrados

Uma das mais eminentes figuras do meio ilustrado português nessa época foi o clérigo teatino Rafael Bluteau. Nascido em Londres, estudou em prestigiadas instituições francesas, como o Colégio La Flèche, em Paris, e o Colégio jesuíta situado na cidade de Clermont. Antes de se mudar para Portugal, em 1668, passou ainda pelas universidades de Roma, Paris e Verona.²¹

Bluteau faleceu em 1734, na cidade de Lisboa, portanto não conheceu outros tantos personagens que viriam a marcar fortemente a ilustração no Reino. Não obstante destacou-se em um contexto que prenunciava uma efervescência intelectual vindoura. Seu abastado conhecimento enciclopédico materializou-se no monumental *Vocabulário Portuguez e Latino*, publicado em oito volumes, no ano de 1721. Indo na esteira do movimento ensejado por D. Francisco Xavier de Menezes contribuiu em assuntos relativos à física, astronomia, notadamente o problema da duração da terra, além de promover críticas aos peripatéticos, colocando em relevo a superioridade da ciência moderna em relação à antiga.

²⁰ Sobre história intelectual ver: CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **A História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

²¹ SILVESTRE, João Paulo. O Vocabulário Portuguez e Latino: principais características lexicográficas da obra de Rafael Bluteau. **Anais eletrônicos. Comunicação apresentada no encontro Dicionários da Língua Portuguesa - Património e renovação, Cursos da Arrábida**, 20 a 22 de agosto de 2001, p. 1-13.

Publicou *Instrução sobre a cultura das amoreiras e criação dos bichos da seda* em 1769, o que comprova sua preocupação com as questões econômicas do Reino. Difundiu com não pouco entusiasmo a cultura literária francesa em Portugal, sendo que Boileau, um dos autores introduzidos em tal cenário por Bluteau, viria a ser a base da crítica estética dos Arcades para com os literatos barrocos.²²

Nascido em 1693, Martinho de Mendonça de Pina e Proença dedicou-se sobretudo à difusão do pensamento pedagógico de renomados autores, tais como John Locke, Rollin e Fénelon. Autodidata, debruçou-se sobre o direito, a matemática e o grego, além da Retórica e do Latim. Ingressou no curso de Filosofia em Coimbra, mas não o concluiu.²³

Em busca de novos saberes, foi aventurar-se no além-fronteiras, inscrevendo seu nome no grupo conhecido como *Estrangeirado*. De volta a Portugal, imbuído de um espírito renovado após contato com as ideias reluzentes, Pina e Proença dedica-se com mais afinco ao meio intelectual, desta vez participando de atividades na Academia Real de História Portuguesa, patrocinada por D. João V, e na Academia dos Anônimos.²⁴

Os Apontamentos para a educação de um menino nobre (1761) são sua obra mais importante; construída de acordo com o modelo do

²² Ibidem.

²³ CAVALCANTI, Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira. **O comissário real Martinho de Mendonça**: práticas administrativas na primeira metade do século XVIII. Universidade Federal Fluminense – Niterói: Tese de Doutorado em História Social, 2010. p. 189.

²⁴ Ibidem.

espelho de príncipe, traduz em grande medida as proposições pedagógicas de Fénelon contidas em seu *De l'éducation des filles* (1688), além de Rollin (*Traité des Études*, 1726) e John Locke (*Some Thoughts Concerning Education*, 1693).²⁵ Proença faleceu em 1743, na cidade de Lisboa.

Manuel de Azevedo Fortes nasceu em 1660, na cidade de Lisboa, local onde faleceria em 1749. Renomado engenheiro militar, destacou-se nos estudos sobre lógica. *Lógica Racional, Geométrica e Analítica* (1744) foi a primeira composição sobre tal matéria escrita em língua portuguesa. A temática atinente ao método foi muito cara ao iluminismo; desse modo, podemos ter clara noção da importância de que esse trabalho se revestiu naquela conjuntura. Aqui, o sensismo lockeano aparece uma vez mais, apesar do diálogo com o inatismo cartesiano, no plano da teoria das ideias.²⁶

Fato é que o iluminismo português se confunde com a figura de Luís Antônio Verney, autor da célebre obra *O verdadeiro método de estudar*, que veio à luz em 1746. Verney nasceu em 1718, na cidade de Lisboa, e faleceu em Roma, no ano de 1792. Iniciou seus estudos no colégio jesuíta de Santo Antão, passando pelo curso de filosofia com os oratorianos (1727-1730), e por Évora, onde bacharelou-se e licenciou-se

²⁵ Ibidem.

²⁶ RIBEIRO, Dulcylene Maria. **A obra “Lógica Racional, Geométrica e Analítica” (1744) de Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749): um estudo das possíveis contribuições para o desenvolvimento educacional lusobrasileiro.** Universidade Estadual Paulista, Rio Claro: Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, 2003, p. 38-48.

em Artes no ano de 1731. Aos 23 anos partiu para Roma, onde teria contato com personagens-chave do iluminismo italiano, como Muratori e Genovesi, vindo a desenvolver uma intensa atividade intelectual até o fim de sua vida.²⁷

Sua obra principal, mencionada acima, propunha uma verdadeira reforma no âmbito educacional português, fazendo-se necessário para isso repensar o paradigma educacional da Companhia de Jesus. Com tintas ácidas escreve contra a lógica peripatética, dando ênfase à importância da física newtoniana, e rechaçando a concepção cartesiana de sistema, deixando manifesto o ecletismo do qual parte sempre. Na esfera retórica difundiu as noções seminais do Neoclassicismo, primando pela excelência do estilo natural.²⁸ Sobre o estado de tal matéria em Portugal, o autor brada:

E, na verdade, não há coisa mais útil que a Retórica; mas, não há alguma que com mais negligência, se trate neste Reino; se V.P. observar o que os mestres ensinam nas escolas, achará que é uma embrulhada que nenhum homem, quanto mais rapaz, pode entender. Primeiramente, ensinam a Retórica em Latim. Erro considerável, porque nada tem a Retórica com o Latim, sendo que os seus preceitos compreendem e se exercitam em todas as línguas (...).²⁹

²⁷ ANDRADE, Antônio Alberto de. **Vernei e a cultura do seu tempo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1966, p. 9.

²⁸ CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. Op. cit., p. 83-105.

²⁹ VERNEI, Luís Antônio. **O verdadeiro método de estudar**. Lisboa: Editorial Verbo, 1965, p. 43.

Quando trata da metafísica, assinala que a função primordial do filósofo é indagar a existência do Espírito Eterno, aquele que se configura como a causa motriz de tudo que existe. *O verdadeiro método* foi composto à maneira epistolar, em dezesseis cartas abordando diversas matérias, e foi publicado anonimamente sob o pseudônimo de *Padre Barbadinho*. Verney ainda publicou outras obras sobre lógica, metafísica, física e gramática.³⁰

Uma das trajetórias mais surpreendentes entre os personagens abordados foi a de Manuel do Cenáculo Villas Boas, figura abastada intelectualmente que nasceu em Lisboa no ano de 1724 e faleceu em Évora no ano de 1814. A longevidade de sua existência caracterizou-se por uma intensa atividade intelectual em várias esferas da sociedade lusitana de seu tempo.³¹

Foi superior provincial da Ordem Terceira de São Francisco, presidente da Real Mesa Censória, bispo de Beja, arcebispo de Évora etc. Com Frei Joaquim de São José teve aulas que o colocaram em contato com as novas perspectivas críticas em relação à escolástica. Doutorou-se em teologia pela Universidade de Coimbra, vindo a ser nomeado lente de Artes no colégio de São Pedro.³²

³⁰ CARVALHO JUNIOR, Eduardo Teixeira de. Op. cit., p. 83-105.

³¹ PEREIRA, Cassiana Dias. **O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo no contexto das reformas modernizadoras do ensino em Portugal na segunda metade do século XVIII**. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR: Tese de Doutorado em Educação, 2015. p. 49.

³² Ibidem.

Sua obra *Conclusiones Philosophicas* (1747) já traz severas críticas à filosofia escolástica dos jesuítas. Cenáculo viaja para Roma em 1750, onde amplia seu leque de conhecimentos, e retorna a Portugal com novas perspectivas, sempre em busca da harmonização entre fé e razão, no sentido de contribuir para a transformação do homem na sua vida em sociedade.³³ Sua destacada atuação como pedagogo é bem conhecida no tempo em que foi Superior Provincial da Ordem Terceira, presidente da Real Mesa Censória e membro da Junta de Providência Literária. Além de ter contribuído na confecção dos principais documentos pombalinos da reforma educacional, resultaram de sua atuação na primeira instituição dois volumes de suas diversas *Disposições* (1776) e ainda um outro de *Memórias Históricas do Ministério do Púlpito* (1776), dedicando espaço para a reflexão sobre a reforma da retórica sacra. Como Bispo de Beja publicou diversas instruções, as quais objetivavam orientar seu clero no sentido de educar os jovens de acordo com as novas premissas científicas daquele tempo.³⁴ Para mais, dedicou grande parte da vida ao patrimônio português, promovendo a fundação de museus, academias e bibliotecas.³⁵ Seu ecletismo estava de acordo com o espírito das luzes, onde a filosofia se confundia com as demais áreas do conhecimento,

³³ Ibidem, p. 130.

³⁴ Ibidem, p. 49-92.

³⁵ OLIVEIRA, Maria Carolina Ferreira de. **A bibliofilia em Portugal no início da época contemporânea**: o exemplo de Dom Frei Manuel do Cenáculo. v. 1. Universidade de Évora, Portugal: Tese (Doutorado em Ciências da Informação e da Documentação), 2012, p. 43-60.

tencionando sempre a aplicação prática do conhecimento teórico. Cenáculo não foi tão crítico à escolástica como Verney. Em lógica orientou-se por um matematismo remetente ao período renascentista. Por fim, no que se refere à retórica, valorizou o ideal do bom gosto, característico daqueles autores que criticaram a retórica barroca.³⁶

Entre os mais destacados professores de filosofia em Portugal figura Antônio Soares Barbosa. Nascido em Ansião no ano de 1734, ganhou prestígio por conta da publicação de duas obras, quais sejam, o *Discurso sobre o bom e verdadeiro gosto na Filosofia* (1776) e o *Tratado Elementar de Filosofia Moral* (1792). Ocupou a cadeira de Lógica, Metafísica e Ética na Universidade de Coimbra, após esta ter sido reformada, e em 1791 tornou-se diretor da faculdade de Filosofia. As referidas obras não discrepam do espírito ilustrado desse tempo, pelo contrário, reforçam os pontos nodais do iluminismo que as fizeram ser compostas.³⁷

Figura de extraordinária relevância no meio pedagógico e médico do período, Antônio Nunes Ribeiro Sanches teve influência decisiva na produção dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra*. Nascido em Penacor, no ano de 1699, e falecido em Paris, no ano de 1783, passou longos anos no exterior, o que lhe proporcionou contato com as novas ideias vigentes, disso resultando o seu afã em restaurar a cultura portuguesa. Desse autor, destacam-se *Cartas sobre a educação*

³⁶ PEREIRA, Cassiana Dias. Op. cit., p. 143-146.

³⁷ PEREIRA, José Antônio. O problema moral em Antônio Soares Barbosa. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 7, p. 89-105, 2011.

da mocidade (1760) e o *Método para aprender e estudar a Medicina* (1763).³⁸

O tom regalista dessas obras, que atenderia às exigências da política pombalina, fazia-se notar ao lado de ideias como a laicização da sociedade, a espiritualização das ações da igreja, o cosmopolitismo pedagógico, além da defesa dos principais ditames da ilustração.³⁹ A ideia correspondente à educação em benefício do Estado é visível no trecho que segue:

A educação da mocidade não é mais que aquele hábito adquirido pela cultura e direção dos mestres, para obrar com facilidade e alegria ações úteis a si e ao Estado onde nasceu. Mas, para se cultivar o ânimo da mocidade, para adquirir a facilidade de obrar bem e com decência, não basta o bom exemplo dos pais, nem o ensino dos mestres: é necessário que no estado existam tais leis que premeiem a quem for mais bem criado, e que castiguem a quem não quer ser útil nem a si nem à sua pátria.⁴⁰

Cumpre salientar o fato de que Ribeiro Sanches defendia a restrição do acesso à educação aos membros da elite, em convergência com sua base fisiocrática no que diz respeito à sua concepção econômica.⁴¹

³⁸ BOTO, Carlota. O enciclopedismo de Ribeiro Sanches: pedagogia e medicina na confecção do Estado. **Revista de História da educação**, Pelotas, n. 4, p. 107-117, 1998.

³⁹ Ibidem.

⁴⁰ SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d, p. 125-126.

⁴¹ BOTO, Carlota. Op. cit.

Teodoro de Almeida (1722-1804) também foi membro do quadro de intelectuais ao qual estamos nos referindo. Foi um membro da Congregação do Oratório que teve que se exilar no estrangeiro, devido à perseguição do marquês de Pombal. Autor de obras como *Recreação Filosófica* (1751-1799) e *O Feliz Independente do Mundo e da Fortuna* (1779), buscou ao longo de sua jornada harmonizar a filosofia ilustrada com os preceitos cristãos. Assim como os demais intelectuais do contexto, refletiu sobre os vários ramos do saber.⁴²

Em uma carta enviada a um amigo de nome Emílio Lúcio Crespo, datada de 4 de julho de 1780, podemos visualizar bem o ânimo de Almeida quanto às luzes renovadoras do conhecimento em Portugal. Cabe notar que em 1779 era fundada a Academia Real das Ciências de Lisboa, cuja oração de abertura foi proferida por esse célebre padre. Vejamos as palavras de Almeida:

He pois pena que quem adornou o seu espírito com uma educação sabia e desabusada ficasse fora da sociedade daqueles homens que dizer vem a emendar os erros da nossa literatura e com a sua companhia aperfeiçoar e pulir outros para caminharem seguramente para a glória. O ceo permita que os fins correspondão a tão bons intentos! Mas amigo do coração devo lembrar-lhe que hoje estes mestres sábios acham a nação como certamente não o julgam. Há mais de trinta anos (sem falarmos nos nossos bons e dourados séculos) se tem trabalhado nessa nação com gosto sólido e puro, com o conhecimento de muitas artes e ciências que eram ou totalmente ignoradas ou soterradas em Portugal. Temos escolas de Humanidades,

⁴² SANTOS, Eugénio dos. Para a história da cultura em Portugal no século XVIII: Oração de abertura da Academia de Ciências de Lisboa do padre Teodoro de Almeida. **Repositório Digital Universidade do Porto**, 1980, p. 53-90.

Ciências Naturais, Físicas, Matemáticas, aonde se educaram moços que deram crédito a Portugal. O direito se aprendeu depuradamente sem sutilezas, nem sofismas. Enfim leia-se com os olhos desempoados de paixão o plano da nova fundação da Universidade de Coimbra e então se verá como as ciências e gosto crescia ao olho. Clamem muito embora desentoadamente ou os partidistas da ignorância que ainda querem revocar os seus antigos e medonhos; ou outros que tapam os olhos por não verem as preciosidades do seu país, gabando em extremo tudo o que lhe alhejo, ou outros que ainda o contam entre as nações bárbaras e selvagens.⁴³

Devemos ainda destacar como figuras cimeiras das luzes portuguesas homens como: Antônio Pereira de Figueiredo (1725-1797), autor do *Novo Methodo da Grammatica Latina* (1753) e dos *Elementos de Invenção e Locução Retorica ou Princípios da Eloquência* (1759); Jacob de Castro Sarmiento (1691- 1762), autor da *Theorica Verdadeira das Marés conforme à Philosophia do incomparável cavalheiro Isaac Newton* (Londres, 1737); Bento de Souza Farinha (1740-1820), cujo trabalho de difusor das obras pedagógicas mais relevantes ao seu entender sobressaiu ao seu lado autoral; e Francisco José Freire (1719-1773), do qual falaremos mais à frente.⁴⁴

“*Que lhe direi da famosa Arcádia em que uns poucos de homens que por curiosidade se ajuntaram e a dispuseram de maneira que cresceu com tão arraigadas raízes que brotou copioso fruto da boa literatura*”.⁴⁵ Que boa literatura era essa à qual Teodoro de Almeida se

⁴³ Ibidem, p. 80.

⁴⁴ TUNA, Gustavo Henrique. Op. cit., p. 14-25.

⁴⁵ SANTOS, Eugênio dos. Op. cit.

referia na já comentada carta? Quais suas características? Seus personagens? O que a Arcádia representou para o período em questão?

Literatura e Ilustração em Portugal

De um modo geral, a literatura setecentista realizou-se sob a tríade "razão, natureza e verdade". Arcadismo, Neoclassicismo e Ilustração conformaram o quadro de manifestações artísticas do século XVIII. Os espanhóis e os ingleses acreditavam que o Neoclassicismo era imitação do Classicismo francês, presente em toda a Europa no período. O Arcadismo é oriundo da Arcádia Lusitana de 1756, e teve fortes influências italianas. Segundo Antônio Cândido, a literatura feita nessa conjuntura pode ser resumida no seguinte postulado: "O verdadeiro é o natural, o natural é o racional".⁴⁶

O Arcadismo português fora pungente em sua crítica. A poesia marcou a reconquista do ordinário à prosa, pintando o período com cores clássicas. Em Portugal a renovação cultural de grandes dimensões que ocorreu nesse tempo englobou tal movimento. Como aventado anteriormente, Luís Antônio Verney desempenhou um importante papel nessa renovação. Em seu ponto de vista, o objetivo da arte seria a verdade, e o domínio da Retórica, a lógica essencial para o bom poeta.⁴⁷

A ideia de "utilidade", cara ao pensamento ilustrado, fez-se notar na perspectiva de Francisco José Freire (Cândido Lusitano),

⁴⁶ CANDIDO, Antônio. **A formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo horizonte: Itatiaia, 2000, p. 42.

⁴⁷ Ibidem, p. 45-46.

fundador da Arcádia Lusitana (1756). O poeta acreditava que sua arte tinha serventia moral, devendo instruir e deleitar o leitor.⁴⁸ Nas palavras do autor, “Não pode entrar em dúvida, que o principal fim da poesia não seja o ensinar o povo, e servir-lhe de utilidade.”⁴⁹ E no que toca ao deleite

Pode-se dizer, que a poesia, ou a poética, enquanto é arte imitadora, e compositora de poemas, tem por fim o deleitar, e que enquanto é arte subordinada à filosofia moral, ou à política, têm por fim o utilizar alguém. Com esta doutrina, que é do ilustre Muratori, se vê que a mesma coisa considerada de diferente maneira, têm dois fins diversos, isto é, a utilidade e o deleite. A poesia considerada em si mesma procura causar seu deleite, e considerada como arte sujeita à faculdade civil toda fé emprega em causar utilidade. E como quer que esta faculdade seja a mesma que encaminha todas as ciências e artes à felicidade eterna, à temporal, e ao bom governo dos povos, por isso a verdadeira, e perfeita poesia, deveria sempre igualmente deleitar, que utilizar a uma república.⁵⁰

Sua obra contribuiu demasiadamente no sentido de superação do intelectualismo fantasioso. Fato é que autores como Cândido Lusitano tencionavam transformar a literatura em meio de comunicação entre os homens, no sentido de criar uma consciência integradora. A

⁴⁸ Ibidem, p. 46.

⁴⁹ FREIRE, Francisco José. **Arte Poética, ou regras da verdadeira poesia, e de todas as suas espécies principais, tratadas com juízo crítico**. Tomo I. Lisboa, Oficina patriarcal F. Luís Ameno, 1748, p. 26.

⁵⁰ Ibidem, p. 29.

noção de "cópia do real", característica dessa poesia, remete à *mimesis* aristotélica, tão importante para esses poetas quanto a obra horaciana.⁵¹

No século XVIII, a ideia de "razão" não estava mais ancorada nas elucubrações cartesianas. Pensadores como Newton, Buffon e Lineu apontaram uma lei geral, a qual era obedecida pela atividade do espírito. Tal lei seria a razão unificadora, em outras palavras, a própria razão universal. Nesse sentido, a ideia de "natureza" ganha enorme destaque, assim como o preceito horaciano de "sinceridade" e ainda o "homem natural", refletindo o momento ideológico da conjuntura. Cabe notar que a noção de "naturalidade" implicou na "espontaneidade", abrindo margem para o Sentimentalismo. Daí a dicotomia entre razão do coração e razão lógica, assinalando o limiar do Romantismo. Malgrado a permanência da razão lógica em Portugal e na América portuguesa setecentista, vemos aspectos de poesia romântica em *Glaura*, de Manuel Inácio da Silva Alvarenga.⁵²

Boileau, figura central para a compreensão literária em pauta, assinalou que razão, verdade e natureza seriam uma coisa só. O Classicismo francês do século XVIII tinha fortes entonações sociais. A verdade estava associada à relação do homem com o seu semelhante, denotando a preocupação com a justiça social. Todo esse quadro recebeu influxo dos grandes pensadores das *lumières*, como Rousseau, Montesquieu e os enciclopedistas.⁵³

⁵¹ CÂNDIDO, Antônio. Op. cit., p. 46.

⁵² Ibidem, p. 53-55.

⁵³ Ibidem, p. 56.

A Arcádia portuguesa caracterizou-se pelos gêneros pastorais, como o Bucolismo, sendo a natureza objeto de grande destaque, e pela visível transferência do "eu" para a figura do pastor. Destaca-se na América portuguesa a vertente indianista, que intentou mediar a valorização da rusticidade com os cânones europeus.⁵⁴

No ultramar, as *Obras poéticas* (1756) de Cláudio Manuel da Costa são o marco inicial do Arcadismo, que teve entre seus representantes Tomás Antônio Gonzaga, Alvarenga Peixoto, José Basílio da Gama, Frei José de Santa Rita Durão e Manuel Inácio da Silva Alvarenga.⁵⁵

Os Novos Estatutos

Em uma carta de 23 de dezembro de 1770, D. José I atentou para a necessidade da criação de uma junta de providência literária, voltada para o levantamento das causas da decadência e ruína do ensino universitário. Esta funcionou sob a inspeção do cardeal dom João Cosme da Cunha (presidente) e de Pombal, compondo-se de sete membros: Frei Manuel do Cenáculo; José Ricale Pereira de Castro; José de Seabra da Silva; Francisco Antônio Giraldes; Francisco de Lemos; Manuel Pereira da Silva e João Pereira Ramos de Azevedo Coutinho.⁵⁶ Em 28 de agosto de 1771 a junta apresentou a D. José o *Compêndio Histórico do estado da Universidade de Coimbra*, que

⁵⁴ Ibidem.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ CARVALHO, Flávio Rey de. Op. cit., p. 35.

foi organizado em três partes: a primeira, dividida em quatro prelúdios, relatou, de maneira histórica e cronológica, os danos cometidos às leis, às regras e aos métodos que regiam a Universidade; a segunda apresentou, em três capítulos, os danos cometidos à Teologia, às jurisprudências canônica e civil e à medicina; a terceira consistiu em um apêndice ao segundo capítulo da segunda parte, sobre Moral e Ética.⁵⁷

Os jesuítas haviam composto quatro estatutos para Coimbra antes de 1772: nos anos de 1565, 1592, 1598 e 1612. A ausência de reflexão sobre o método era uma falta grave, apontada em tintas ácidas pelos autores do documento. Perpassam o *Compêndio* críticas atinentes à preponderância da filosofia arábico-aristotélica, o menoscabo para com o estudo das línguas grega e latina, a ausência de matérias propedêuticas em relação a diversas disciplinas, a desorganização do saber ensinado nas cadeiras universitárias e a privação do Ecletismo no campo geral do conhecimento. Para mais, a reprimenda era direcionada ao fato de não haver por parte dos execrados religiosos o devido manejo das fontes primárias, além do baixo nível da instrução oferecida nas escolas menores e, por fim, a desarmonia entre as três faculdades que compunham a Universidade de Coimbra.⁵⁸

Os autores observaram que o conhecimento jesuíta era transmitido de forma a moldar as mentes dos alunos, aonde o filtro interpretativo de cada professor resultava em um saber adaptado, parcial e descontextualizado, tornando os jovens meros repetidores. Nesse

⁵⁷ Ibidem, p. 36.

⁵⁸ Ibidem, p. 37.

ínterim, o ecletismo seria importante para evitar-se o privilégio a um modo de pensar apenas. Tal premissa foi fortemente defendida por Diderot também.⁵⁹

Em 25 de setembro de 1771 os estatutos dos inicianos foram suspensos e 11 meses depois, no dia 28 de agosto de 1772, publicou-se a carta régia de confirmação do novo regimento de Coimbra. Comentaremos brevemente acerca da Reforma da Faculdade de Leis e da criação da Faculdade de Filosofia.

Confeccionados na esteira do *Compêndio Histórico*, os novos Estatutos foram divididos em três volumes, centrando-se em dois aspectos fundamentais: “as disposições relativas à administração (a idade mínima para o ingresso na Universidade, determinação sobre a realização das matrículas, a duração dos cursos, a prescrição dos feriados, dentre outras) e as atinentes às questões pedagógico-metodológicas da instituição”.⁶⁰

O século XVIII, no âmbito jurídico, foi marcado pela racionalização e pela crítica universal, de modo que

A reforma da faculdade de Leis, envolvida pelo espírito jurídico ilustrado da República das Letras, consagrou-se: pela implementação de uma grade curricular fixa e ordenada, com conexões claras entre os conteúdos e as funções dos saberes teóricos e a sua prática na aplicação jurisprudencial; pelo esforço, sob o regalismo josefino à delimitação das esferas de atuação jurídica dos direitos canônico e civil; pela valorização do ensino de interpretação e aplicação das leis pátrias; pela adoção da

⁵⁹ Ibidem, p. 46-47.

⁶⁰ Ibidem, p. 52.

Escola cujariana, que destacava o estudo da jurisprudência, embasado em pesquisas histórico-filológicas; pela adoção do método sintético-demonstrativo-compêndio em estudos propedêuticos às lições analíticas; pela criação da cadeira de Direito Natural; pelo uso da boa razão como fonte e parâmetro de validação do direito e pela utilização subsidiária das leis romanas para os casos omissos, desde que presentes nas nações modernas europeias e, simultaneamente, estando em conformidade com a boa razão. O conjunto desses elementos, concatenados entre si, voltava-se à instrução de bacharéis, em leis, habilitados para o emprego prático dos ditames apregoados pelo decreto de 18 de agosto de 1769, que - na linha do pensamento dos filósofos franceses, Voltaire e Montesquieu - objetivava cercar a antiga prática jurisprudencial doutrinária e interpretativa dos juízes, em prol do cumprimento claro, uniforme e preciso das leis.⁶¹

Antes da criação da Faculdade de Filosofia na Universidade de Coimbra, o ensino de tal matéria circunscrevia-se ao âmbito das Escolas Menores, sob a tutela dos jesuítas, que ministravam aulas de Matemática, Metafísica, Ética e Moral, sempre vinculadas à Teologia. Com a Reforma de 1772 houve uma ampliação da matéria filosófica implantada nos ramos da Matemática, Medicina e Filosofia natural.⁶²

A partir desse regimento, quem fosse se aventurar nos estudos filosóficos teria quatro anos pela frente, tendo que estudar Filosofia Racional no primeiro ano do curso (Lógica, Metafísica e Ontologia) e também Filosofia Moral (Ética). No segundo ano, haveria lições de História Natural. Antes de estudar Física Experimental no terceiro ano,

⁶¹ Ibidem, p. 92.

⁶² CARVALHO, Flávio Rey de. Op. cit., p. 96.

seria necessário aprender Geometria e Matemática como disciplinas propedêuticas. E por fim, no quarto ano haveria aulas de Química.⁶³

O entendimento filosófico presente nos Estatutos de 1772 converge com o novo ideário advindo das Luzes. A nova concepção de filosofia, que abrangia amplo quadro de matérias, foi pensada em Portugal em concatenação com as necessidades político-econômicas da coroa. A crise nos rendimentos coloniais forçou o governo português a elaborar uma estratégia política para contornar tal situação. Sob a égide do Marquês de Pombal, não só a Filosofia Natural como a nova forma de pensar o Direito estiveram a serviço dos desígnios reais. O incentivo à pesquisa filosófica tencionava o conhecimento e, portanto, o aproveitamento das potencialidades coloniais.

Apreciações finais

O presente trabalho buscou olhar o fenômeno iluminista português por meio de sua produção intelectual. Desse modo, procuramos entender como o pensamento em Portugal no setecentos se configurou. Vimos que o ápice das luzes no Reino se deu sob a égide de Sebastião José Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, primeiro ministro de D. José I, que cercou-se dos intelectuais mais importantes

⁶³ Ibidem, p. 102-103.

no intuito de promover uma política reformista que, como anotamos, privilegiou a educação.

O iluminismo em Portugal pode ser entendido como uma atualização da tradição. Como dito anteriormente, os primeiros ventos renovadores sopraram no tempo em que D. João V reinara, atestando isso a publicação de *O verdadeiro método de estudar*, do intelectual Luís Antônio Verney, em 1746. Assim como outras obras, essa exerceu grande influxo nas ações reformadoras de Pombal. A Companhia de Jesus foi fortemente rechaçada no que tange ao seu sistema pedagógico. Se sob o governo joanino não houve um posicionamento diretamente afirmado contra os inacianos, os documentos reais que embasaram a reforma da Universidade de Coimbra em 1772 inscreveram definitivamente tal postura.

Nesse seguimento, localizamos os pontos seminais da produção literária portuguesa que convergiu com o novo ideário e contribuiu para a participação de Portugal no contexto dos vários iluminismos europeus. Podemos visualizar ainda que o pedagogismo idiossincrático da ilustração foi refletido em terras lusitanas por meio do ecletismo exercido pelos homens de letras, seja pelos filósofos ou pelos literatos.

Referências:

ANDRADE, Antônio Alberto de. **Vernei e a cultura do seu tempo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1966.

BIRON, Berty. Considerações acerca do iluminismo luso-brasileiro. **RCL, Convergência Lusíada**, n. 32, jul. / dez. 2014.

BOTO, Carlota. O enciclopedismo de Ribeiro Sanches: pedagogia e medicina na confecção do Estado. **Revista de História da educação**, Pelotas, n. 4, p. 107-117, 1998.

CANDIDO, Antônio. **A formação da literatura brasileira**: momentos decisivos. 6. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação**: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro. 1759-1834. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

CARVALHO, Flávio Rey de. **Um Iluminismo português?** A Reforma da Universidade de Coimbra de 1772. Universidade de Brasília: Dissertação de Mestrado, 2007.

CARVALHO JÚNIOR, Eduardo Teixeira de. **O método em Verney e o Iluminismo em Portugal**. Universidade Federal do Paraná, Curitiba: Tese de Doutorado em História, 2015.

CAVALCANTI, Irenilda Reinalda Barreto de Rangel Moreira. **O comissário real Martinho de Mendonça**: práticas administrativas na primeira metade do século XVIII. Universidade Federal Fluminense – Niterói: Tese de Doutorado em História Social, 2010.

CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação. In: **A História Cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Mário Júlio de Almeida; MARCOS, Rui de Figueiredo. Reforma Pombalina dos estudos jurídicos. In: **O Marquês de Pombal e a Universidade**. 2. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2014. p. 97-125.

FREIRE, Francisco José. **Arte Poética, ou regras da verdadeira poesia, e de todas as suas espécies principais, tratadas com juízo crítico**. Tomo I. Lisboa: Oficina patriarcal F. Luís Ameno, 1748.

OLIVEIRA, Maria Carolina Ferreira de. **A bibliofilia em Portugal no início da época contemporânea: o exemplo de Dom Frei Manuel do Cenáculo**. v. 1. Universidade de Évora, Portugal: Tese (Doutorado em Ciências da Informação e da Documentação), 2012.

PEREIRA, Cassiana Dias. **O projeto educativo de Dom Frei Manuel do Cenáculo no contexto das reformas modernizadoras do ensino em Portugal na segunda metade do século XVIII**. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR: Tese de Doutorado em Educação, 2015.

PEREIRA, José Antônio. O problema moral em Antônio Soares Barbosa. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 7, p. 89-105, 2011.

RIBEIRO, Dulcylene Maria. **A obra “Lógica Racional, Geométrica e Analítica” (1744) de Manoel de Azevedo Fortes (1660-1749): um estudo das possíveis contribuições para o desenvolvimento educacional lusobrasileiro**. Universidade Estadual Paulista, Rio Claro: Dissertação de Mestrado em Educação Matemática, 2003.

SANCHES, Antônio Nunes Ribeiro. **Cartas sobre a educação da mocidade**. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d.

SANTOS, Cândido dos. Matrizes do Iluminismo católico da época pombalina. **Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, 2004, p. 949-956.

SANTOS, Eugénio dos. Para a história da cultura em Portugal no século XVIII: Oração de abertura da Academia de Ciências de Lisboa do padre Teodoro de Almeida. **Repositório Digital Universidade do Porto**, 1980, p. 53-90.

SILVESTRE, João Paulo. O Vocabulário Português e Latino: principais características lexicográficas da obra de Rafael Bluteau. Anais eletrônicos. **Comunicação apresentada no encontro Dicionários da Língua Portuguesa - Património e renovação, Cursos da Arrábida**, 20 a 22 de agosto de 2001, p. 1-13.

TEIXEIRA, Ivan. **Mecenato pombalino e a poesia neoclássica**. São Paulo: Edusp, 1999.

TUNA, Gustavo Henrique. **Silva Alvarenga**: representante das luzes na América portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, 2009.

VERNEI, Luís Antônio. **O verdadeiro método de estudar**. Lisboa: Editorial Verbo, 1965.

Recebido em 15/04/2018, aceito para publicação em 31/05/2018

Revista Vernáculo, nº 42
2.º sem. 2018

Publicado em Setembro de 2018

ISSN 2317 – 4021

<http://revistas.ufpr.br/vernaculo>